



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 821

Sexta-feira - 09 de Setembro de 2011

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	1
Atalanta	2
Braço do Trombudo	3
Caçador	4
Campo Alegre	11
Canoinhas	17
Capinzal	18
Catanduvas	41
Chapadão do Lageado	42
Concórdia	45
Cordilheira Alta	47
Coronel Martins	51
Corupá	52
Ermo	63
Forquilha	64
Fraiburgo	65
Garopaba	77
Gaspar	80
Governador Celso Ramos	81
Herval do Oeste	81
Imbituba	81
Irineópolis	83
Itapoá	85
Joaçaba	85
Lages	85
Luzerna	86
Macieira	90
Meleiro	90
Monte Carlo	90
Morro da Fumaça	92
Navegantes	92
Nova Trento	93
Passo de Torres	93
Paulo Lopes	96
Pinheiro Preto	96
Porto Belo	102
Rio do Sul	104
Salto Veloso	104
São Lourenço do Oeste	105
São Pedro de Alcântara	106
Schroeder	108
Timbó	110
Turvo	110
Videira	111
Vitor Meireles	114

Consórcios

CIGA	114
------------	-----

Antônio Carlos

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 204/2011

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 204/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 118/2011 - Pregão Presencial nº. 069/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Geovana Indústria de Móveis Ltda ME; Objeto: contratação de empresa especializada para execução de serviços com fornecimento de materiais e aquisição de material de consumo, material permanente e equipamentos automotivos para unidades escolares e veículos da frota de transporte escolar da secretaria de Educação e Cultura do Município de Antônio Carlos; Valor: R\$ 15.400,00 (quinze mil e quatrocentos reais).

Antônio Carlos, 02 de Setembro de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 205/2011

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 205/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 118/2011 - Pregão Presencial nº. 069/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: HP & Materiais de Escritório Ltda ME; Objeto: contratação de empresa especializada para execução de serviços com fornecimento de materiais e aquisição de material de consumo, material permanente e equipamentos automotivos para unidades escolares e veículos da frota de transporte escolar da secretaria de Educação e Cultura do Município de Antônio Carlos; Valor: R\$ 16.150,00 (dezesseis mil e cento e cinquenta reais).

Antônio Carlos, 02 de Setembro de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 206/2011

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 206/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 118/2011 - Pregão Presencial nº. 069/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Mário Sérgio Lucca ME; Objeto: contratação de empresa especializada para execução de serviços com fornecimento de materiais e aquisição de material de consumo, material permanente e equipamentos automotivos para unidades escolares e veículos da frota de transporte escolar da secretaria de Educação e Cultura do Município de Antônio Carlos;

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme e Guilherme Noronha - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Valor: R\$ 8.525,00 (oito mil e quinhentos e vinte e cinco reais).

Antônio Carlos, 02 de Setembro de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 207/2011 EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 207/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 121/2011 - Carta Convite nº. 011/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Hamilton Reginaldo Eventos Ltda ME; Objeto: contratação de empresa especializada para locação de sistema de sonorização, estrutura: portal e pirâmides e serviço de locução e cerimonial para apresentação do desfile cívico alusivo a independência do Brasil, para uso da secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Valor: R\$ 4.098,00 (quatro mil e noventa e oito reais).

Antônio Carlos, 02 de Setembro de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 208/2011 EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 208/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 111/2011 - Tomada de Preço nº. 012/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Ecolux Engenharia e Iluminação Ltda; Objeto: Contratação de Empresa especializada para a execução de serviços de construção de um Centro de Educação Infantil - Programa Proinfância, MEC/FNDE tipo C, com fornecimento de materiais e mão de obra, na Rua São Francisco, Centro, do Município de Antonio Carlos-SC; Valor: R\$ 619.000,00 (seiscientos e dezenove mil); Prazo: 180 (cento e oitenta) dias.

Antônio Carlos, 05 de Setembro de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Pedido de Licença Ambiental PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL LAP (Licença Ambiental Prévia)

A Prefeitura Municipal de Antonio Carlos, torna publico que requereu à Fundação do Meio Ambiente (FATMA) a Licença Ambiental Prévia para Lavra de Areia a Céu Aberto por Dragagem com Balsa de Sucção, localizada no leito do Rio Biguaçu, Rua Libório Francisco Goedert.

Foi determinado Estudo Ambiental Simplificado da área de exploração.

Portaria Nº 367/2011 PORTARIA Nº 367/2011. Admiti ACT.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Processo Seletivo nº 007/2011,

RESOLVE:
Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, GILMAR DO AMARAL GARCIAS, para o Cargo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E

CONSERVAÇÃO, a partir de 08 de Setembro de 2011 a 06 de setembro de 2012, e/ou até a realização de Concurso Público.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 08 de Setembro de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 08 de Setembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 368/2011 PORTARIA Nº 368/2011. Concede Insalubridade.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Artigo 1º - Conceder, INSALUBRIDADE, ao servidor ACT, GILMAR DO AMARAL GARCIAS, ocupante do Cargo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 08 de Setembro de 2011.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 08 de Setembro de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 08 de Setembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Atalanta

PREFEITURA

Lei Nº. 1222/2011 LEI Nº. 1222/2011

"AUTORIZA O MUNICIPIO DE ATALANTA A CELEBRAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE ITUPORANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o poder executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio com o governo do Estado de Santa Catarina, através da

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Ituporanga.

Art. 2º - O convênio constante do art. 1º tem como objetivo a aquisição de um veículo ônibus de capacidade de 44 lugares e um veículo automóvel capacidade 05 lugares.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Atalanta, 08 de setembro de 2011.
BRAZ BILCK
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Reabre Abertura Processo Licitatório 5/2011 - Fundo Municipal de Saúde

REABRE A ABERTURA DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 5/2011
Aquisição de equipamentos de informática, aparelhos eletrodomésticos e mobiliário em geral.

O Município de Braço do Trombudo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que REABRE a abertura do processo licitatório modalidade Pregão Presencial 5/2011 - Aquisição de equipamentos de informática, aparelhos eletrodomésticos e mobiliário em geral, Ficando a abertura dos envelopes para dia 22.09.2011 às 09:00. A reabertura se dá devido a fortes chuvas, causando alagamentos na BR 470, dificultando o acesso ao município de Braço do Trombudo. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal pelo fone 47 35470179.

Braço do Trombudo, em 08 de setembro de 2011.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Retificação Edital de Contribuição de Melhorias 1 2011

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PAVIMENTAÇÃO Nº 01/2011

A Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o Código Tributário do Município, Lei Complementar número 043/2005, de 28 de setembro de 2005, publica mediante o presente Edital a retificação da CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, referente a pavimentação da Rua Almirante Tamandaré, para produção de ciência e efeitos legais.

VI - DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Fica retificada a importância de R\$ 63.348,94 (sessenta e três mil, trezentos e quarenta e oito reais e noventa e quatro centavos) para R\$ 64.627,38 (sessenta e quatro mil, seiscentos e vinte e sete reais e trinta e oito centavos), de acordo com o laudo de valorização dos imóveis.

Fica incluído novo cadastro imobiliário 70352 e alteração do cadastro imobiliário 58726 da seguinte forma:

Cadastro	Proprietário	Valor
70352	LEANDRO VERMOEHLN	1.483,78
58726	REINOLDO VOIGT	1.648,65

IX - DAS IMPUGNAÇÕES OU RECLAMAÇÕES

As impugnações ou reclamações poderão ser apresentadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação deste Edital, junto ao Setor de Planejamento/Tributos da Prefeitura Municipal.

Braço do Trombudo, 31 de agosto de 2011.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Retificação Edital de Contribuição de Melhorias 4/2011

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PAVIMENTAÇÃO Nº 04/2011

A Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o Código Tributário do Município, Lei Complementar número 043/2005, de 28 de setembro de 2005, publica mediante o presente Edital, a retificação da CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, referente a pavimentação das Ruas Leônicio Rodrigues Machado e Fernando Gomes, para produção de ciência e efeitos legais.

VI - DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Fica retificada a importância de R\$ 94.665,61 (noventa e quatro mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e sessenta e um centavos) para R\$ 91.999,61 (noventa e um mil, novecentos e noventa e nove reais e sessenta e um centavos), de acordo com o laudo de valorização dos imóveis.

Ficam alterados os cadastros imobiliários 52124, 70375, 70376, 70377 e excluído o cadastro imobiliário 60216, da seguinte forma:

Cadastro	Proprietário	Valor
52124	ANTONIO HEMPKEMAIER	1.048,72
60216	ANTONIO HEMPKEMAIER	EXCLUÍDO
70375	RITA SILVA WERNER	1.179,82
70376	RITA SILVA WERNER	1.179,82
70377	RITA SILVA WERNER	1.179,82

IX - DAS IMPUGNAÇÕES OU RECLAMAÇÕES

As impugnações ou reclamações poderão ser apresentadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação deste Edital, junto ao Setor de Planejamento/Tributos da Prefeitura Municipal.

Braço do Trombudo, 31 de agosto de 2011.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA

Ata 11-2011 FUNDEMA

Ata nº 11/2011 – FUNDEMA - Pregão Presencial nº 11/2011 – Registro de preços para execução de serviços de consertos de pneus, câmaras de ar, montagem, balanceamento, aquisição de bicos de ar, Tip Top e prestação de serviços de socorro 24 horas dentro e fora do perímetro urbano inclusive aos sábados, domingos e feriados. Fornecedor: FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON - CNPJ nº 03.225.566/0001-00. Caçador – SC- 12 meses.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	20	UNID	CONCERTO PNEU/CÂMARA 1.000 X 20		18,901	378,02
2	100	UNID	CONCERTO PNEU/CÂMARA 750 X 16		14,175	1.417,50
3	30	UNID	CONCERTO PNEU 11 R 22.5		23,625	708,75
4	50	UNID	CONCERTO PNEU/CÂMARA 735 X 14		11,34	567,00
5	30	UNID	CONCERTO PNEU 165 R 13		9,45	283,50
6	30	UNID	CONCERTO PNEU 175 R 13		9,45	283,50
7	30	UNID	CONCERTO PNEU 185 R 13		9,45	283,50
8	20	UNID	BICOS DE AR PARA RODAS ARO 13, 14 E 15	VIPAL	12,285	245,70
9	30	UNID	BICOS DE AR PARA RODA ARO 16	SCHARADER	18,90	567,00
10	20	UNID	BICOS DE AR PARA RODA ARO 20	SCHARADER	26,46	529,20
11	10	UNID	BICOS DE AR PARA RODA SEM CÂMARA 22.5	SCHARADER	30,24	302,40
12	20	UNID	TIP TOP PARA PNEU N º 03 COMUM	VIPAL	33,075	661,50
13	20	UNID	TIP TOP PARA PNEU N º 12 E 20 RADIAL	VIPAL	39,69	793,80

14	20	UNID	TIP TOP PARA PNEU N º 4 E 5 COMUM	VIPAL	34,965	699,30
15	15	UNID	MONTAGEM PNEU R-13/14 /15		7,56	113,40
16	10	UNID	MONTAGEM PNEU ARO 20/11 R 22.5		18,90	189,00
17	20	UNID	BALANCEAMENTO R-13/14/15	CHUMBO-CAR	7,0875	141,75
18	20	UNID	BALANCEAMENTO R-20/11 R 22.5	CHUMBO-CAR	42,525	850,50
19	20	UNID	VÁLVULA PARA BICO DE AR	SCHARADER	2,7405	54,81
20	20	UNID	TROCA PNEU ARO 20/11R 22.5		14,175	283,50
21	10	UNID	CONCERTO PNEU 90.90.18 . BORRACHUDO (MOTO)		11,34	113,40
22	10	UNID	CONCERTO PNEU 2.75.18 DIANTEIRO LISO (MOTO)		11,34	113,40
23	30	UNID	CONCERTO PNEU 250.8 (CARRINHO DE MÃO)		4,725	141,75
24	30	UNID	CONCERTO PNEU 350.8 (CARRINHO DE MÃO)		4,725	141,75
25	25	UNID	CAMARAS DE AR ARO 14	TORTUGA	39,69	992,25
26	20	UNID	CAMARAS 750 X 16	TORTUGA	64,2601	1.285,20
27	20	UNID	RECAPAGEM DE PNEUS	VIPAL	278,7753	5.575,51
28	15	UNID	RECAPAGEM PNEU 750 X 16	VIPAL	274,0503	4.110,75
29	2	UNID	CÂMARA DE AR 14.9 ARO 28 PARA TRATOR VALMET	TORTUGA	225,8552	451,71
30	30	UNID	PROTETOR ARO 16	VIPAL	30,24	907,20
31	20	UNID	CONCERTO 16.9 X 28		73,7101	1.474,20
32	20	UNID	CONCERTO PNEUS 16.9 X 30		80,3251	1.606,50

33	20	UNID	CONSER- TO PNEUS 16.9 X 28 VALMET		84,1051	1.682,10
34	20	UNID	MONTAGEM PNEUS 750 X 16		14,175	283,50
35	10	UNID	MONTAGEM PNEUS 16.9 X 28		73,7101	737,10
36	10	UNID	MONTAGEM PNEU 350 X 8		14,175	141,75
37	10	UNID	PNEU CAR- RINHO DE MÃO	MAGION	34,965	349,65
38	300	UNID	KM RODA- DO PARA PRESTAÇÃO DE SO- CORRO NO MUNICÍPIO, DENTRO E FORA DO PERÍMETRO URBANO		1,7955	538,65
			TOTAL GERAL		R\$	30.000,00

Ata 12-2011 FUNDEMA

Ata nº 12/2011 – FUNDEMA - Pregão Presencial nº 10/2011 – Registro de preços para aquisição lixeiras urbanas para praças, jardins e logradouros mantidos pela Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA. Fornecedor: DISBRAPLAC LTDA ME CNPJ nº 05.168.674/0001-13. Seara – SC- 12 meses.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	100	UNID	Lixeiras urbanas confeccionadas 100% em aço carbono, com diâmetro de 30 cm e altura de 1,15m, dotada de estrutura tubular com 02 tubos na vertical e 06 na horizontal, depósito em tela galvanizada 20 x 20 (Ø 30cm x 45cm). Sistema de fixação com travas p/ ancoramento em concreto e 02 chapas para publicidade (sem impressão). Pintura Bicolor em esmalte sintético.	DISBRA- PLAC	147,95	14.795,00
			TOTAL GERAL		R\$	14.795,00

Ata 13-2011 FUNDEMA

Ata nº 13/2011 – FUNDEMA - Pregão Presencial nº 08/2011 – Registro de preços para aquisição de ferramentas destinadas a manutenção das atividades da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA. Fornecedor: CASA DOS PARAFUSOS CAÇADOR LTDA EPP - CNPJ nº 05.549.380/0001-31. Caçador – SC- 12 meses.

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	50	UNID	PÁS AJUNTADEI- RAS TIPO FRANK- FURT AÇO SAE 1045 - FORJADO; 1,8MM.	PARABO- NI	12,84	642,00
3	50	UNID	ENXADAS FABRI- CADA EM AÇO CARBONO FOR- JADO DE ALTA QUALIDADE (SAE 1045) - TEMPE- RADA - PINTURA ELETROSTÁTICA À PÓ, COM MEDIDA APRO- XIMADA DE 228 X 220 MM, 2,0 L DIÂMETRO DO OLHO 38 MM.	PARABO- NI	8,57	428,50
5	20	UNID	PÁS QUADRA- DAS. MEDIDA DE REFERÊNCIA 293 X 195 MM E 1910 GRAMAS APRO- XIMADAMENTE. CONFECCIONADA EM AÇO-CARBO- NO ESPECIAL DE ALTA QUALIDADE COM PINTURA ELETROSTÁTICA À PÓ NA COR PRETA.	PARABO- NI	12,84	256,80
6	40	UNID	CABOS DE ENXA- DA DE EUCA- LIPTO	WORKER	7,00	280,00
8	40	UNID	CABOS DE PÁ AJUNTADEIRA DE EUCALIPTO	WORKER	6,99	279,60
9	30	UNID	CARRINHO DE MÃO, COM PNEU DE CAMARA DE AR, ESTRUTURA TUBULAR BIPAR- TIDA EM AÇO, ÇAÇAMBA EM METAL 0,60 MM, CAPACIDADE DA ÇAÇAMBA DE 90 LITROS.	PARABO- NI	100,00	3.000,00

10	02	UNID	ALAVANCA RETA EM AÇO FORJADO E TEMPERADO, SAE 1045/1050, DIÂ- METRO 1.1/2" X 1,40M, MÍNIMO.	PARABO- NI	96,28	192,56
12	05	CAIXA	CAIXA DE LIMA CHATA, COM 12 UNIDADES , PARA AFIAR FERRAMENTA, SEM CABO, FA- BRICADA EM AÇO DE ALTO TEOR DE CARBONO E TRATAMENTO TERMICO ESPE- CIAL.	NICHOL- SON	61,50	307,50
14	50	UNID	RASTEL DE DEN- TE GROSSO	PARABO- NI	9,99	499,50
17	05	UNID	PÉS DE CABRA 5/8 X 0,80M	VONDER	26,00	130,00
21	50	UNID	VASSOURA ARAME (VARRER GRAMA)	FAMASTIL	8,45	422,50
22	10	UNID	COLHER DE PEDREIRO TA- MANHO MÉDIO - 10 POLEGADAS CONFECCIONA- DA EM AÇO SAE 1070, CANTO RETO	PARABO- NI	6,90	69,00
23	25	UNID	CADEADO 25 MM - CORPO EM LATÃO MACIÇO E CHAVE EM LATÃO. AUTO BLOQUEÁVEL COM TRAVA OBLÍQUA	PADO	9,96	249,00
24	25	UNID	CADEADO 45 MM CORPO EM LATÃO MACIÇO E CHAVE EM LATÃO. AUTO BLOQUEÁVEL COM TRAVA OBLÍQUA.	PADO	15,44	386,00
33	05	UNID	CABOS DE AÇO ¾ COM 05 METROS DE COMPRIMENTO	SIMAF	110,00	550,00
			TOTAL GERAL		R\$	7.692,96

Ata 14-2011 FUNDEMA

Ata nº 14/2011 – FUNDEMA - Pregão Presencial nº 08/2011 – Registro de preços para aquisição de ferramentas destinadas a manutenção das atividades da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA. Fornecedor: PIATÃ COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA ME - CNPJ nº 08.932.456/0001-00. Fraiburgo– SC- 12 meses.

ITEM	QUANT	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
2	20	UNID	PICARETAS FA- BRICADA EM AÇO CARBONO SAE 1070. PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ NA COR VERNIZ.	VONDER ECOFER	23,14	462,80
4	20	UNID	FOICES RONCA ABERTA FABRI- CADA EM AÇO CARBONO SAE 1070. PINTURA ELETROSTÁ- TICA A PÓ NA COR VERNIZ. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 298 X 100 MM, COM DIA- METRO DE OLHO DE APROXIMADA- MENTE 35 MM DE DIAMETRO.	VONDER ECOFER	10,67	213,40
7	40	UNID	CABOS DE PICARETA DE EUCALIPTO	CRISTAL	10,65	426,00
11	10	UNID	ALICATE UNI- VERSAL 8", COM CABO ISOLADO, CFE NORMA ABNT	VONDER ECOFER	14,11	141,10
13	05	CAIXA	CAIXA DE LIMA REDONDA, COM 12 UNIDADES, PARA AFIAR FERRAMENTA, SEM CABO, FA- BRICADA EM AÇO DE ALTO TEOR DE CARBONO E TRATAMENTO TERMICO ESPE- CIAL.	VONDER ECOFER	113,00	565,00
15	05	UNID	FACÃO PARA MATO, LÂMINA EM AÇO CAR- BONO 14", COM FIO LISO, CABO DE POLIPROPI- LENO FIXADO POR PREGOS DE ALUMÍNIO	VONDER ECOFER	8,40	42,00
18	05	UNID	NÍVEL ALUMÍ- NIO 16 POL 3 AMPOLAS	VONDER ECOFER	8,64	43,20

19	05	UNID	PRUMO DE PE-DREIRO Nº5 DE FACE	VONDER ECOFER	14,47	72,35
20	05	UNID	"ESQUADROS 14"	VONDER ECOFER	7,74	38,70
25	05	UNID	SERROTES GRANDES 22 " POL. COM BAINHA LÂMINA DE AÇO CARBONO SAE 1055, TEMPERADO E LIXADO, CABO EM MADEIRA COM 05 DENTES POR POLEGADA.	VONDER PADO	13,98	69,90
26	08	UNID	ARCOS DE SERRA TIPO PROFISSIONAL CFE NORMA ABNT	VONDER PADO	9,41	75,28
27	50	UNID	FOLHA DE SERRA PARA ARCO DE SERRA 12" X 24 DENTES, FABRICADA COM ACO BI - METAL UNIQUE, LAMINA DE SERRA, SEMI - RIGIDA, INQUEBRAVEL DURANTE AO USO E A PROVA DE ESTILHAÇAMENTO CONFORME NORMA ABNT.	ECOFER NICHOLSON	2,31	115,50
28	10	UNID	TRENA RETRÁTIL DE 30 METROS CONFECCIONADA EM FIBRA DE VIDRO, EM CAIXA PLÁSTICA ABERTA.	VONDER ECOFER	21,08	210,80
29	10	JOGOS	JOGOS DE CHAVES ESTRELA COMBINADAS COM CHAVE DE BOCA DE 08 A 32 MM COM 12 PEÇAS. CHAVE COMBINADA DO Nº 8 MM ATÉ 32 MM, CFE NORMA ABNT	VONDER ECOFER	145,00	1.450,00
30	05	UNID	CAIXA DE FERRAMENTA EM ALUMÍNIO TIPO BAU MEDIDA MÍNIMO DE 50X16X17CM	VONDER ECOFER	50,49	252,45
31	05	JOGOS	JOGOS DE CHAVE DE FENDA C/ 05 CHAVES CFE NORMA ABNT	VONDER ECOFER	13,05	65,25

32	05	JOGOS	JOGOS DE CHAVE PHILIPS C/ 05 CHAVES CFE NORMA ABNT	VONDER ECOFER	13,05	65,25
34	12	UNID	BRAÇADEIRAS P/ CABO DE AÇO	VONDER ECOFER	4,29	51,48
			TOTAL GERAL		R\$	4.360,46

Ata 20-2011 ASSISTENCIA SOCIAL

Ata nº 20/2011 – FMAS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2011 – Registro de preço para aquisição de material de expediente destinados a manutenção dos programas de Assistência Social, (CRAS – Centro de Referência Assistência Social do Bairro Martello e Gioppo, CREAS – Centro de Referência da Assistência Social, Programas de medidas sócio educativas, liberdade assistida, PETI, Casa Lar São José, Casa de Passagem e Casa de semi liberdade). Fornecedor: PAPELARIA PARAÍSO LTDA EPP - CNPJ sob o nº 02.949.623/0001-30. Caçador – SC- 12 meses.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
3	100	UNID	CAIXAS DE ARQUIVO MORTO COR PARDO 33X25X13CM	ADAMI	1,60	160,00
7	50	CAIXA	CLIPS NIQUELADOS 2/0 COM 500G	NILL	5,90	295,00
8	5	CAIXA	CLIPS NIQUELADOS 8/0 COM 500G	NILL	5,90	29,50
9	200	UNID	COLA BRANCA PEQUENA 40GR NÃO TÓXICA	MAXI	0,45	90,00
11	200	UNID	COLA GLITER 35G CORES VARIADAS BOA QUALIDADE	ACRILEX	2,25	450,00
12	30	UNID	CORRETIVO LIQUIDO A BASE DE ÁGUA TUBO 18ML	RADEX	0,99	29,70
14	25	UNID	ESTILETE COMPLETO COM LAMINA ESTREITA PLÁSTICO	CIS	0,99	24,75
15	2	CAIXA	ETIQUETAS AUTO ADESIVAS FORMATO 25,40X101,60MM CAIXA 100FLS	POLIFIX	24,00	48,00
17	50	UNID	FITA DUREX LARGA 48X50 MM	EUROCEL	2,10	105,00
18	50	UNID	FITA DUREX PEQUENA 12X30	EUROCEL	0,50	25,00
19	50	UNID	FITA KRAFT 1-50MMX50 (MARROM)	EUROCEL	12,00	600,00
20	700	UNID	FOLHA EVA 90X62-CORES VARIADAS GRAMATURA 2MM	REY	2,75	1.925,00
23	25	CAIXA	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6 GALVANIZADOS CAIXA COM 5000	FRAMA	2,75	68,75
28	100	CAIXA	MASSA DE MODELAR CAIXA COM 12 CORES BASE DE AMIDO	ACRILEX	2,50	250,00

29	50	UNID	MOLHA DEDO COM 12G GEL NÃO TÓXICO LIGEIRAMENTE PERFUMADO	CENTRAL	2,65	132,50
30	100	UNID	PAPEL CAMURÇA CORES VARIADAS 60X40CM FOLHA	VMP	0,45	45,00
31	200	UNID	PAPEL CARTÃO CORES VARIADAS	VMP	0,60	120,00
32	50	UNID	PAPEL CREPOM ROLO 48CMX2M CORES DIVERSAS	VMP	0,45	22,50
33	300	UNID	PAPEL DOBRADURA CORES VARIADAS	VMP	0,20	60,00
34	100	UNID	PAPEL LAMINADO CORES VARIADAS	VMP	0,45	45,00
36	50	UNID	PASTA AZ LOMBO LARGO INDICATIVO REMOVÍVEL 28 CM X 34 CM	FRAMA	4,20	210,00
38	20	UNID	PERFURADOR DE PAPEL GRANDE TIPO CARBEX 2002 PERFURAÇÃO MÍNIMA 60 FOLHAS	CAVIA	51,00	1.020,00
40	35	UNID	PISTOLA PARA COLA QUENTE (COLA GROSSA) BOA QUALIDADE	CIS	13,60	476,00
42	20	UNID	PRANCHETA EM ACRÍLICO TRANSPARENTE OFÍCIO	DELO	7,95	159,00
44	100	UNID	RÉGUA ACRÍLICA 30CM	WALEU	0,30	30,00
46	50	UNID	TESOURA PARA TECIDO EM AÇO INOX, CABO DE PLÁSTICO DE 25 CM	TRSMONTINA	23,00	1.150,00
48	200	METRO	TNT- (TECIDO NÃO TECIDO) 1.40 LARGURA	SULBRASIL	0,95	190,00
			TOTAL GERAL			7.760,70

Ata 21-2011 ASSISTENCIA SOCIAL

Ata nº 21/2011 – FMAS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2011 – Registro de preço para aquisição de material de expediente destinados a manutenção dos programas de Assistência Social, (CRAS – Centro de Referência Assistência Social do Bairro Martello e Gioppo, CREAS – Centro de Referência da Assistência Social, Programas de medidas sócio educativas, liberdade assistida, PETI, Casa Lar São José, Casa de Passagem e Casa de semi liberdade). Fornecedor: SATELITE COMERCIAL LTDA - CNPJ sob o nº 82.629.072/0001-67. Curitiba – PR - 12 meses.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	10	UNID	BOBINA PARA FAX 216X30MT	MC	4,00	40,00
2	500	UNID	CADERNO BROCHURA C/ 48 FLS. PEQUENO	SULAMERICANA	0,49	245,00
4	10	UNID	CALCULADORA SOLAR 12 DÍGITOS	SHENG	12,00	120,00

5	50	CAIXA	CANETA HI-DROGRÁFICAS CAIXA COM 6 UNIDADES FABRICAÇÃO NACIONAL	COMPACTOR	4,00	200,00
6	1500	UNID	CANETAS ESFEROGRÁFICAS CRISTAL COR AZUL COM TAMPÃO E COM UM FURO A 6 CM DA BASE FINAL PONTA DE TUNGSTÊNIO	BIC	0,40	600,00
10	30	UNID	COLA COLORIDA –ESTOJO COM 4 - CORES VARIADAS	PIRATININGA	3,00	90,00
13	200	UNID	DESTACA TEXTO COR AMARELA	JOCAR	1,00	200,00
16	50	UNID	EXTRATORES PARA GRAMPOS EM INOX RESISTENTE (DURO)	BRW	1,00	50,00
21	50	CAIXA	GIZ DE CERA (PEQUENO) FINO, CAIXA COM 12 NÃO TÓXICO	PIRATININGA	0,99	49,50
22	20	UNID	GRAMPEADORES 20/6 GRANDE DE MESA	LYKE	20,00	400,00
24	3	CAIXA	GRAMPO TRI-LHO DE METAL CAIXA COM 50 UNIDADES	BRW	6,00	18,00
25	50	CAIXA	LÁPIS DE COR GRANDE CAIXA COM 12 UNIDADES- FABRICAÇÃO NACIONAL	LABRA	3,00	150,00
26	5	CAIXA	LÁPIS DE ES- CREVER PRETO Nº2 TIPO EVOLUTION CAIXA COM 144	INJEX PEN	40,0	200,00
27	10	UNID	LIVRO ATA COM 50 FOLHAS	SD	4,00	40,00
35	500	UNID	PAPEL VERGET COM 120 DE GRAMATURA	FILIPERSON	0,14	70,00
37	50	UNID	PASTA DE PAPELÃO COM ELÁSTICO	COLOPRESS	0,89	44,50
39	100	UNID	PINCEL ATÔMICO 1100P CORES VARIADAS	LYKE	1,00	100,00
41	50	UNID	POST-IT 4 BLOCOS 653 38X50MM EMBALAGEM COM 4 BLOCOS DE 100 FOLHAS	BRW	2,79	139,50

43	500	UNID	REFIL DE COLA QUENTE GROSSA MEDINDO 13,3 CM X 30,0 CM	RENDCO-LA	0,76	380,00
45	1000	RESMA	PAPEL A4 - 75GM 2,10X2,97MM 500 FOLHAS, COM CERTIFICADO (CER-FLO) INMETRO	CHAMEX	10,29	10.290,00
47	50	CAIXA	TINTA GUACHE COM 6 CORES PRIMARIAS	PIRATININGA	2,00	100,00
			TOTAL GERAL			13.526,50

Ata 93-2011 PREFEITURA

Ata nº 93/2011 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2011 – Registro de preços destinado a contratação de empresa para limpeza de fossa, caixa de gordura, poço, bocas de lobo, caixa d'água e filtros; desentupimento de rede esgoto, tubos, bueiros e canos; hidro-jateamento, auto bomba, auto vácuo e locação de caçamba estacionária. Fornecedor: WLPN TRANSPORTES DE RESÍDUOS LTDA ME - CNPJ nº 00.553.801/0001-84– Caçador, SC. Prazo: 12 meses.

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
01	300	M3	Limpeza de fossa séptica	29,63	8.889,00
02	15	Unidade	Limpeza de caixa de gordura	110,00	1.650,00
03	500	M3	Limpeza de sumidouro – poço negro	29,81	14.905,00
04	200	M3	Limpeza de filtros	27,50	5.500,00
05	120	Unidade	Locação de caçamba estacionária para entulhos com carregamento, capacidade mínima de 5 m3, unidade correspondente a 05 (cinco) dias corridos	71,50	8.580,00
06	300	Hora	Serviço de Hidrojateamento com equipamento combinado de no mínimo 180 BAR de pressão	139,50	41.850,00
07	500	Unidade	Limpeza de Boca de Lobo	18,70	9.350,00
08	200	Hora	Serviços de caminhão Auto-Vácuo para desentupimento com capacidade no tanque de no mínimo 8m3	143,00	28.600,00
			TOTAL GERAL	R\$	119.324,00

Termo de Cessão de Uso

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

“CONTRATO DE CESSÃO DE USO DE IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR E A MITRA DIOCESANA DE CAÇADOR - SC”.

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

Pelo presente instrumento particular, O MUNICÍPIO DE CAÇADOR / SC, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 83.074.302/0001-31, com sede fixada à Av. Santa Catarina, nº 195, em Caçador, Santa Catarina, doravante denominado simplesmente CESSIONÁRIO, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Senhor IMAR ROCHA, brasileiro, casado, advogado, portador do CPF nº. 103.777.359-49, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador, e a MITRA DIOCESANA DE CAÇADOR, Paróquia São Francisco de Assis, também inscrita no CNPJ sob o nº 83.059758/0003-94, estabelecida em Caçador, à Sete de Setembro, nº 120, Centro, Caçador, doravante denominada CEDENTE representada pelo Padre VALMOR JOSÉ DE DEUS, brasileiro, solteiro, padre, portador do CPF nº. 075.646.478-17, celebram este TERMO DE CESSÃO DE USO, em caráter gratuito, mediante a condição de que o imóvel objeto deste Termo não será utilizado fora dos fins aqui fixados.

DO OBJETO DO CONTRATO

Cláusula Primeira - O presente instrumento tem como objeto formalizar a posse direta ao CESSIONÁRIO, de parte um imóvel localizado à Rua Osmar Ritter, nº 21, Bairro Nossa Senhora Salete, em Caçador - SC, composto de duas salas, um banheiros, uma cozinha e área de circulação, pelo período determinado compreendido entre o dia 18/07/2011 à 07/08/2011, permanecendo o domínio e a posse indireta do bem com a CEDENTE.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DA ENTREGA E ADMINISTRAÇÃO

Cláusula Segunda - A CEDENTE empresta neste ato o imóvel descrito na Cláusula Primeira ao CESSIONÁRIO, livre e desembaraçado de quaisquer ônus judiciais e extrajudiciais, mediante a assinatura pelas partes do presente Termo de Cessão de Uso.

Parágrafo único - O CESSIONÁRIO administrará, usará e fruirá o bem ora transferido, como seu fosse, enquanto perdurar a presente Cessão de Uso, com o objetivo específico de abrigar as turmas que funcionavam junto ao Centro de Educação Infantil Sininho, de propriedade/mantido pelo Cessionário, enquanto o mesmo estiver em reforma, por motivo dos problemas ocasionados pelo temporal que abateu a cidade de Caçador em 10/07/2011, destruindo parte do telhado do CEI Sininho, e suas dependências.

DA VIGÊNCIA

Cláusula Terceira - O presente contrato terá vigência pelo período compreendido entre os dias 18/07/2011 à 07/08/2011; e poderá ser prorrogado mediante assinatura de Termos Aditivos.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Cláusula Quarta - I - São obrigações do Cessionário:

1. Utilizar o imóvel exclusivamente para a finalidade a que se propõe, não podendo ceder o uso do bem em causa, mediante aluguel, subcontrato, arrendamento ou qualquer outra forma, durante a vigência deste Contrato;
2. Realizar o pagamento das despesas de água e luz, durante a vigência deste Termo, correndo às suas expensas as despesas decorrentes de limpeza e conservação do imóvel, enquanto estiver no uso e gozo do mesmo;
3. O CESSIONÁRIO compromete-se a devolver o bem recebido

em cessão de uso, ao final do contrato, nas mesmas condições de uso e conservação, ressalvados os desgastes decorrentes do uso natural.

II - São obrigações da Cedente:

1. Comunicar por escrito ao CESSIONÁRIO sua eventual intenção de não prorrogar a vigência do presente Contrato, com prazo de antecedência mínima de 30 dias;

2. Antes de findo o prazo estipulado neste instrumento ou qualquer uma de suas prorrogações, abster-se de promover qualquer ação no sentido de reaver, para uso próprio ou de terceiros, a qualquer título, o imóvel ocupado pelo CESSIONÁRIO.

Cláusula Quinta - O presente instrumento poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, através de Termos Aditivos; bem como rescindido de comum acordo entre as partes; a qualquer tempo, por inadimplência total ou parcial de quaisquer das obrigações ou condições pactuadas, mediante notificação por escrito à parte inadimplente, com prova de recebimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DOS CASOS OMISSOS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Cláusula Sexta - Os casos omissos ou excepcionais, não previstos neste instrumento, deverão ser submetidos, com brevidade e por escrito, à apreciação das partes e serão resolvidos de acordo com as Leis vigentes e demais normas regulamentares.

DA PUBLICAÇÃO

Cláusula Sétima - O presente Contrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Município, correndo tal iniciativa por conta da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR, dispensado procedimento prévio licitatório em virtude da ocorrência de caso fortuito e urgência na solução do problema.

DO FORO

Cláusula Oitava - Fica eleito o foro da Comarca de Caçador, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões que derivem deste Contrato e que não puderem ser decididas pela via administrativa.

E por estarem entre si justos e contratados, de pleno acordo, assinam o presente Contrato de Cessão de Uso, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas a tudo presente, para todos os efeitos legais.

Caçador, 18 de julho de 2011.
IMAR ROCHA
Prefeito Municipal DE CAÇADOR

Pe. Valmor José de Deus
MITRA DIOCESANA DE CAÇADOR - SC
Paróquia São Francisco de Assis
Testemunhas:

LUCIANA MARIA BARBOSA NUNES DE OLIVEIRA
Advogada OAB/SC nº. 14.407

NELSON MOLINSKI MOREIRA SANTOS
Secretário Adjunto de Educação

Aviso de Licitação PR 16-2011 FUNDEMA
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO DE CAÇADOR
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Pregão Presencial nº 16/2011 - FUNDEMA

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE SEGURANÇA PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14h00min do dia 27/09/2011.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h05min do dia 27/09/2011.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 31 de Agosto de 2011.

DENISE CHIARELLO HARTMANN

Presidente

Aviso de Licitação TP 02-2011 FUNDEMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CAÇADOR

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Tomada de Preço nº 02/2011 - FUNDEMA

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL (materiais e serviços)

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços complementares na Estação de Tratamento de Água de Caçador/SC, conforme projetos, memorial descritivo e orçamento analítico anexos ao presente.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até 14h00min do dia 04/10/2011.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 04/10/2011.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 05 de Setembro de 2011.

DENISE CHIARELLO HARTMANN

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo Nº 196, de 06 de Setembro de 2011.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 196, DE 06 DE SETEMBRO DE 2011.

Homologa o Convênio nº 17/2011, celebrado entre a Fundação Municipal de Esportes de Caçador e o Caçador Jeep Clube.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 05 de setembro de 2011, aprovou e ele promulga o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica homologado o Convênio nº 17/2011, celebrado entre a Fundação Municipal de Esportes de Caçador e o Caçador Jeep Clube, inscrita no CNPJ sob o nº 04.122.989/0001-67, com sede na Rua Vidal Ramos, nº 100, nesta cidade de Caçador, objetivando o desenvolvimento do desporto amador, na modalidade de rally de regularidade, na comunidade de Caçador e participação em eventos esportivos municipais, estaduais e nacionais, conforme Convênio que fica fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua

publicação.

Sala das Sessões, em 06 de setembro de 2011.
SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,
Presidente.

ITACIR JOÃO FIORESE,
Vice-Presidente.

CARLOS EVANDRO LUZ,
1º Secretário.

WILSON LUIZ BINOTTO,
2º Secretário.

Decreto Legislativo Nº 197, de 06 de Setembro de 2011.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 197, DE 06 DE SETEMBRO DE 2011.
Homologa o Termo de Adesão, celebrado entre o Município de Caçador/Fundo Municipal de Assistência Social e a Secretaria do Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 05 de setembro de 2011, aprovou e ele promulga o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Adesão, celebrado entre o Município de Caçador/Fundo Municipal de Assistência Social e a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação/Fundo Estadual de Assistência Social, visando o estabelecimento das condições, responsabilidades e compromissos que deverão ser cumpridos pelo gestor municipal do Fundo Municipal de Assistência Social, para que o Município se habilite a receber as transferências automáticas de recursos para a manutenção das ações continuadas definidas na NOB/SUAS, pela sistemática do Fundo a Fundo, conforme Termo de Adesão que fica fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06 de setembro de 2011.
SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,
Presidente.

ITACIR JOÃO FIORESE,
Vice-Presidente.

CARLOS EVANDRO LUZ,
1º Secretário.

WILSON LUIZ BINOTTO,
2º Secretário.

Decreto Legislativo Nº 198, de 06 de Setembro de 2011.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 198, DE 06 DE SETEMBRO DE 2011.
Homologa o Termo de Transição, celebrado entre o Município de Caçador/Fundo Municipal de Assistência Social e a Secretaria do Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 05 de setembro de 2011, aprovou e ele promulga o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Transição, celebrado entre o Município de Caçador/Fundo Municipal de Assistência Social e a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação/Fundo Estadual de Assistência Social, visando o estabelecimento das condições, responsabilidades e compromissos que deverão ser cumpridos pelo gestor municipal do Fundo Municipal de Assistência Social, para que o Município se habilite a receber as transferências automáticas de recursos para a manutenção das ações continuadas definidas na NOB/SUAS, pela sistemática do Fundo a Fundo, conforme Termo de Transição que fica fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06 de setembro de 2011.
SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,
Presidente.

ITACIR JOÃO FIORESE,
Vice-Presidente.

CARLOS EVANDRO LUZ,
1º Secretário.

WILSON LUIZ BINOTTO,
2º Secretário.

Edital de Audiência Pública Nº 05/2011.

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA nº 05/2011.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Caçador convida toda a sociedade civil organizada com atuação e sede no Município de Caçador, bem como os demais municípios, a participar de AUDIÊNCIA PÚBLICA, no âmbito da COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTAS DO MUNICÍPIO, que se realizará no dia 27 de setembro de 2011, às 18 horas, no Plenário Osvaldo José Gomez, sito à Rua Fernando Machado, 139, com a finalidade demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais referentes ao 2º quadrimestre do exercício de 2011.

Caçador, em 06 de setembro de 2011.
SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,
Presidente da CMC.

MARCOS DA SILVA CREMINÁCIO,
Presidente da CFOCM.

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 6.652 de 06 de Setembro de 2011

DECRETO Nº 6.652 DE 06 DE SETEMBRO DE 2011
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL E CRIA ELEMENTO DE DESPESA POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 3.748 de 06 de setembro de 2011; Decreta:
Art.1º) Abrir crédito Suplementar Especial e Cria Elemento de Despesa no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), a fim de

suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 - Secretaria Municipal de Educação

05.01 - Serviço de Apoio Administrativo a Educação

2.045 - Pessoal do Apoio Administrativo à Educação

300000.00.519 - Despesas Correntes

310000.00.519 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00.519 - Aplicações Diretas

319004.00.519 - Contratação por Tempo Determinado R\$ 12.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

05.00 - Secretaria Municipal de Educação

05.02 - Serviço de Ensino Fundamental

2.013 - Manutenção do Núcleo de Apoio Pedagógico

300000.00.519 - Despesas Correntes

330000.00.519 - Outras Despesas Correntes

339000.00.519 - Aplicações Diretas

339030.00.519 - Material de Consumo R\$ 5.000,00

400000.00.519 - Despesas de Capital

440000.00.519 - Investimentos

449000.00.519 - Aplicações Diretas

449052.00.519 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 3.000,00

2.105 - Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental

400000.00.519 - Despesas de Capital

440000.00.519 - Investimentos

449000.00.519 - Aplicações Diretas

449052.00.519 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 4.000,00

TOTAL R\$ 12.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 09 de setembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 06/09/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.653 de 06 de Setembro de 2011

DECRETO Nº 6.653 DE 06 DE SETEMBRO DE 2011

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO

PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 267.904,00 (duzentos e sessenta e sete mil e novecentos e quatro reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

02.00 - Gabinete do Prefeito

02.01 - Chefia de Gabinete

2.010 - Contribuição a CNM, FECAM e Manutenção do CIGA.

300000.00.136 - Despesas Correntes

330000.00.136 - Outras Despesas Correntes

335000.00.136 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

335041.00.136 - Contribuições R\$ 504,00

2.101 - Manut. e Coord. das Ativ. do Gabinete e Casa da Cidadania

400000.00.136 - Despesas de Capital

440000.00.136 - Investimentos

449000.00.136 - Aplicações Diretas

449052.00.136 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 3.000,00

03.00 - Secretaria Municipal de Administração

03.01 - Serviço de Administração

2.043 - Pessoal da Secretaria Municipal de Administração

300000.00.136 - Despesas Correntes

310000.00.136 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00.136 - Aplicações Diretas

319011.00.136 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 48.000,00

2.102 - Manutenção e Coordenação das Ativid. da Secretaria de Administração

300000.00.136 - Despesas Correntes

330000.00.136 - Outras Despesas Correntes

339000.00.136 - Aplicações Diretas

339039.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 15.000,00

04.00 - Secretaria Municipal de Finanças

04.01 - Serviço do Controle Fazendário

2.011 - Contribuição para a formação do PASEP

300000.00.136 - Despesas Correntes

330000.00.136 - Outras Despesas Correntes

339000.00.136 - Aplicações Diretas

339047.00.136 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 50.000,00

07.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

07.01 - Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente

1.009 - Distribuição de Mud. de Árvores de Matas Nativas

300000.00.136 - Despesas Correntes

330000.00.136 - Outras Despesas Correntes

339000.00.136 - Aplicações Diretas

339032.00.136 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 10.000,00

1.047 - Distribuição de Pequenos Animais

300000.00.136 - Despesas Correntes

330000.00.136 - Outras Despesas Correntes

339000.00.136 - Aplicações Diretas

339032.00.136 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 1.400,00

08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.

08.01 - Serviço de Planejamento e Obras

2.052 - Pessoal da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

300000.00.136 - Despesas Correntes

310000.00.136 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00.136 - Aplicações Diretas

319004.00.136 - Contratação por Tempo Determinado R\$ 20.000,00

13.00 - Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental

13.01 - Serviço de Saneamento Ambiental

2.125 - Ampliação da Rede de Abastecimento de Água

400000.00.766 - Despesas de Capital

440000.00.766 - Investimentos

449000.00.766 - Aplicações Diretas

449051.00.766 - Obras e Instalações R\$ 120.000,00

TOTAL R\$ 267.904,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

02.00 - Gabinete do Prefeito

02.01 - Chefia de Gabinete

2.009 - Subvenção a Entidades Educacionais e Assistenciais do Município

300000.00.136 - Despesas Correntes

330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
 335000.00.136 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
 335041.00.136 - Contribuições R\$ 15.760,00
 2.010 - Contribuição a CNM, FECAM e Manutenção do CIGA
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 310000.00.136 - Pessoal e Encargos Sociais
 317100.00.136 - Transferências a Consórcios Públicos
 317113.00.136 - Obrigações Patronais R\$ 8,00
 400000.00.136 - Despesas de Capital
 440000.00.136 - Investimentos
 445000.00.136 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
 445041.00.136 - Auxílios R\$ 300,00
 03.00 - Secretaria Municipal de Administração
 03.01 - Serviço de Administração
 2.600 - Bolsa de Estudo a Servidor
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.136 - Aplicações Diretas
 339018.00.136 - Auxílio Financeiro a Estudantes R\$ 8.000,00
 6.015 - Amortização para Cobrir Déficit Atuarial do RPPS
 400000.00.136 - Despesas de Capital
 460000.00.136 - Amortização da Dívida
 469000.00.136 - Aplicações Diretas
 469093.00.136 - Indenizações e Restituições R\$ 27.832,00
 04.00 - Secretaria Municipal de Finanças
 04.01 - Serviço do Controle Fazendário
 1.002 - Programa de Premiação do pagamento de IPTU
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.136 - Aplicações Diretas
 339031.00.136 - Premiações Culturais, Artist, Cientif, Despor e Outros R\$ 1.000,00
 2.044 - Pessoal da Secretaria Municipal de Finanças
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 310000.00.136 - Pessoal e Encargos Sociais
 319000.00.136 - Aplicações Diretas
 319011.00.136 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 44.314,00
 07.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
 07.01 - Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente
 1.033 - Manutenção das Áreas de Preservação Ambiental
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
 335000.00.136 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
 335041.00.136 - Contribuições R\$ 5.000,00
 339000.00.136 - Aplicações Diretas
 339030.00.136 - Material de Consumo R\$ 1.200,00
 339036.00.136 - Outros Serviço de Terceiros - Pessoa Física R\$ 1.200,00
 339039.00.136 - Outros Serviço de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 5.500,00
 1.039 - Distribuição de Calcário
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.136 - Aplicações Diretas
 339032.00.136 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 3.400,00
 1.041 - Distribuição de Sementes de Milho, Feijão e Adubação Orgânica.
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.136 - Aplicações Diretas
 339032.00.136 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 18.260,00
 1.041 - Distribuição de Mudanças de Árvores Frutíferas
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.136 - Aplicações Diretas

339032.00.136 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 420,00
 07.03 - Serviço de Comércio e Indústria
 1.014 - Criação de Incubadora de Empresas
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.136 - Aplicações Diretas
 339030.00.136 - Material de Consumo R\$ 710,00
 339035.00.136 - Serviços de Consultoria R\$ 5.000,00
 339036.00.136 - Outros Serviço de Terceiros - Pessoa Física R\$ 5.000,00
 339039.00.136 - Outros Serviço de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 5.000,00
 13.00 - Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental
 13.01 - Serviço de Saneamento Ambiental
 2.123 - Pessoal da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental
 300000.00.766 - Despesas Correntes
 310000.00.766 - Pessoal e Encargos Sociais
 319000.00.766 - Aplicações Diretas
 319011.00.766 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 30.000,00
 2.124 - Manut. e Coord. das Ativ. da Secretaria Mun. de Saneamento Ambiental
 300000.00.766 - Despesas Correntes
 330000.00.766 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.766 - Aplicações Diretas
 339035.00.766 - Serviços de Consultoria R\$ 20.000,00
 2.125 - Ampliação da Rede de Abastecimento de Água
 400000.00.766 - Despesas de Capital
 440000.00.766 - Investimentos
 449000.00.766 - Aplicações Diretas
 449061.00.766 - Aquisição de Imóveis R\$ 70.000,00
 TOTAL R\$ 267.904,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 06 de setembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
 Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
 Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 06/09/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
 Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.748 de 06 de Setembro de 2011

LEI Nº 3.748 DE 06 DE SETEMBRO DE 2011
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL E CRIA ELEMENTO DE DESPESA POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
 Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar Especial e Criar Elemento de Despesa no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), a fim de suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

05.00 - Secretaria Municipal de Educação
 05.01 - Serviço de Apoio Administrativo a Educação
 2.045 - Pessoal do Apoio Administrativo à Educação
 300000.00.519 - Despesas Correntes
 310000.00.519 - Pessoal e Encargos Sociais



319000.00.519 - Aplicações Diretas
 319004.00.519 - Contratação por Tempo Determinado R\$ 12.000,00
 Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente:
 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
 05.02 - Serviço de Ensino Fundamental
 2.013 - Manutenção do Núcleo de Apoio Pedagógico
 300000.00.519 - Despesas Correntes
 330000.00.519 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.519 - Aplicações Diretas
 339030.00.519 - Material de Consumo R\$ 5.000,00
 400000.00.519 - Despesas de Capital
 440000.00.519 - Investimentos
 449000.00.519 - Aplicações Diretas
 449052.00.519 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 3.000,00
 2.105 - Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental
 400000.00.519 - Despesas de Capital
 440000.00.519 - Investimentos
 449000.00.519 - Aplicações Diretas
 449052.00.519 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 4.000,00
TOTAL R\$ 12.000,00
 Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 09 de setembro de 2011.
VILMAR GROSSKOPF
 Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
 Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 06/09/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
 Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.749 de 06 de Setembro de 2011
LEI Nº 3.749 DE 06 DE SETEMBRO DE 2011
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 267.904,00 (duzentos e sessenta e sete mil e novecentos e quatro reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

02.00 - Gabinete do Prefeito
 02.01 - Chefia de Gabinete
 2.010 - Contribuição a CNM, FECAM e Manutenção do CIGA
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
 335000.00.136 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
 335041.00.136 - Contribuições R\$ 504,00
 2.101 - Manut. e Coord. das Ativ. do Gabinete e Casa da Cidadania
 400000.00.136 - Despesas de Capital
 440000.00.136 - Investimentos
 449000.00.136 - Aplicações Diretas

449052.00.136 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 3.000,00
 03.00 - Secretaria Municipal de Administração
 03.01 - Serviço de Administração
 2.043 - Pessoal da Secretaria Municipal de Administração
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 310000.00.136 - Pessoal e Encargos Sociais
 319000.00.136 - Aplicações Diretas
 319011.00.136 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 48.000,00
 2.102 - Manutenção e Coordenação das Ativid. da Secret. de Administração
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.136 - Aplicações Diretas
 339039.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 15.000,00
 04.00 - Secretaria Municipal de Finanças
 04.01 - Serviço do Controle Fazendário
 2.011 - Contribuição para a formação do PASEP
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.136 - Aplicações Diretas
 339047.00.136 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 50.000,00
 07.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
 07.01 - Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente
 1.009 - Distribuição de Mudanças de Árvores de Matas Nativas
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.136 - Aplicações Diretas
 339032.00.136 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 10.000,00
 1.047 - Distribuição de Pequenos Animais
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.136 - Aplicações Diretas
 339032.00.136 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 1.400,00
 08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.
 08.01 - Serviço de Planejamento e Obras
 2.052 - Pessoal da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 310000.00.136 - Pessoal e Encargos Sociais
 319000.00.136 - Aplicações Diretas
 319004.00.136 - Contratação por Tempo Determinado R\$ 20.000,00
 13.00 - Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental
 13.01 - Serviço de Saneamento Ambiental
 2.125 - Ampliação da Rede de Abastecimento de Água
 400000.00.766 - Despesas de Capital
 440000.00.766 - Investimentos
 449000.00.766 - Aplicações Diretas
 449051.00.766 - Obras e Instalações R\$ 120.000,00
TOTAL R\$ 267.904,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

02.00 - Gabinete do Prefeito
 02.01 - Chefia de Gabinete
 2.009 - Subvenção a Entidades Educacionais e Assistenciais do Município
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
 335000.00.136 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
 335041.00.136 - Contribuições R\$ 15.760,00
 2.010 - Contribuição a CNM, FECAM e Manutenção do CIGA

300000.00.136 - Despesas Correntes
 310000.00.136 - Pessoal e Encargos Sociais
 317100.00.136 - Transferências a Consórcios Públicos
 317113.00.136 - Obrigações Patronais R\$ 8,00
 400000.00.136 - Despesas de Capital
 440000.00.136 - Investimentos
 445000.00.136 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
 445041.00.136 - Auxílios R\$ 300,00
 03.00 - Secretaria Municipal de Administração
 03.01 - Serviço de Administração
 2.600 - Bolsa de Estudo a Servidor
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.136 - Aplicações Diretas
 339018.00.136 - Auxílio Financeiro a Estudantes R\$ 8.000,00
 6.015 - Amortização para Cobrir Déficit Atuarial do RPPS
 400000.00.136 - Despesas de Capital
 460000.00.136 - Amortização da Dívida
 469000.00.136 - Aplicações Diretas
 469093.00.136 - Indenizações e Restituições R\$ 27.832,00
 04.00 - Secretaria Municipal de Finanças
 04.01 - Serviço do Controle Fazendário
 1.002 - Programa de Premiação do pagamento de IPTU
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.136 - Aplicações Diretas
 339031.00.136 - Premiações Culturais, Artist, Cientif, Despor e Outros R\$ 1.000,00
 2.044 - Pessoal da Secretaria Municipal de Finanças
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 310000.00.136 - Pessoal e Encargos Sociais
 319000.00.136 - Aplicações Diretas
 319011.00.136 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 44.314,00
 07.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
 07.01 - Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente
 1.033 - Manutenção das Áreas de Preservação Ambiental
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
 335000.00.136 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
 335041.00.136 - Contribuições R\$ 5.000,00
 339000.00.136 - Aplicações Diretas
 339030.00.136 - Material de Consumo R\$ 1.200,00
 339036.00.136 - Outros Serviço de Terceiros - Pessoa Física R\$ 1.200,00
 339039.00.136 - Outros Serviço de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 5.500,00
 1.039 - Distribuição de Calciário
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.136 - Aplicações Diretas
 339032.00.136 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 3.400,00
 1.041 - Distribuição de Sementes de Milho, Feijão e Adubação Orgânica.
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.136 - Aplicações Diretas
 339032.00.136 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 18.260,00
 1.041 - Distribuição de Mudanças de Árvores Frutíferas
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.136 - Aplicações Diretas
 339032.00.136 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 420,00
 07.03 - Serviço de Comércio e Indústria
 1.014 - Criação de Incubadora de Empresas
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes

339000.00.136 - Aplicações Diretas
 339030.00.136 - Material de Consumo R\$ 710,00
 339035.00.136 - Serviços de Consultoria R\$ 5.000,00
 339036.00.136 - Outros Serviço de Terceiros - Pessoa Física R\$ 5.000,00
 339039.00.136 - Outros Serviço de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 5.000,00
 13.00 - Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental
 13.01 - Serviço de Saneamento Ambiental
 2.123 - Pessoal da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental
 300000.00.766 - Despesas Correntes
 310000.00.766 - Pessoal e Encargos Sociais
 319000.00.766 - Aplicações Diretas
 319011.00.766 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 30.000,00
 2.124 - Manut. e Coord. das Ativ. da Secretaria Mun. de Saneamento Ambiental
 300000.00.766 - Despesas Correntes
 330000.00.766 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.766 - Aplicações Diretas
 339035.00.766 - Serviços de Consultoria R\$ 20.000,00
 2.125 - Ampliação da Rede de Abastecimento de Água
 400000.00.766 - Despesas de Capital
 440000.00.766 - Investimentos
 449000.00.766 - Aplicações Diretas
 449061.00.766 - Aquisição de Imóveis R\$ 70.000,00
 TOTAL R\$ 267.904,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 06 de setembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
 Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
 Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 06/09/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
 Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.426 de 05 de Setembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO
 PORTARIA Nº 8.426 DE 05 DE SETEMBRO DE 2011
 ALTERA DISPOSIÇÕES DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 2º DA PORTARIA Nº 8.388 DE 26 DE JULHO DE 2011.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal; RESOLVE:

Art.1º) Alterar as disposições do Parágrafo único do Art. 2º da Portaria nº 8.388 de 26 de julho de 2011, o qual passa a ter a seguinte redação:

"Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de julho de 2011, será pago o valor de R\$ 557,22 (quinhentos e cinquenta e sete reais, vinte e dois centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de julho de 2010, já descontado o valor de R\$ 56,23 (cinquenta e seis reais, vinte e três centavos), referente a contribuição do servidor ao IPRECAL. O valor de R\$ 112,45 (cento e doze reais, quarenta e cinco centavos) refere-se à Contribuição Patronal ao IPRECAL".



Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de julho de 2011.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 05 de setembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/09/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.427 de 05 de Setembro de 2011

G ABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.427 DE 05 DE SETEMBRO DE 2011

ALTERA DISPOSIÇÕES DO PARÁGRAFO ÚNICO DO

ART. 2º DA PORTARIA Nº 8.387 DE 26 DE JULHO DE 2011.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal; RESOLVE:

Art.1º) Alterar as disposições do Parágrafo único do Art. 2º da Portaria nº 8.387 de 26 de julho de 2011, o qual passa a ter a seguinte redação:

“Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de julho de 2011, será pago o valor de R\$ 292,31 (duzentos e noventa e dois reais, trinta e um centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de maio de 2010, já descontado o valor de R\$ 35,87 (trinta e cinco reais, oitenta e sete centavos), referente a contribuição do servidor ao IPRECAL. O valor de R\$ 71,75 (setenta e um reais, setenta e cinco centavos) refere-se à Contribuição Patronal ao IPRECAL”.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de julho de 2011.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 05 de setembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/09/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.428 de 05 de Setembro de 2011

G ABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.428 DE 05 DE SETEMBRO DE 2011

ALTERA DISPOSIÇÕES DO PARÁGRAFO ÚNICO DO

ART. 2º DA PORTARIA Nº 8.389 DE 26 DE JULHO DE 2011.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal; RESOLVE:

Art.1º) Alterar as disposições do Parágrafo único do Art. 2º da Portaria nº 8.389 de 26 de julho de 2011, o qual passa a ter a seguinte redação:

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de julho de 2011, será pago o valor de R\$ 434,05 (quatrocentos e trinta e quatro reais, cinco centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de setembro de 2010, já descontado o valor de R\$ 34,65 (trinta e quatro reais, sessenta e cinco centavos), referente à contribuição do servidor ao IPRECAL. O valor de R\$ 69,30 (sessenta e nove reais, trinta centavos) refere-se à Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de julho de 2011.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 05 de setembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/09/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.429 de 05 de Setembro de 2011

G ABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.429 DE 05 DE SETEMBRO DE 2011

ALTERA DISPOSIÇÕES DO PARÁGRAFO ÚNICO DO

ART. 2º DA PORTARIA Nº 8.386 DE 26 DE JULHO DE 2011.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal; RESOLVE:

Art.1º) Alterar as disposições do Parágrafo único do Art. 2º da Portaria nº 8.386 de 26 de julho de 2011, o qual passa a ter a seguinte redação:

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de julho de 2011, será pago o valor de R\$ 535,00 (quinhentos e trinta e cinco reais), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de julho de 2010, já descontado o valor de R\$ 43,85 (quarenta e sete reais, sessenta e oito centavos), referente a contribuição do servidor ao IPRECAL. O valor de R\$ 87,71 (oitenta e sete reais, setenta e um centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de julho de 2011.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 05 de setembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/09/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.430 de 05 de Setembro de 2011

G ABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.430 DE 05 DE SETEMBRO DE 2011

ALTERA DISPOSIÇÕES DO PARÁGRAFO ÚNICO DO

ART. 2º DA PORTARIA Nº 8.292 DE 20 DE JULHO DE 2011.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal; RESOLVE:

Art.1º) Alterar as disposições do Parágrafo único do Art. 2º da Portaria nº 8.292 de 20 de julho de 2011, o qual passa a ter a seguinte redação:

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de julho de 2011, será pago o valor de R\$ 33,59 (trinta e três reais, cinquenta e nove centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de junho de 2010, já descontado o valor de R\$ 4,15 (quatro reais, quinze centavos), referente a contribuição do servidor ao IPRECAL. O valor de R\$ 8,30 (oito reais, trinta centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de julho de 2011.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 05 de setembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/09/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.431 de 05 de Setembro de 2011

G ABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.431 DE 05 DE SETEMBRO DE 2011

ALTERA DISPOSIÇÕES DO PARÁGRAFO ÚNICO DO

ART. 2º DA PORTARIA Nº 8.293 DE 20 DE JULHO DE 2011.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal; RESOLVE:

Art.1º) Alterar as disposições do Parágrafo único do Art. 2º da Portaria nº 8.293 de 20 de julho de 2011, o qual passa a ter a seguinte redação:

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de julho de 2011, será pago o valor de R\$ 34,62 (trinta e quatro reais, sessenta e dois centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida

a partir do mês de junho de 2011, já descontado o valor de R\$ 4,27 (quatro reais, vinte e sete centavos), referente a contribuição do servidor ao IPRECAL. O valor de R\$ 8,56 (oito reais, cinquenta e seis centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de julho de 2011.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 05 de setembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/09/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Canoinhas

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial n.º 64/2011

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 153/2011

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 64/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 23/09/2011, às 14h05min, pregão presencial para aquisição de diversas peças mecânicas, destinadas a manutenção de Motoniveladoras e dos Caminhões Ford cargo 2428e n.ºs 101 e 102. Recebimento de propostas até às 14h00min do dia 23/09/2011. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Inexigibilidade de Licitação n.º 09/2011

Processo Licitatório n.º 152/2011

Inexigibilidade de Licitação n.º 09/2011

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80 sito à rua Felipe Schmidt, 10 - Centro, comunica, contratação através de Inexigibilidade de Licitação. Artigo 25, III, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Contratada: NDN EMPREENDIMENTOS ARTÍSTICOS LTDA (CNPJ: 07.589.127/0001-37). Contratação da Banda Nenhum de Nós, para apresentação artística durante a realização da 18ª FESMATE. Valor: R\$ 28.500,00 (Vinte e oito mil e quinhentos reais).

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Inexigibilidade de Licitação n.º 10/2011

Processo Licitatório n.º 155/2011

Inexigibilidade de Licitação n.º 10/2011

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80 sito à rua Felipe Schmidt, 10 - Centro, comunica, contratação através de Inexigibilidade de Licitação. Artigo 25, III, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Contratada: REGINALDO ANTONIO MARQUES DOS SANTOS (CNPJ: 13.444.182/0001-31). Contratação da dupla Regy e Nando, para apresentação artística durante a realização da 18ª FESMATE. Valor: R\$ 7.000,00 (Sete mil reais).

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Inexigibilidade de Licitação n.º 11/2011

Processo Licitatório n.º 156/2011

Inexigibilidade de Licitação n.º 11/2011

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80 sito à rua Felipe Schmidt, 10 - Centro, comunica, contratação através de Inexigibilidade de Licitação. Artigo 25, III, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Contratada: GRUPO KANOIA SHOWS & EVENTOS LTDA (CNPJ: 13.361.819/0001-26). Contratação do Grupo Kanoia, para apresentação artística durante a realização da 18ª FESMATE. Valor: R\$ 12.100,00 (Doze mil e cem reais).

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Inexigibilidade de Licitação n.º 12/2011

Processo Licitatório n.º 157/2011

Inexigibilidade de Licitação n.º 12/2011

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob. N.º 83.102.384/0001-80, sito à rua Felipe Schmidt, 10 - Centro, Comunica, contratações através de Inexigibilidade de Licitação. Artigo 25, III, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, para apresentação artística durante a 18ª FESMATE.

Vencedores: Item 1 - Grupo Top Sertanejo - Responsável: Bruno Mussolini Fernandes (CPF 060.137.719-28) - Valor: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);

Item 2 - Dupla Gustavo e Adriano - Responsável: Gustavo Roberto Kuchler (CPF 061.602.329-40) - Valor: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);

Item 3 - Grupo Os Novos Guris - Responsável: Fernando Cristóvão Artnier (CPF 730.280.029-49) - Valor: R\$ 800,00 (oitocentos reais); Item 4 - Dupla Tony Marcos e Gabriel - Responsável: Ilandir Freitas (CPF 311.402.979-53) - Valor: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);

Item 5 - Grupo Os Novatos - Responsável: Renan Marcelo de Lara (CPF 080.728.399-18) - Valor: R\$ 600,00 (seiscentos reais);

Item 6 - Grupo Os Trilhas - Responsável: Dorvalindo Saibel (CPF 517.131.019-04) - Valor: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais); Item 7 - Grupo Redomão - Empresa: Ana Laura Jacomel Felde-mann (CNPJ 13.793.391/0001-90) - Valor: R\$ 2.000,00 (dois mil reais);

Item 8 - Cantor Dailson Melo - Responsável: Dailson Melo Leite (CPF 067.110.509-40) - Valor: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);

Item 9 - Grupo Marcação - Empresa: Everton Stach (CNPJ 06.879.144/0001-46) - Valor: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais);

Item 10 - Grupo Alma Serrana - Empresa: Villar - Comércio e Promoções Artísticas Ltda (CNPJ 01.982.675/0001-46) - Valor: R\$

6.000,00 (seis mil reais);

Vigência dos contratos: 08/09/2011 à 13/09/2011.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Capinzal**PREFEITURA****Contrato 0188/2011**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0188/2011

Convite p/Obras e Serviços de Engenharia 0109/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: CONSTRULACER COM. E CONST. LACERDOPOLIS LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para REVITALIZAÇÃO E PINTURA de diversas Escolas do Ensino Fundamental, e Centros Municipais de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, Recursos do Salário Educação e FUNDEB.

VALOR R\$: 61.992,20

VIGÊNCIA: 06/09/2011 A 31/12/2011

Edital 024/2011

EDITAL Nº 024, DE 8 DE SETEMBRO DE 2011.

Notifica recursos recebidos do Governo Federal - Orçamento Geral da União.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município de Capinzal, da liberação de recursos financeiros, creditado na conta corrente nº 647071-7, Agência nº 1071, Caixa Econômica Federal - CEF, no dia 02 de setembro de 2011, referente a 2ª (segunda) e última parcela proveniente do Contrato de Repasse nº 0308.508-41, celebrado com o Ministério das Cidades - Programa Gestão da Política de Desenvolvimento - PRO-MUNICÍPIO PEQ. PORTE, objetivando a pavimentação asfáltica de Ruas do Loteamento João Evangelista Parizotto, no valor de R\$ 38.155,92 (trinta e oito mil, cento e cinquenta e cinco reais e noventa e dois centavos).

Capinzal - SC, 8 de setembro de 2011.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor do presente Edital na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finanças.

Edital 025/2011

EDITAL Nº 025, DE 8 DE SETEMBRO DE 2011.

Notifica recursos recebidos do Governo Federal.

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede

neste município de Capinzal, da liberação de recursos financeiros provenientes do Governo Federal, no mês de agosto de 2011, conforme a seguir especificado:

ÓRGÃO PROVE-NIENTE	DATA DO CRÉ-DITO	PROGRAMA E/OU AÇÃO À QUE SE DESTINA	VALOR R\$
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	02/08/2011	PNATE - Ensino Médio	2.416,75
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	02/08/2011	PNATE - Ensino Funda-mental	6.297,36
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	02/08/2011	PNATE - Ensino Infantil	1.021,94
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	02/08/2011	PNAE - Merenda Creche	2.688,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	02/08/2011	PNAE - Merenda - Ensi-no Fundamental	8.166,00
Fundo Nacional de Saúde	17/08/2011	PAB - Piso de Atenção Básica - Fixo	31.153,50
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	18/08/2011	PNAE - Pré Escola	4.212,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	19/08/2011	Salário Educação	40.927,89
Fundo Nacional de Saúde	19/08/2011	PACS - Programa Agentes Comunitários de Saúde	21.000,00
Fundo Nacional de Saúde	19/08/2011	Saúde Bucal	2.100,00
Fundo Nacional de Saúde	19/08/2011	Programa Saúde da Família - PSF	20.100,00

Capinzal - SC, 8 de setembro de 2011.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor do presente Edital na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finanças

Edital 026/2011

EDITAL Nº 026, DE 8 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a Audiência Pública para discutir a situação do Hospital Nossa Senhora das Dores - HNSD, na forma que especifica.

O Prefeito do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, COMUNICA as entidades civis organizadas e a população em geral, que realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA no dia 14 de setembro de 2011, às 20 horas, no Auditório da Câmara Municipal de Vereadores, sito à Rua Alexandre Thomazoni, nº 120, Centro, com o objetivo de discutir o desenvolvimento de ações em prol do Hospital Nossa Senhora das Dores - HNSD.

Capinzal, em 8 de setembro de 2011.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o teor do presente Edital na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finanças

Edital 615/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 266 615/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AAP9967	54940608C	VALMIR LUIZ BANDEIRA	5010/0	162 * I
AAP9967	54940609C	VALMIR LUIZ BANDEIRA	5061/0	163 c/c 162 * I
AAP9967	54940610C	VALMIR LUIZ BANDEIRA	6599/2	230 * V
ADE2209	55071050B	IVONETE BATISTA	6920/0	233
LXW0305	54940530C	SILVONEI MASSON	6920/0	233
LYP5802	55070682B	IVO HOLETZ	5010/0	162 * I
LYP5802	55070683B	IVO HOLETZ	5061/0	163 c/c 162 * I
MAM3720	54940522C	VITALINO COLOMBO	6920/0	233
MDW2871	55071051B	EGISTO LUIZ DA SILVA	5169/1	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 15 DE AGOSTO DE 2011

MARCOS ITO OKUMA

DELEGADO DE POLICIA

Edital 616/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 266 616/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LZH1558	55070941B	IVONE CAMPOS DE CAMARGO	6530/0	228
MAA3120	54940615C	ALEX RODRIGO BERTOTTI	5568/0	181 * XIX
MAN7533	54940708C	VENERI DA SILVA AMORA	5967/0	203 * V
MCT7427	54940710C	SANDRA MANFE	5940/1	203 * III
MFH1885	55070585B	LOURDES ANTUNES DE LIMA	5940/1	203 * III
MFH1885	55070586B	LOURDES ANTUNES DE LIMA	5720/0	186 * I
MFH1885	55070587B	LOURDES ANTUNES DE LIMA	5967/0	203 * V
MFH1885	55070588B	LOURDES ANTUNES DE LIMA	5959/1	203 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 15 DE AGOSTO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 617/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 266 617/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
CBA9719	55070511B	VALMIR LUIZ SILVA	6920/0	233
CBD0002	55070916B	PAULINO PEREIRA DIAS	5169/2	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 15 DE AGOSTO DE 2011

MARCOS ITO OKUMA

DELEGADO DE POLICIA

Edital 618/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 266 618/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
BKN0662	55070685B	JOSE CARLOS BATISTA	6920/0	233
CBG3800	54940620C	ADILSON ALVES DA SILVA	6912/0	232
CBG3800	54940621C	ADILSON ALVES DA SILVA	5045/0	162 * V
IGK4818	54940539C	MOACIR DECARLI	6920/0	233
LYM8815	55071053B	VILMAR THIBES SCHELEDER	5274/3	175
LYM8815	55071054B	VILMAR THIBES SCHELEDER	6580/0	230 * IV
LYM8815	55071055B	VILMAR THIBES SCHELEDER	6599/2	230 * V
LYM8815	55071056B	VILMAR THIBES SCHELEDER	6610/2	230 * VII
LYM8815	55071057B	VILMAR THIBES SCHELEDER	6912/0	232
MAU0414	54940634C	CLAUDEMAR LEMES DA SILVA	6920/0	233
MBK9713	54940630C	BEATRIZ FERREIRA CAVALI	6912/0	232
MBT7128	54940559C	ALTIELI AUGUSTO	5010/0	162 * I
MBT7128	54940561C	ALTIELI AUGUSTO	5061/0	163 c/c 162 * I
MBT7128	54940562C	ALTIELI AUGUSTO	6653/2	230 * XI
MBT7128	54940563C	ALTIELI AUGUSTO	6599/2	230 * V
MDV2016	54940544C	SAMARA APARECIDA PEREIRA	6920/0	233
MEL6342	54940537C	MARCELO SABATOSKI	6920/0	233
MEV6593	55070690B	NAIR FERNANDES LISBOA	6920/0	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 15 DE AGOSTO DE 2011

MARCOS ITO OKUMA

DELEGADO DE POLICIA

Edital 619/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 266 619/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ICZ9987	55070692B	CASTILHO CLAUDIO FACIN	5185/1	167
LYF8951	54940640C	RODRIGO PEREIRA ROHDEN	6068/1	209
LYM8815	54940619C	VILMAR THIBES SCHELEDER	7030/2	244 * I
LYM8815	55071052B	VILMAR THIBES SCHELEDER	5207/0	169
LYM8815	55071058B	VILMAR THIBES SCHELEDER	5738/0	186 * II
MAN6027	54940617C	ESTEVAO VICENTE MANTOVANI	5584/0	182 * II
MBK7402	55070594B	JEFFERSON DELGADO SIQUEIRA	5908/0	202 * I
MBK7402	55070595B	JEFFERSON DELGADO SIQUEIRA	5207/0	169
MBT7128	54940560C	ALTIELI AUGUSTO	5835/0	195
MEP5512	55071061B	NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO	5550/0	181 * XVIII
MEU2697	55070741B	ADRIANO BRANDAO	5959/1	203 * IV
MFQ3999	54940631C	FERNANDA TAMIRES FERREIRA	7030/2	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 15 DE AGOSTO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 620/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 266 620/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
IEB8220	55071031B	COMERCIO E TRANSPORTES CAPINZAL LTDA ME	6556/1	230 * I
IEB8220	55071032B	COMERCIO E TRANSPORTES CAPINZAL LTDA ME	6769/1	230 * XXII
IOA4382	55070924B	JOCIMAR DUARTE DE JESUS	5010/0	162 * I
IOA4382	55070925B	JOCIMAR DUARTE DE JESUS	5061/0	163 c/c 162 * I
LZD8847	55070991B	CELSO GIACOMETTI	6920/0	233
LZH1558	55070372B	IVONE CAMPOS DE CAMARGO	6920/0	233
MAU3283	54940511C	RAFAEL ANGELI	6920/0	233
MBP2639	54940507C	DAVI CASAGRANDE JUNIOR	6920/0	233
MCJ4356	55070248B	ALTAIR DE OLIVEIRA	6599/1	230 * V
MEE0162	54940518C	JANETE PEREIRA DA SILVA MADRUGA DA ROSA	6920/0	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 15 DE AGOSTO DE 2011

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

Edital 621/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 266 621/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
MAE0047	55070575B	PATRICIA RIBEIRO DA SILVA	5843/3	196

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 15 DE AGOSTO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 622/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 266 622/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LWT6248	54940542C	JOCELITO XAVIER ALVES	6920/0	233
LWU2451	54940547C	ELCI ANTONIO PADILHA	6920/0	233
MAV5655	54940536C	MARCELO DO AMARAL	6920/0	233
MBQ9580	55070988B	JOSIAS RIBEIRO	6920/0	233
MHZ7310	54940546C	ALDIR PADILHA DE LIMA	6920/0	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 15 DE AGOSTO DE 2011

MARCOS ITO OKUMA

DELEGADO DE POLICIA

Edital 623/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 266 623/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
MBK5028	55070343B	DEJANIRA DA SILVA	5460/0	181 * IX
MBO9193	55070726B	RAFAEL DE ALMEIDA	7064/0	244 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 15 DE AGOSTO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 624/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 266 624/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AFK1035	55069744B	PIERIN BALDASSO	6920/0	233
DHY5603	55070956B	JOAO ALVES RODRIGUES	6920/0	233
IKR4443	55069743B	AGENOR CORREA DRUM	6920/0	233
LYC3094	55070374B	JEVERSON ALMEIDA	6920/0	233
LZH1558	55070322B	IVONE CAMPOS DE CAMARGO	6599/1	230 * V
MBL2459	55069580B	OSCAR CUNHA	6920/0	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 16 DE AGOSTO DE 2011

MARCOS ITO OKUMA

DELEGADO DE POLÍCIA

Edital 625/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 266 625/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
MF7770	55070874B	DANIEL DOMINGOS PELEGRINI	5525/0	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 16 DE AGOSTO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 626/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 266 626/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
CVG1111	55071165B	REJANE LAURA DA SILVA	5010/0	162 * I
CVG1111	55071166B	REJANE LAURA DA SILVA	5061/0	163 c/c 162 * I
LZH0532	54940701C	JANETE APARECIDA RODRIGUES	6920/0	233
LZS0645	55070288B	DIRLEI DE SOUZA	5010/0	162 * I
LZS0645	55070289B	DIRLEI DE SOUZA	5061/0	163 c/c 162 * I
MAP6915	55070828B	JOSE ITAMAR FERREIRA	6920/0	233
MCP2080	55070345B	BERENICE FERREIRA	6920/0	233
MDP4117	55070346B	DAIANE DE COL	6920/0	233
MDU7475	55070796B	DORCELIO LOPES	6599/2	230 * V
MDU7475	55070797B	DORCELIO LOPES	5010/0	162 * I
MFS6208	54940575C	VINICIUS DE AZEREDO	6726/1	230 * XVIII
MFS6208	54940577C	VINICIUS DE AZEREDO	6912/0	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 16 DE AGOSTO DE 2011

MARCOS ITO OKUMA

DELEGADO DE POLICIA

Edital 627/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 266 627/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LYZ8539	55070088B	EDUARDO ALVES	5509/0	181 * XIII
MBI7688	54940566C	EDIO ROGERIO MAYER	5541/1	181 * XVII
MBJ2445	55071062B	ALDO PEDRO PASQUALI	6050/3	208
MFS6208	54940576C	VINICIUS DE AZEREDO	7030/2	244 * I
MFT8009	55071109B	JOSE ANTONIO RIBEIRO	5738/0	186 * II
MGN4412	55071110B	MARLI APARECIDA CORONETTI NORA	6050/1	208
MGN4412	55071111B	MARLI APARECIDA CORONETTI NORA	5967/0	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 16 DE AGOSTO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 628/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 266 628/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LZH1558	55070492B	IVONE CAMPOS DE CAMARGO	5010/0	162 * I
MBG2978	55070985B	SANTO SOCCOL E CIA LTDA ME	6920/0	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 16 DE AGOSTO DE 2011

MARCOS ITO OKUMA

DELEGADO DE POLICIA

Edital 629/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 266 629/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ARE0002	54940653C	VANDERLEI DE OLIVEIRA	6920/0	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 16 DE AGOSTO DE 2011

MARCOS ITO OKUMA

DELEGADO DE POLICIA

Edital 630/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 266 630/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LZN3730	54940851C	JEAN CARLOS MEZAROBBA	5541/1	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 16 DE AGOSTO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 867/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 266 867/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AEW4577	54943434C	RAFAEL CRIPPA	6920/0	233
LWX2574	54943271C	FERNANDO AFONSO FARIA	5010/0	162 * I
LWX2574	54943272C	FERNANDO AFONSO FARIA	5061/0	163 c/c 162 * I
MBT5164	54943291C	DAIANE DE FATIMA DA ROSA	5010/0	162 * I
MBT5164	54943292C	DAIANE DE FATIMA DA ROSA	5061/0	163 c/c 162 * I
MBT5164	54943293C	DAIANE DE FATIMA DA ROSA	6599/2	230 * V
MFZ6689	54943296C	GERSON MARTINI	6599/2	230 * V
MHJ0355	54943281C	EDUARDO AMALCABURIO	6599/2	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 31 DE AGOSTO DE 2011

MARCOS ITO OKUMA

DELEGADO DE POLÍCIA

Edital 868/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 266 868/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
BLS8359	54240458D	JONAS JOSE SANTOS	5541/2	181 * XVII
BYM0831	54240466D	JUCIMARA MORO NUNES FRANCA	5541/2	181 * XVII
ICD7501	54240467D	ROGERIO BIAZZOTTO	5541/2	181 * XVII
MBL6091	54943273C	FIRMINO ANTUNES DE MATOS	7366/2	252 * VI
MCP1190	54240486D	SERGIO LUIS HEINECK	5541/2	181 * XVII
MCX2922	54240480D	ELIANE GRAU DOS SANTOS	5541/2	181 * XVII
MIB0492	54240459D	CLAUDINEIA DE FREITAS	5541/2	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 31 DE AGOSTO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 869/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 266 869/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
MCJ1116	55037612D	EDERLIS DE GIACOMETI BOF	6920/0	233
MEN4557	54943279C	IRIA ANDREIS SAVARIS	5010/0	162 * I
MEN4557	54943280C	IRIA ANDREIS SAVARIS	5061/0	163 c/c 162 * I
MMJ4050	55037611D	JULIANO FABIO DA SILVEIRA	6920/0	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 31 DE AGOSTO DE 2011

MARCOS ITO OKUMA

DELEGADO DE POLICIA

Edital 870/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 266 870/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LZQ9526	54240487D	PEDRO FERNANDES DE SOUZA	5541/2	181 * XVII
MCY4843	54240478D	DION CARLOS CORREIA DE SOUSA	5541/2	181 * XVII
MDC6912	54240376D	ALCEBIADES SCAPINI	5541/2	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 31 DE AGOSTO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Catanduvas

PREFEITURA

Decreto Nº 1.775, de 30 de agosto de 2011.

DECRETO Nº 1.775, de 30 de agosto de 2011.

“DECLARA ESTADO DE ATENÇÃO NO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, FACE AS CHUVAS E VENTOS FORTES QUE OCORREM NO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que as chuvas e ventos fortes que ocorrem no Município, vem provocando danos materiais e ambientais, bem como prejuízos econômicos e sociais, atingindo principalmente o comércio e habitações do município de Catanduvas(SC);

CONSIDERANDO que as previsões meteorológicas indicam a continuidade para os próximos dias dessa situação com chuvas e ventos fortes na Região; e

CONSIDERANDO, por fim, a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre natural, e caracterizada como Estado de Atenção em todo o município de Catanduvas-SC..

Parágrafo único. Em face dessa declaração, todos os setores da Administração Municipal, além dos técnicos da Defesa Civil, ficam de prontidão para atender as pessoas em casos de emergência, prestando os socorros necessários.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com vigência por um prazo de quarenta e cinco (45) dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 90 dias, se perdurar anormal a situação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas-SC, 30 de agosto de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração

Registrado e publicado nesta data.

Lei Nº 2.322/2011, de 31 de agosto de 2011.

LEI Nº 2.322/2011, de 31 de agosto de 2011.

“AUTORIZA REALIZAR DESPESAS PARA A CRIAÇÃO E INSTITUIÇÃO DO HINO MUNICIPAL DE CATANDUVAS(SC)”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a

realizar despesas para a criação e instituição do Hino Municipal de Catanduvas(SC), até a importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Art. 2º A criação do Hino Municipal de Catanduvas(SC), compreendendo música, melodia, letra e gravação, será efetuada mediante a contratação de atores do processo, responsáveis pelas diversas vicissitudes do projeto, até sua forma final de execução.

Parágrafo 1º A presente medida é dispensada de licitação pública, em conformidade com as disposições constantes da Lei 8.666, e suas alterações.

Parágrafo 2º Mediante ato próprio, o Poder Executivo Municipal disciplinará os contornos da criação do Hino.

Art. 3º Tal medida é do interesse público municipal vez que, a Lei Orgânica prevê em seu artigo 2º, que o Hino compõe um dos Símbolos do Município de Catanduvas(SC), sendo necessária sua criação, diante da constatação de que o Hino atualmente utilizado pelo Município de Catanduvas(SC), pertence ao Município de Catanduvas, no Estado do Paraná, o qual detém, inclusive, os direitos autorais, bem como amparo em lei daquele Município.

Art. 4º Após concluídos os trabalhos, o Poder Executivo Municipal encaminhará à Câmara Municipal de Vereadores, projeto de lei propondo a instituição oficial do Hino no Município, contendo em anexos, a Letra, música e melodia, com respectiva autoria, cujos direitos autorais caberão exclusivamente ao Município de Catanduvas-SC.

§ 1º O Poder Executivo Municipal fica obrigado a prestar contas detalhada à Câmara de Vereadores de Catanduvas(SC) acerca dos gastos realizados, tudo no prazo de sessenta (60) dias contados da data da publicação da presente Lei.

§ 2º A prestação de contas a que se refere o § 1º deverá conter a indicação e número de inscrição no CNPJ ou CPF das pessoas jurídicas e/ou físicas que receberam valores do Município: a importância recebida por cada um; e a do empenhamento e pagamento.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão à conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas-SC, 31 de agosto de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração

Registrada e publicada nesta data.

Lei Nº 2.323/2011, de 31 de agosto de 2011.

LEI Nº 2.323/2011, de 31 de agosto de 2011.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR DESPESAS PARA AS SOLENIDADES DE INAUGURAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA DE CONSERVAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar

despesas para as solenidades de inauguração da Agroindústria de Conservas, até o limite de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), a serem empregados na contratação de empresa para instalação de cobertura em lona, e edificação de palco, necessários para o abrigo de pessoas, equipamentos e espaço físico livre para o evento.

§ 1º A contratação de empresa para a instalação da cobertura e edificação do palco, será procedida com observância aos ditames previstos na Lei 8.666 e suas alterações.

§ 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão à conta de dotações próprias do Orçamento Fiscal vigente.

Art. 2º As solenidades de inauguração da Agroindústria de Conservas ocorrerão no dia 10 de setembro de 2011, no Assentamento Santa Rita em um campo de futebol, no entorno da Agroindústria, cujo evento é de inteira e exclusiva responsabilidade da Cooper-moc - Cooperativa Regional de Industrialização e Comercialização do Meio Oeste do Contestado, sociedade cooperativa, constituída como pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.312.333/0001-20, com sede administrativa no Assentamento Santa Rita, interior, neste Município de Catanduvas-SC, Cooperativa que recebeu a Agroindústria do Município de Catanduvas-SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.290, de 7 de dezembro de 2010.

Parágrafo único. Ficará também a cargo da Coopermoc o pagamento de todas demais despesas a serem realizadas no evento, bem assim dotá-lo de aparato de segurança, e a obtenção de todas as licenças pertinentes.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas-SC, 31 de agosto de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração

Registrada e publicada nesta data.

Lei Nº 2.324/2011, de 31 de agosto de 2011.

LEI Nº 2.324/2011, de 31 de agosto de 2011.

“AUTORIZA PRESTAR INCENTIVO À INSTALAÇÃO DE UNIDADE INDUSTRIAL NO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS-SC”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a prestar incentivo à empresa FUGA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 01.552.877/0001-58, dentro do Programa Municipal de Incentivo à Instalação de Empresas, com a finalidade de instalação de uma Unidade Industrial da beneficiária, neste Município de Catanduvas-SC,

Parágrafo 1º O montante financeiro dos incentivos de que prevê a presente Lei é de até a importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Parágrafo 2º Os incentivos se darão na forma de prestação de serviços de terraplanagem e adequação do terreno pertencente à beneficiária, com a utilização de maquinários da Prefeitura Municipal, no montante de até 40 (quarenta) horas/máquinas.

Parágrafo 3º Os serviços de terraplanagem serão realizados no imóvel localizado às margens da Rodovia Federal BR 282, KM 420, próximo a Fazenda Marmeleiro, para a edificação de barracões ou galpões a serem utilizados para a futura Unidade Industrial.

Art. 2º O presente incentivo está dispensado de licitação pública na forma estabelecida na letra “a” do inciso II do art. 17 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

Parágrafo único. Poderá o Município prestar os serviços de terraplanagem no imóvel através da contratação de empresas do ramo, caso em que a contratação será efetuada mediante o atendimento das determinações contidas na Lei 8.666, e suas alterações.

Art. 3º A presente medida é do interesse público municipal, visto que se enquadra no Programa Municipal de Incentivo à Instalação de Empresas, sendo que prevê a futura Unidade Industrial, a geração de empregos e renda para o Município de Catanduvas-SC.

Art. 4º O incentivo de que trata a presente Lei, será liberado mediante assinatura de Contrato de Incentivo, o qual deverá prever, dentre outras cláusulas, as seguintes obrigações da Empresa beneficiária:

I - obter todas as licenças ambientais para a realização dos serviços de terraplanagem pelo Município;

II - iniciar suas atividades industriais, comerciais e afins, até o dia 31 de janeiro de 2012, e mantê-la em funcionamento pelo período de sete (7) anos, cumprindo com as demais condições do contrato e da presente Lei;

Parágrafo único. Durante o período de que trata o inciso II do art. 4º da presente Lei, poderá o Município efetuar vistorias na Empresa beneficiária, a fim de verificar o cumprimento das obrigações assumidas nesta Lei e no contrato a ser assinado.

Art. 5º As despesas decorrentes do cumprimento da presente Lei, correrão à conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas-SC, 31 de agosto de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário Municipal de Administração

Registrada e publicada nesta data.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 056 de 08.09.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI COMPLEMENTAR Nº 056 DE 08.09.2011

“ALTERA E ACRESCE DISPOSITIVOS A LEI COMPLEMENTAR Nº 47, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a

Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei complementar:

Art. 1º Altera o inciso IV e acresce o inciso V ao art. 2º da Lei Complementar nº 47, de 01 de dezembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

IV - Procuradoria Geral do Município; e

V - Assessoria Jurídica.”

Art. 2º A subseção IV e o art. 6º da Lei Complementar nº 47, de 01 de dezembro de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

“SUBSEÇÃO IV

Da Procuradoria Geral do Município e da Assessoria Jurídica

Art. 6º O exercício das atividades jurídicas deste Município serão realizadas pela Procuradoria Geral do Município e pela Assessoria Jurídica.

§1º Compete a Procuradoria Geral do Município:

I - representar o Município judicial e extrajudicialmente;

II - propor, a quem de direito, declaração de nulidade ou anulação de quaisquer atos administrativos manifestamente inconstitucionais ou ilegais;

III - receber citações, notificações e intimações nas ações judiciais de interesse do Município;

IV - acordar, desistir, transigir, firmar compromisso e confessar nas ações de interesse do Município, bem como, na esfera administrativa ou extrajudicial;

V - sugerir a propositura de ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal e elaborar as informações que lhe caibam prestar, na forma da Constituição do Estado;

VI - executar a dívida ativa;

VII - efetuar análise prévia das minutas dos editais de licitações e contratos administrativos;

VIII - assessorar o Prefeito em assuntos de natureza jurídica, elaborando pareceres e estudos ou propondo normas, medidas e diretrizes;

IX - assistir o Prefeito no controle interno da legalidade dos atos da Administração;

X - sugerir ao Prefeito medidas de caráter jurídico reclamadas pelo interesse público;

XI - fixar a interpretação das Constituições Federal e Estadual, da Lei Orgânica do Município e demais leis e atos normativos, a ser uniformemente seguida pelos órgãos e entidades da Administração Municipal;

XII - garantir a correta aplicação das leis, prevenir e dirimir as controvérsias entre os órgãos jurídicos da Administração Municipal;

XIII - editar enunciados de súmula administrativa, resultantes de jurisprudência iterativa dos Tribunais;

XIV - exercer orientação normativa e supervisão técnica quanto aos órgãos jurídicos das entidades da Administração Municipal;

XV - referendar atos e decretos expedidos pelo Prefeito, relativos a matérias relacionadas à Procuradoria;

XVI - requisitar das autoridades municipais competentes, certidões, informações e diligências necessárias ao desempenho de suas funções;

XVII - Acompanhar todos os processos administrativos e judiciais de interesse da municipalidade, tomando as providências necessárias para bem curar os interesses da Administração.

§ 2º À Assessoria Jurídica compete:

I - Assessorar o Prefeito em assuntos de natureza jurídica, elaborando pareceres e estudos ou propondo normas, medidas e diretrizes;

II - Assessorar na elaboração de projetos de minuta de lei, decretos, portarias, acordos, protocolos, ou contratos a celebrar pelo Município com outras entidades;

III - Elaborar estudos e pareceres que lhe sejam solicitados pelo Gabinete do Prefeito e demais órgãos de gestão, de caráter interno;

IV - Assistir o Prefeito no controle interno da legalidade dos atos da Administração e orientar a sua correta aplicação;

V - Examinar, previamente, as minutas de editais, de contratos, acordos, convênios ou ajustes e demais instrumentos jurídicos, quando solicitado;

VI - Sugerir ao Prefeito medidas de caráter jurídico reclamadas pelo interesse público;

VII - Fazer a interpretação das Constituições Federal e Estadual, da Lei Orgânica do Município e demais leis e atos normativos, a ser uniformemente seguida pelos órgãos e entidades da Administração Municipal;

VIII - Prestar apoio jurídico na análise de processos administrativos;

IX - Referendar atos expedidos pelo Prefeito, relativos a matérias relacionadas à Assessoria Jurídica do Município;

X - Requisitar das autoridades municipais competentes, certidões, informações e diligências necessárias ao desempenho da assessoria jurídica;

XI - Propor a execução da dívida ativa;

XII - Realizar outras atividades de natureza jurídica quando assim solicitadas pelo Prefeito.

§3º A Procuradoria Geral do Município será exercida por Advogado, nomeado para ocupar o cargo em comissão de Procurador Jurídico.

§ 4º A Assessoria Jurídica do Município será exercida por Advogado, nomeado para ocupar o cargo em comissão de Assessor Jurídico.”

Art. 3º Fica incluído na Estrutura Organizacional do Gabinete do Prefeito, constante no Anexo Único da Lei Complementar nº 47, de 01 de dezembro de 2010, o cargo de provimento em comissão de Assessor Jurídico, que passa a vigorar com a seguinte redação: “ANEXO ÚNICO

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO - DAS

GRUPO PROFISSIONAL: DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR - DAS
GABINETE DO PREFEITO

Nº	Cargo	Grupo	Vencimento(R\$)
1	Assessor Jurídico	DAS 8	3.000,00

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações do orçamento fiscal anual do Município.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapadão do Lageado, 08 de setembro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

Balanço Financeiro INSTITUTO PREV SOCIAL SERV PUB CONCORDIA Agosto /2011

INSTITUTO PREV SOCIAL SERV PUB CONCORDIA Balanço Financeiro Anexo AN - 5 PERÍODO DE REFERÊNCIA: Agosto /2011

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS		TÍTULOS	
ORÇAMENTÁRIA	2.181.437,64	ORÇAMENTÁRIA	312.708,12
Receitas Orçamentárias	2.181.437,64	Despesas Correntes	310.831,67
Receitas Correntes	1.747.771,33	31 - Pessoal e Encargos Sociais	15.065,15
Receita Tributária	0,00	32 - Juros e Encargos da Dívida	0,00
Receitas de Contribuições	218.332,40	33 - Outras Despesas Correntes	295.766,52
Receitas Patrimoniais	1.500.266,52	Despesas de Capital	0,00
Receitas Agropecuárias	0,00	44 - Investimentos	0,00
Receitas Industriais	0,00	45 - Inversões Financeiras	0,00
Receitas de Serviços	0,00	46 - Amortização	0,00
Transferências Correntes	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias	1.876,45
Outras Receitas Correntes	29.172,41	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	1.876,45
(-)Deduções da Receita Corrente	0,00	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
Receita Intra-Orçamentária Correntes	433.666,31	Interferências Passivas	0,00
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Correntes	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Receitas de Capital	0,00		
Operações de Crédito	0,00		
Alienação de Bens	0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00		
Transferências de Capital	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00		
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00		
Receita Intra-Orçamentária Capital	0,00		
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
Interferências Ativas	0,00		
Transferências Financeiras Recebidas	0,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	363.154,19	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	873.402,70
Interferências Ativas	0,00	Interferências Passivas	0,00
Realizável	0,00	Realizável	0,00
Créditos em Circulação	0,00	Créditos em Circulação	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00
Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00
Depósitos	50.446,07	Depósitos	51.231,28
Consignações	7.378,31	Consignações	7.378,31
Depósitos em Diversas Origens	43.067,76	Depósitos em Diversas Origens	43.852,97
Restos a Pagar	312.708,12	Restos a Pagar	322.171,42
Obrigações a Pagar	312.708,12	Obrigações a Pagar	322.171,42
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00
Outras Operações	0,00	Outras Operações	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Exigíveis a longo Prazo	0,00	Depósitos Exigíveis a longo Prazo	0,00
Outras Obrigações	0,00	Outras Obrigações	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	Decréscimos Patrimoniais	500.000,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	40.056.884,29	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	41.415.365,30
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	20.842,45	Bancos Conta Movimento	7.206,94
Bancos Conta Vinculada	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	40.036.041,84	Investimentos do RPPS	41.408.158,36
TOTAL	42.601.476,12	TOTAL	42.601.476,12

Fonte: Instituto Prev. Social Pub. de Concórdia

LUCILENE L. LAZZAROTTI
Diretora-Presidente

ONEIDE BERTOLINI
Contador - CRC/SC 027.452/O-5

Aviso Pregão Eletrônico Nº 1/2011- FUMDEMA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE AVISO
DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 1/2011- FUMDEMA

Objeto: Aquisição de mudas de árvores nativas e plantio no entorno da barragem do Rio dos Queimados, no Parque de Exposições pelo Programa Drenagem Urbana Sustentável - Projeto de Trabalho Técnico Sócio-Ambiental, Construção da Barragem Contenção de Cheias, Contrato nº 292.763-81/2009 e conforme especificações constantes nos Anexos "A" deste Edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 30/09/2011.

Abertura: dia 30/09/2011 08h30min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 02 de setembro de 2011

EDSON LUIS GONÇALVES

Superintendente da FUMDEMA

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo Nº 2.378

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.378, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011.

Concede Adicional por Tempo de Serviço.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 23 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com os arts. 41 a 43 da Lei Complementar nº 574, de 13 de dezembro de 2010,

R E S O L V E:

CONCEDER a servidora Delair Mara Selbach Dallegrove, ocupante do Cargo de Contador, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Legislativo, o Adicional por Tempo de Serviço de 1% (um por cento) do padrão de vencimento do cargo efetivo do servidor, correspondente a 1 (um) anuênio do período de 7 de setembro de 2010 a 6 de setembro de 2011, a partir de 1º de setembro de 2011.

Concórdia, 5 de setembro de 2011.

LEOCIR DOMINGO ZANELLA

Presidente

DIRCEU BIONDO

1º Secretário

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Notificação de Recebimentos de Recursos Federais 01/09/2011

Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Data do Recebimento: 01/09/2011

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.819,13
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.819,13
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	1.819,13
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	1.091,48
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	727,65

Notificação de Recebimentos de Recursos Federais 02/09/2011**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Data do Recebimento: 02/09/2011

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		3.191,70
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	3.191,70
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	3.191,70
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	1.915,02
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	1.276,68

Notificação de Recebimentos de Recursos Federais 30/08/2011**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Data do Recebimento: 30/08/2011

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		106.518,06
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	118.854,29
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	103.116,79
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	103.116,79
4.1.7.2.1.01.02.01.00	FPM - 60 %	61.870,07
4.1.7.2.1.01.02.02.00	FPM - 25%	25.779,20
4.1.7.2.1.01.02.03.00	FPM - 15%	15.467,52
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	14.050,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	5.250,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00	Saúde da Família - SF	6.700,00
4.1.7.2.1.33.08.00.00	Saúde Bucal - SB	2.100,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	1.687,50
4.1.7.2.1.34.03.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PBT	1.000,00
4.1.7.2.1.34.04.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - IGDB	687,50
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	8.287,12
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	8.287,12
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.972,27
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	3.314,85
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-20.623,35
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-20.623,35
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - FPM	-20.623,35

Notificação de Recebimentos de Recursos Federais 31/08/2011**Santa Catarina**
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Data do Recebimento: 31/08/2011

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		12.646,51
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	11.242,24
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	3.363,95
4.1.7.2.1.33.10.00.00	Transferencia do SIA - MAC	3.363,95
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	5.187,50
4.1.7.2.1.34.04.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - IGDB	687,50
4.1.7.2.1.34.05.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PBFI - CRAS	4.500,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	2.690,79
4.1.7.2.1.36.01.00.00	ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 - 60 %	1.614,47
4.1.7.2.1.36.02.00.00	ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 - 25 %	672,70
4.1.7.2.1.36.03.00.00	ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 -15%	403,62
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.942,42
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	1.942,42
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	1.165,45
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	776,97
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-538,15
9.1.7.2.1.36.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-538,15

Portaria 378/2011

PORTARIA Nº 378 DE 06 DE SETEMBRO DE 2011

CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA PÚBLICA, PARA ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DA FILHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e Arts. 70 e 71 da Lei Complementar nº 018/2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidos 04 (quatro) dias de licença, para acompanhamento de tratamento de saúde da filha, a Servidora, Sra. MARCIA D. BOFF, ocupante do cargo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 06 de setembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Portaria 379/2011

PORTARIA Nº 379 DE 06 DE SETEMBRO DE 2011

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDOR MUNICIPAL.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art. 70 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor Municipal, Sr. ANTONIO CASARIL, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 15/04/2010 a 14/04/2011, que serão gozadas no período de 19/09/2011 à 18/10/2011.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês setembro do corrente ano.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 06 de setembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

ANTONIO CASARIL Ciente em: ____/____/2011

Coronel Martins**PREFEITURA****Decreto Nº. 138, de 01 de Setembro de 2011**

DECRETO Nº. 138, DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

AUTORIZA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL A CONDUZIR VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994; Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

AUTORIZAR:

Art. 1º A Servidora Pública Municipal, abaixo nominada, a conduzir os veículos da frota Municipal, quando a serviço do Poder Executivo e Conselho Tutelar.

NOME DO SERVIDOR	CARGO
Débora Botim	Psicóloga

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, 01 de setembro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 110, de 06 de Setembro de 2011.

PORTARIA Nº. 110, DE 06 DE SETEMBRO DE 2011.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº. 82 da Lei Complementar nº. 005/2003, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, Senhora Elenice dos Santos, ocupante do Cargo de Servente Geral, por um período de 15 (quinze) dias, a partir do dia 06 à 20 de setembro de 2011, conforme cópia de atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 06 de setembro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal.

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Corupá

PREFEITURA

Contrato de Concessão de Espaço Público N. 001/2011

CONTRATO DE CONCESSÃO DE ESPAÇO PÚBLICO N. 001/2011

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE CORUPÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Getulio Vargas, 443, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.467/0001-70, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. LUIZ CARLOS TAMANINI, portador da Cédula de Identidade nº. 646.476-9, inscrito no CPF sob o nº 381.110.559-00, neste ato denominado CONCEDENTE, e ROTARY CLUB DE CORUPÁ, Inscrita no CNPJ/MF sob nº. 79.377.933/0001-52, com sede na Rua Jorge Lacerda nº. 223, Bairro Centro, na cidade de Corupá (SC), neste ato representado pelo Sr. RÉGIS ARLINDO FERREIRA, portador da Cédula de Identidade nº. 28893930x, inscrito no CPF sob o nº. 27817045801, doravante denominados CONCESSIONÁRIO, em conformidade com a Lei nº. 736/90 de 23 de novembro de 1990, combinado com o Decreto nº. 350/11 de 30 de junho de 2011, firmam o presente contrato, mediante o estabelecimento das seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente contrato tem como objeto a concessão de espaço público para fins de alocação do monumento do Rotary Club de Corupá.

Parágrafo único. O espaço público a ser concedido será destinado a instalação e manutenção pelo CONCESSIONÁRIO, de 01 (um) monumento, no trevo de entroncamento da Avenida Getúlio Vargas, Rua Jorge Lacerda e Rua Miguel Lehnert.

CLÁUSULA SEGUNDA - A concessão de uso do espaço público para fins de que se destina, será sem ônus, devendo o CONCESSIONÁRIO providenciar o pagamento referente a manutenção do ajardinamento até o término do prazo da concessão.

CLÁUSULA TERCEIRA - O monumento deverá ser fornecido, instalado e mantido pelo CONCESSIONÁRIO, sem ônus à Administração Pública Municipal.

CLÁUSULA QUARTA - Todas as despesas para a execução dos serviços de instalação e manutenção do monumento, são de responsabilidade do CONCESSIONÁRIO, inclusive as despesas com todas as obrigações sociais de proteção aos seus profissionais, bem como todas as despesas necessárias para a execução dos serviços contratados, incluindo despesas com deslocamentos, estadia, alimentação, salários, encargos sociais, previdenciários, comerciais, trabalhistas, equipamentos de proteção individual e quaisquer outros que se fizerem necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes da execução dos serviços, isentando integralmente o Município.

CLÁUSULA QUINTA - O CONCESSIONÁRIO será responsável pela manutenção preventiva bem como pela manutenção decorrente de danos causados por terceiros, excluindo integralmente o Município.

CLÁUSULA SEXTA - O prazo da concessão será indeterminado, contados da data de assinatura do termo contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - Em caso de desistência do CONCESSIONÁRIO, ficará o CONCEDENTE livre de quaisquer indenizações e pagamentos de qualquer espécie relativos a concessão.

CLÁUSULA OITAVA - Caberá rescisão do presente instrumento, sem que assista direito ao CONCESSIONÁRIO a indenização de qualquer espécie quando:

- a) O CONCESSIONÁRIO não cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento, tendo a parte inadimplente o prazo de 5 (cinco) dias para alegar o que entender de direito;
- b) O CONCESSIONÁRIO transferir o presente contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do CONCEDENTE;
- c) No caso de acordo entre as partes, atendida a conveniência dos serviços, mediante lavratura de termo próprio ou conclusão dos serviços CONCESSIONÁRIO ou por ocasião da conclusão destes;
- d) Quando decorrido o prazo de vigência do presente contrato;
- e) Ocorrendo qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo único. No caso de rescisão ao presente contrato, o CONCESSIONÁRIO deverá devolver as áreas concedidas livres e desimpedidas pessoas e coisas, nas condições em que as recebeu no prazo de 30 (trinta) dias, contados da rescisão.

CLÁUSULA NONA - Fica eleito o foro da comarca de Jaraguá do Sul (SC), como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito e declaram conhecer todas as cláusulas contratadas.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 01 de julho de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

RÉGIS ARLINDO FERREIRA

ROTARY CLUB DE CORUPÁ

TESTEMUNHAS:

1ª: _____

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

CPF: 715.532.079-04

2ª: _____

ERNESTO FELIPE BLUNK

CPF: 055.093.609-25

Visto

FERNANDO G LUNELLI

Assessor Jurídico

OAB/SC 25.435

Contrato de Concessão de Espaço Público N. 002/2011

CONTRATO DE CONCESSÃO DE ESPAÇO PÚBLICO N. 002/2011

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE CORUPÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Getulio Vargas, 443, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.467/0001-70, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. LUIZ CARLOS TAMANINI, portador da Cédula de Identidade nº. 646.476-9, inscrito no CPF sob o nº 381.110.559-00, neste ato denominado CONCEDENTE, e A.T.S. WEB MARKETING LTDA "ME", Inscrita no CNPJ/MF sob nº. 10.226.690/0001-55, com sede na Rua Jorge Lacerda nº. 29 - Sala 02, Bairro Centro, na cidade de Corupá (SC), neste ato representado pelos Srs. Alexandre Alberto Schultz, portador da Cédula de Identidade nº. 3.817.340, inscrito no CPF sob o nº. 039.628.059-58 e Tiago Henrique Schultz, portador da Cédula de Identidade nº. 4.408.903-1, inscrito no CPF sob o nº.

050.190.089-66, doravante denominados CONCESSIONÁRIO, em conformidade com a Lei nº. 637/90 de 23 de novembro de 1990, combinado com o Decreto nº. 350/11 de 30 de junho de 2011, firmam o presente contrato, mediante o estabelecimento das seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente contrato tem como objeto a concessão de espaço público para fins de veiculação de publicidade, através de relógio tipo hora/temperatura, conforme legislação municipal vigente.

Parágrafo único. O espaço público a ser concedido será destinado a instalação e manutenção pelo CONCESSIONÁRIO, de 01 (um) relógio tipo hora/temperatura, no trevo de entroncamento das Ruas Duque de Caxias, Rua Jorge Lacerda, Rua Jaraguá e Rua Intendente Ernesto Blunk.

CLÁUSULA SEGUNDA - A concessão de uso do espaço público para fins de veiculação de publicidade em relógios hora/temperatura, será sem ônus, devendo o CONCESSIONÁRIO providenciar o pagamento referente a manutenção do ajardinamento em parceria com a entidade após a emissão do Termo de Permissão de Uso e, no mesmo período nos anos seguintes até o término do prazo da concessão.

CLÁUSULA TERCEIRA - O aparelho de relógio hora/temperatura deverá ser fornecido, instalado e mantido pelo CONCESSIONÁRIO, sem ônus à Administração Pública Municipal.

CLÁUSULA QUARTA - O CONCESSIONÁRIO poderá veicular publicidade do Município, no relógio hora/temperatura.

CLÁUSULA QUINTA - O CONCESSIONÁRIO terá prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da assinatura do termo contratual e/ou emissão da ordem de início, para proceder na instalação dos equipamentos no local acima descritos.

CLÁUSULA SEXTA - Todas as despesas para a execução dos serviços de instalação e manutenção dos aparelhos de relógio, tanto de material como de mão-de-obra, são de responsabilidade do CONCESSIONÁRIO, inclusive as despesas com todas as obrigações sociais de proteção aos seus profissionais, bem como todas as despesas necessárias para a execução dos serviços contratados, incluindo despesas com deslocamentos, estadia, alimentação, salários, encargos sociais, previdenciários, comerciais, trabalhistas, equipamentos de proteção individual e quaisquer outros que se fizerem necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes da execução dos serviços, isentando integralmente o Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - O CONCESSIONÁRIO será responsável pela manutenção preventiva bem como pela manutenção decorrente de danos causados por terceiros, excluindo integralmente o Município.

CLÁUSULA OITAVA - O CONCESSIONÁRIO deverá proceder na manutenção, troca de horários, bem como na limpeza do relógio.

CLÁUSULA NONA - O CONCESSIONÁRIO será responsável pelo gerenciamento da prestação de serviços de propaganda a ser realizada nos equipamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA - Será de inteira responsabilidade do CONCESSIONÁRIO todas as despesas para a manutenção dos espaços publicitários, incluindo o pagamento de indenizações decorrentes de qualquer tipo de rescisão ou quebra de contrato que vier a ocorrer decorrente da comercialização dos espaços publicitários, excluindo integralmente o Município.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O prazo da concessão será de 01 (um) ano, contados da data de assinatura do termo contratual,

podendo ser renovado por igual período.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Em caso de desistência do CONCESSIONÁRIO, ficará o CONCEDENTE livre de quaisquer indenizações e pagamentos de qualquer espécie relativos a concessão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Caberá rescisão do presente instrumento, sem que assista direito ao CONCESSIONÁRIO a indenização de qualquer espécie quando:

a) O CONCESSIONÁRIO não cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento, tendo a parte inadimplente o prazo de 5 (cinco) dias para alegar o que entender de direito;

b) O CONCESSIONÁRIO transferir o presente contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do CONCEDENTE;

c) No caso de acordo entre as partes, atendida a conveniência dos serviços, mediante lavratura de termo próprio ou conclusão dos serviços CONCESSIONÁRIO ou por ocasião da conclusão destes;

d) Quando decorrido o prazo de vigência do presente contrato;

e) Ocorrendo qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo único. No caso de rescisão ao presente contrato, o CONCESSIONÁRIO deverá devolver as áreas concedidas livres e desimpedidas pessoas e coisas, nas condições em que as recebeu no prazo de 30 (trinta) dias, contados da rescisão.

CLÁUSULA QUARTA - Fica eleito o foro da comarca de Jaraguá do Sul (SC), como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito e declaram conhecer todas as cláusulas contratadas.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 01 de Julho de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

A.T.S. WEB MARKETING LTDA ME A.T.S. WEB MARKETING LTDA ME

ALEXANDRE A. SCHULTZ TIAGO HENRIQUE SCHULTZ

TESTEMUNHAS:

1ª: _____

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

CPF: 715.532.079-04

2ª: _____

ERNESTO FELIPE BLUNK

CPF: 055.093.609-25

Visto

FERNANDO G LUNELLI

Assessor Jurídico

OAB/SC 25.435

Contrato Nº 130/2011 - Comodato Fundação Beneficente

CONTRATO Nº 130/2011

CONTRATO DE COMODATO

COMODANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC. Pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, situada na Avenida Getúlio Vargas, nº 443, Bairro Centro, na cidade de Corupá-SC., neste ato representada por seu Prefeito Municipal Sr. LUIZ CARLOS TAMANINI, brasileiro, separado judicialmente,

inscrito no CPF/MF sob o nº 381.110.559-00, residente e domiciliado nesta cidade.

COMODATÁRIA: FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE CORUPÁ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.078.154/0001-94, com sede na Rua Roberto Seidel, s/n, município de Corupá-SC., neste ato representada por seu Presidente MAURÍCIO GRETTER, brasileiro, empresário inscrito no CPF/MF sob o nº 292.202.899-20, residente e domiciliado nesta cidade.

Tendo em vista o mútuo e livre interesse na celebração deste Contrato de Comodato, as partes acima devidamente qualificadas, firmam o presente instrumento, apoiadas na legislação pertinente, em especial a Lei Municipal 2004/2010, bem como nas seguintes cláusulas e condições.

Cláusula Primeira: A COMODANTE é senhora e legítima possuidora dos imóveis de matrícula no registro de imóveis de Jaraguá do Sul n. 52.139 e n. 16.149 situados na Rua Roberto Seidel, s/n, Bairro Centro deste Município e dos móveis lá alocados que seguem discriminados em relatório anexo, sendo este parte integrante do presente contrato.

Cláusula Segunda: A COMODANTE, neste ato e na melhor forma de direito, cede a COMODATÁRIA, os imóveis acima identificados, totalmente livres e em condições de imediata ocupação, para que nos mesmos possa ser desenvolvido pela COMODATÁRIA um espaço, possibilitando o funcionamento do Pronto Atendimento de necessidades na área de emergência da saúde.

Cláusula Terceira: O presente contrato terá vigência de 26/08/2011, tendo efeitos retroativos a 01/04/2011 e término em 31/12/2012 data em que a COMODATÁRIA se obriga a restituir incontinenti os imóveis e móveis cedidos em comodato, livre de pessoas e completamente desimpedidos, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, salvo se convencionada por escrito sua renovação.

A COMODANTE, em caso de recusa na devolução, poderá requerer judicialmente a reintegração de posse, sem prévia audiência ou citação da COMODATÁRIA.

Cláusula Quarta: O presente contrato é feito a título de empréstimo gratuito, devendo a COMODATÁRIA conservar, como se seu próprio fora, a coisa emprestada, não podendo usá-la senão de acordo com o estipulado neste contrato, sob pena de responder por perdas e danos.

Cláusula Quinta: Os bens deste contrato, não poderão ser sublocados e/ou emprestados no todo ou em parte. Da mesma forma, e vedada a cessão ou transferência de direitos e obrigações decorrentes deste contrato, salvo se por consentimento prévio feito por escrito pela COMODANTE.

Não poderão também, ser dados em garantia de qualquer espécie de negócios e nem tampouco ser passível de execução de dívidas, financiamentos ou empréstimo, porventura contraídos pela COMODATÁRIA.

Cláusula Sexta: A tolerância de qualquer das partes a qualquer violação a dispositivos deste contrato será sempre tida como mera liberalidade, não constituindo novação, não gerando, portanto, qualquer direito opinável pelas partes nem a parte nem a perda da prerrogativa de exigir, de lado a lado, o pleno cumprimento das obrigações contratuais avençadas e a reparação de qualquer dano.

Cláusula Sétima: Fica facultado a COMODANTE por seus representantes legais e devidamente autorizados, a qualquer tempo e mediante comunicação prévia, vistoriar a área cedida em comodato, de forma que lhe seja permitido o monitoramento da utilização

dos imóveis e móveis.

Cláusula Oitava: Obriga-se a COMODATÁRIA a manter em perfeito estado de conservação os imóveis e móveis cedidos, comprometendo-se a usá-los e administrá-los como se seu fossem, promovendo a sua manutenção com o que for necessário e inclusive mantendo suas divisas, para assim os restituir quando findo ou rescindido este contrato, sem direito a retenção ou indenização a nenhum título. Obriga-se também a COMODATÁRIA a zelar pela segurança dos imóveis e móveis, não permitindo qualquer ocupação por estranhos, responsabilizando-se civilmente pela sua conservação, de acordo com a legislação pertinente.

Cláusula Nona: A COMODANTE faculta, a qualquer tempo, por justo motivo decorrente de interesse coletivo, requerer a devolução dos bens objetos do presente contrato, para tanto sendo necessária a notificação prévia de 30 (trinta) dias, para que a COMODATÁRIA se obrigue a restituir incontinenti os imóveis e móveis cedidos em comodato, livre de pessoas e completamente desimpedido. A COMODANTE, em caso de recusa na devolução, poderá requerer judicialmente a reintegração de posse, sem prévia audiência ou citação da COMODATÁRIA.

Cláusula Décima: A COMODATÁRIA isenta a COMODANTE de qualquer responsabilidade civil por danos físicos morais ou materiais que venham a sofrer seus funcionários ou visitantes, em consequência de furtos, incêndio ou acidentes que ocorram em qualquer parte dos imóveis objetos deste contrato.

Cláusula Décima Primeira: Para serem dirimidos quaisquer conflitos oriundos do presente pacto, as partes elegem o foro da Comarca de Jaraguá do Sul-SC.

E, por estarem juntos e contratados, assinam o presente instrumento em quatro vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas igualmente abaixo assinadas.

Corupá-SC., em 26 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

MAURÍCIO GRETTER

Presidente da Fundação Beneficente de Corupá

TESTEMUNHAS:

1) _____

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

CPF: 715.532.079-04

2) _____

ERNESTO FELIPE BLUNK

CPF: 055.093.609-25

VISTO:

FERNANDO GEAN LUNELLI

Advogado

OAB/SC 25.435

Convênio N.º 06/2011 - Hospital e Maternidade Jaraguá

CONVÊNIO N.º 06/2011

Convênio que entre si firmam o Município de Corupá e o Hospital e Maternidade Jaraguá - Comunidade Evangélica Luterana de Jaraguá do Sul, com o objetivo de auxiliar na manutenção e

operacionalização das cirurgias eletivas destinadas aos pacientes do Município de Corupá atendidos pelo Sistema Único de Saúde - SUS.

CONVENENTE: Município de Corupá, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.102.467/0001-70, com paço municipal na Av. Getúlio Vargas, nº 443, Estado de Santa Catarina, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Luiz Carlos Tamanini, nacionalidade brasileira e inscrito no CPF/MF n.º 381.110.559-00, com domicílio no endereço antes citado.

CONVENIADO: Hospital e Maternidade Jaraguá - Comunidade Evangélica Luterana de Jaraguá do Sul, pessoa jurídica de direito privado, de natureza filantrópica, inscrita no CNPJ sob o n.º 84.433.945/0002-78 - FILIAL, com endereço à Rua dos Motoristas de 1936, n.º 120, Czerniewicz, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, representado pelo Sr. Jeferson Gomes, Diretor Administrativo e inscrito no CPF nº 905.917.630-87.

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, nos termos do artigo 196 da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO que as entidades privadas, sem fins lucrativos, podem participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde - SUS, consoante artigo 199, § 1º da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO a caótica e notória dificuldade do Sistema Único de Saúde - SUS em atender a demanda de cirurgias eletivas existente na rede pública de saúde em todos os municípios brasileiros, impondo ao cidadão sofrimento e falta de atendimento adequado à saúde; e

CONSIDERANDO as dificuldades atualmente existentes das entidades filantrópicas de saúde manterem os centros cirúrgicos aptos a realizarem procedimentos pelo Sistema Único de Saúde - SUS, as partes acima acordam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Este Convênio tem como objetivo o auxílio na manutenção e operacionalização das cirurgias eletivas destinadas aos pacientes do Município de Corupá atendidos pelo Sistema Único de Saúde - SUS, como forma de contribuir na execução e continuidade das cirurgias eletivas gratuitas destinadas à população do Município Conveniente.

PARÁGRAFO ÚNICO - Este instrumento tem por base legal a Lei Federal n.º 8.080/90, Lei Federal n.º 8.666/93 e Lei Municipal n.º 2.018/2011, bem como a Resolução n.º 001/2011, do Conselho Municipal de Saúde de Corupá.

CLÁUSULA SEGUNDA - São obrigações dos partícipes:

I - Pelo Conveniente:

- a) Organizar o acesso dos pacientes aos procedimentos cirúrgicos disponibilizados pelo Conveniado, atendendo estritamente à ordem da demanda instalada, excetuando-se os casos em que haja estrita necessidade de quebra dessa ordem, sempre embasada tal necessidade em laudo médico atestado por profissional da rede;
- b) Manter o controle atualizado sobre os procedimentos efetuados junto ao Conveniado, a fim de zelar pela regularidade e isonomia no atendimento dos munícipes pelo Sistema Único de Saúde - SUS; e
- c) Repassar ao Conveniado, até o décimo dia útil subsequente ao mês de referência, a importância de R\$ 150,00 (cento de cinquenta reais) por cirurgia eletiva realizada pelo Sistema Único de Saúde - SUS em benefício de cidadão do Município Conveniente e haja a apresentação da documentação comprobatória descrita no inciso II desta Cláusula.

II - Pelo Conveniado:

- a) Disponibilizar aos cidadãos do Município Conveniente o atendimento, pelo Sistema Único de Saúde - SUS, dos procedimentos cirúrgicos eletivos conforme tabela unificada do Sistema Único de Saúde - SUS;
- b) Manter durante toda a vigência do convênio os padrões de atendimento constantes das diretrizes do Sistema Único de Saúde - SUS;
- c) Emitir o documento fiscal e contábil necessário para a transferência dos recursos referentes ao auxílio financeiro devido pelo Município Conveniente, após verificação da planilha de procedimentos realizada pelo Conveniado, que será entregue até cinco dias úteis subsequente ao mês de referência, devendo constar o nome completo do paciente, CPF, RG, endereço, bairro e Município, data da intervenção cirúrgica e o respectivo procedimento cirúrgico realizado.

CLÁUSULA TERCEIRA - A dotação orçamentária específica para a consecução dos objetivos deste Instrumento será a seguinte: 3.3.90.00.00.00.00 - aplicações diretas da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA QUARTA - Cessará de plano este Convênio caso haja descumprimento das cláusulas por qualquer das partes.

CLÁUSULA QUINTA - O presente Convênio vigorará por prazo determinado, desde sua assinatura até 31 de dezembro de 2011, podendo ser alterado ou aditado a qualquer tempo, desde que com anuência das partes convenientes.

PARÁGRAFO ÚNICO - Este Convênio poderá ser rescindido unilateralmente, com aviso prévio de 60 sessenta dias, sem direito à indenização.

CLÁUSULA SEXTA - Deverá a entidade Conveniada apresentar prestação de contas dos recursos recebidos ao final do presente exercício financeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA - Fica eleito o Foro da Comarca de Jaraguá do Sul para dirimir eventuais dúvidas ao presente convênio. E, por estarem de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento jurídico em 03 (três) vias de igual teor e forma, mediante as testemunhas abaixo assinadas.

Corupá, 09 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

HOSPITAL E MATERNIDADE JARAGUÁ

Jeferson Gomes

Diretor Administrativo

TESTEMUNHAS:

1)

Sandro Rogério Glatz

CPF: 715.532.079-04

2)

Ernesto Felipe Blunk

CPF: 055.093.609-25

VISTO:

FERNANDO GEAN LUNELLI

Assessor Jurídico

OAB/SC 25.453

Convênio N.º 07/2011 - Hospital São José de Jaraguá do Sul

CONVÊNIO N.º 07/2011

Convênio que entre si firmam o Município de Corupá e o Hospital São José de Jaraguá do Sul, com o objetivo de auxiliar na manutenção e operacionalização das cirurgias eletivas destinadas aos pacientes do Município de Corupá atendidos pelo Sistema Único de Saúde - SUS.

CONVENENTE: Município de Corupá, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.102.467/0001-70, com paço municipal na Av. Getúlio Vargas, n.º 443, Estado de Santa Catarina, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Luiz Carlos Tamanini, nacionalidade brasileira e inscrito no CPF/MF n.º 381.110.559-00.

CONVENIADO: Hospital São José de Jaraguá do Sul, pessoa jurídica de direito privado, de natureza filantrópica, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.883.306/0015-66, com endereço à Rua Dr. Valdemiro Mazurechen, n.º 80, Centro, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, representado pelo Sr. Mauricio José Souto-Maior, Diretor Administrativo e inscrito no CPF nº 520.640.799-87.

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, nos termos do artigo 196 da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO que as entidades privadas, sem fins lucrativos, podem participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde - SUS, consoante artigo 199, § 1º da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO a caótica e notória dificuldade do Sistema Único de Saúde - SUS em atender a demanda de cirurgias eletivas existente na rede pública de saúde em todos os municípios brasileiros, impondo ao cidadão sofrimento e falta de atendimento adequado à saúde; e

CONSIDERANDO as dificuldades atualmente existentes das entidades filantrópicas de saúde manterem os centros cirúrgicos aptos a realizarem procedimentos pelo Sistema Único de Saúde - SUS, as partes acima acordam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Este Convênio tem como objetivo o auxílio na manutenção e operacionalização das cirurgias eletivas destinadas aos pacientes do Município de Corupá atendidos pelo Sistema Único de Saúde - SUS, como forma de contribuir na execução e continuidade das cirurgias eletivas gratuitas destinadas à população do Município Conveniente.

PARÁGRAFO ÚNICO - Este instrumento tem por base legal a Lei Federal n.º 8.080/90, Lei Federal n.º 8.666/93 e Lei Municipal n.º 2.018/2011, bem como a Resolução n.º 001/2011, do Conselho Municipal de Saúde de Corupá.

CLÁUSULA SEGUNDA - São obrigações dos partícipes:

I - Pelo Conveniente:

- Organizar o acesso dos pacientes aos procedimentos cirúrgicos disponibilizados pelo Conveniado, atendendo estritamente à ordem da demanda instalada, excetuando-se os casos em que haja estrita necessidade de quebra dessa ordem, sempre embasada tal necessidade em laudo médico atestado por profissional da rede;
- Manter o controle atualizado sobre os procedimentos efetuados junto ao Conveniado, a fim de zelar pela regularidade e isonomia no atendimento dos munícipes pelo Sistema Único de Saúde - SUS; e
- Repassar ao Conveniado, até o décimo dia útil subsequente ao mês de referência, a importância de R\$ 150,00 (cento de cinquenta reais) por cirurgia eletiva realizada pelo Sistema Único de

Saúde - SUS em benefício de cidadão do Município Conveniente e haja a apresentação da documentação comprobatória descrita no inciso II desta Cláusula.

II - Pelo Conveniado:

- Disponibilizar aos cidadãos do Município Conveniente o atendimento, pelo Sistema Único de Saúde - SUS, dos procedimentos cirúrgicos eletivos conforme tabela unificada do Sistema Único de Saúde - SUS;
- Manter durante toda a vigência do convênio os padrões de atendimento constantes das diretrizes do Sistema Único de Saúde - SUS;
- Emitir o documento fiscal e contábil necessário para a transferência dos recursos referentes ao auxílio financeiro devido pelo Município Conveniente, após verificação da planilha de procedimentos realizada pelo Conveniado, que será entregue até cinco dias úteis subsequente ao mês de referência, devendo constar o nome completo do paciente, CPF, RG, endereço, bairro e Município, data da intervenção cirúrgica e o respectivo procedimento cirúrgico realizado.

CLÁUSULA TERCEIRA - A dotação orçamentária específica para a consecução dos objetivos deste Instrumento será a seguinte: 3.3.90.00.00.00.00 - aplicações diretas da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA QUARTA - Cessará de plano este Convênio caso haja descumprimento das cláusulas por qualquer das partes.

CLÁUSULA QUINTA - O presente Convênio vigorará por prazo determinado, desde sua assinatura até 31 de dezembro de 2011, podendo ser alterado ou aditado a qualquer tempo, desde que com anuência das partes convenientes.

PARÁGRAFO ÚNICO - Este Convênio poderá ser rescindido unilateralmente, com aviso prévio de 60 sessenta dias, sem direito à indenização.

CLÁUSULA SEXTA - Deverá a entidade Conveniada apresentar prestação de contas dos recursos recebidos ao final do presente exercício financeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA - Fica eleito o Foro da Comarca de Jaraguá do Sul para dirimir eventuais dúvidas ao presente convênio. E, por estarem de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento jurídico em 03 (três) vias de igual teor e forma, mediante as testemunhas abaixo assinadas.

Corupá, 09 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO JOSÉ

MAURICIO JOSÉ SOUTO-MAIOR

Diretor Administrativo

TESTEMUNHAS:

1)

Sandro Rogério Glatz

CPF: 715.532.079-04

2)

Ernesto Felipe Blunk

CPF: 055.093.609-25

VISTO:

FERNANDO GEAN LUNELLI

Assessor Jurídico

OAB/SC 25.453

Termo de Convênio Nº 001/11 - FUNDAÇÃO BENEFICENTE

TERMO DE CONVÊNIO Nº 001/11.

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CORUPÁ E A FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE CORUPÁ.

O MUNICÍPIO DE CORUPÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.467/0001-70, com sede governamental na Avenida Getúlio Vargas, 443, Centro, nesta cidade de Corupá - SC, neste ato representado pelo Senhor LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e, de outro lado, a FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE CORUPÁ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.078.154/0001-94, com endereço na Rua Nereu Ramos, 401, município de Corupá - SC, neste ato representado por seu Presidente, Senhor MAURÍCIO GREYER, de ora em diante denominada simplesmente de FUNDAÇÃO, celebram o presente CONVÊNIO, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio objetiva a prestação dos serviços de pronto atendimento na área de saúde e aquisição de medicamentos, material hospitalar e cirúrgico além de pagamento de pessoal, e encargos sociais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para execução do presente Convênio o MUNICÍPIO repassará à FUNDAÇÃO, de forma parcelada, a importância de R\$ 780.000,00 (setecentos e oitenta mil reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente Convênio correrão por conta de dotação própria do orçamento da Secretaria Municipal de Saúde:

0600 - Secretaria Municipal de Saúde

0601 - Fundo Municipal de Saúde

010 301 0080 2009 - Manutenção da Divisão de Saúde

33.50.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Em cada exercício financeiro deverá ser consignado no Orçamento dotação para o atendimento do presente convênio.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O Município obriga-se à:

a) Efetuar o repasse financeiro, na Conta Corrente nº 506-1, junto à Agência nº 1782-5, da Caixa Econômica Federal;

b) Fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução do presente Convênio;

c) Examinar e aprovar os relatórios de execução, assim como a prestação de contas dos recursos repassados.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA FUNDAÇÃO

A FUNDAÇÃO obriga-se à:

a) Responsabilizar-se pela correta execução do Convênio e aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins;

b) Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, decorrentes de ações judiciais e de rescisões

trabalhistas, eximindo-se o MUNICÍPIO de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele, sendo permitido à instituição proponente a utilização de recursos do Convênio para o pagamento dos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária decorrentes da execução normal das ações estabelecidas com o objeto deste Convênio;

c) Manter, em instituição financeira local, conta bancária específica, vinculada a este Convênio, permitido pagamento de despesa com CPMF e manutenção de conta ativa;

d) Afixar, em local visível ao público, placa de identificação da parceria existente entre o Poder Público Municipal e a FUNDAÇÃO;

e) Aplicar os saldos financeiros do Convênio não utilizados;

f) Devolver ao MUNICÍPIO os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Convênio;

g) Aplicar os recursos na manutenção e desenvolvimento do objeto do presente Convênio, de forma a possibilitar os meios logísticos, profissionais e de infra-estrutura necessários;

h) Apresentar o Plano de Trabalho de acordo com a vigência do Convênio;

i) O Plano de Trabalho poderá ser modificado por mútuo acordo entre as partes, e aprovado pelo Poder Público Municipal, desde que a natureza do objeto do Convênio não seja alterada.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Segunda deste Convênio será elaborada de acordo com a Resolução TCE nº16/94, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e com o Decreto nº 4.864/2003, de 17 de abril de 2003.

A FUNDAÇÃO deverá encaminhar ao MUNICÍPIO a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da data do recebimento dos mesmos, sendo que a liberação das parcelas está condicionada à apresentação e à aprovação das prestações de contas.

Devido ao fato da liberação dos recursos ocorrer em 03 (três) ou mais parcelas ou desembolsos financeiros, a liberação da terceira parcela ficará condicionada à apresentação e aprovação de prestação de contas parcial referente a primeira parcela e assim sucessivamente, sempre obedecendo o prazo máximo para apresentação já determinado.

Após a aplicação da última parcela, deverá a FUNDAÇÃO apresentar a prestação de contas final, sendo que caso já tenham sido apresentadas as prestações de contas parciais, a comprovação final se referirá a parcela pendente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem em descumprimento de quaisquer cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata, incluindo a suspensão de repasses de recursos financeiros, independentemente de procedimentos judiciais, especialmente nos casos de:

a) falta de prestação de contas parcial e final no prazo estabelecido, sem justa causa;

b) utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista no objeto do Convênio.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O MUNICÍPIO e a FUNDAÇÃO poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente Convênio, por livre iniciativa de cada parte, mediante anuência formal, com 60 (sessenta) dias de antecedência.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio terá vigência no período de 03 de janeiro de 2011 até 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogado por igual período, mediante TERMO ADITIVO, por mútuo acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente Convênio, renunciando expressamente a outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Convênio em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Corupá, 03 de janeiro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

MAURÍCIO GREITER
Presidente da Fundação Beneficente de Corupá

TESTEMUNHAS:

1)
Sandro Rogério Glatz
CPF: 715.532.079-04

2)
Ernesto Felipe Blunk
CPF: 055.093.609-25

VISTO:

FERNANDO GEAN LUNELLI
Assessor Jurídico
OAB/SC 23.435

Termo de Convênio Nº 002/11 - BOMBEIROS

TERMO DE CONVÊNIO Nº 002/11.
TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CORUPÁ E O CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CORUPÁ.

O MUNICÍPIO DE CORUPÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.467/0001-70, com sede governamental na Avenida Getúlio Vargas, 443, Centro, nesta cidade de Corupá - SC, neste ato representado pelo Senhor LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e, de outro lado, o CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CORUPÁ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 79.362.208/0001-00, com endereço na Rua Jorge Lacerda, 433, município de Corupá - SC, neste ato representado por seu Presidente, Senhor LOURIVAL HORN, de ora em diante denominada simplesmente de CORPO DE BOMBEIROS, celebram o presente CONVÊNIO, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio objetiva a prestação dos serviços de atendimento pré-hospitalar no deslocamento de pacientes, manutenção da frota, combustível, pagamento de pessoal, alimentação e manutenção das atividades do Corpo de Bombeiros Voluntários de Corupá.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para execução do presente Convênio o MUNICÍPIO repassará ao CORPO DE BOMBEIROS, de forma parcelada, a importância de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente Convênio correrão por conta de dotação própria do orçamento da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, a saber:

03.00 - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

03.002 - Divisão de Finanças

004 122 0009 2004 - Manutenção Atividades Divisão Fazenda

33.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos

Em cada exercício financeiro deverá ser consignado no Orçamento dotação para o atendimento do presente convênio.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O Município obriga-se à:

a) Efetuar o repasse financeiro, na Conta Corrente nº 6152-0, junto à Agência nº 163-5, do Banco do Estado de Santa Catarina S/A. - BESC;

b) Fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução do presente Convênio;

c) Examinar e aprovar os relatórios de execução, assim como a prestação de contas dos recursos repassados.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CORPO DE BOMBEIROS

O CORPO DE BOMBEIROS obriga-se à:

a) Responsabilizar-se pela correta execução do Convênio e aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins;

b) Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, decorrentes de ações judiciais e de rescisões trabalhistas, eximindo-se o MUNICÍPIO de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele, sendo permitido à instituição proponente a utilização de recursos do Convênio para o pagamento dos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária decorrentes da execução normal das ações estabelecidas com o objeto deste Convênio;

c) Manter, em instituição financeira local, conta bancária específica, vinculada a este Convênio, permitindo pagamento de despesa com CPMF e manutenção de conta ativa;

d) Afixar, em local visível ao público, placa de identificação da parceria existente entre o Poder Público Municipal e o Corpo de Bombeiros;

e) Aplicar os saldos financeiros do Convênio não utilizados;

f) Devolver ao MUNICÍPIO os saldos financeiros remanescentes,

inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Convênio;

g) Aplicar os recursos na manutenção e desenvolvimento do objeto do presente Convênio, de forma a possibilitar os meios logísticos, profissionais e de infra-estrutura necessários;

h) Apresentar o Plano de Trabalho de acordo com a vigência do Convênio;

i) O Plano de Trabalho poderá ser modificado por mútuo acordo entre as partes, e aprovado pelo Poder Público Municipal, desde que a natureza do objeto do Convênio não seja alterada.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Segunda deste Convênio será elaborada de acordo com a Resolução TCE nº16/94, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e com o Decreto nº 4.864/2003, de 17 de abril de 2003.

O CORPO DE BOMBEIROS deverá encaminhar ao MUNICÍPIO a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da data do recebimento dos mesmos, sendo que a liberação das parcelas está condicionada à apresentação e à aprovação das prestações de contas.

Devido ao fato da liberação dos recursos ocorrer em 03 (três) ou mais parcelas ou desembolsos financeiros, a liberação da terceira parcela ficará condicionada à apresentação e aprovação de prestação de contas parcial referente a primeira parcela e assim sucessivamente, sempre obedecendo o prazo máximo para apresentação já determinado.

Após a aplicação da última parcela, deverá o CORPO DE BOMBEIROS apresentar a prestação de contas final, sendo que caso já tenham sido apresentadas as prestações de contas parciais, a comprovação final se referirá a parcela pendente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem em descumprimento de quaisquer cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata, incluindo a suspensão de repasses de recursos financeiros, independentemente de procedimentos judiciais, especialmente nos casos de:

- falta de prestação de contas parcial e final no prazo estabelecido, sem justa causa;
- utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista no objeto do Convênio.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O MUNICÍPIO e o CORPO DE BOMBEIROS poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente Convênio, por livre iniciativa de cada parte, mediante anuência formal, com 60 (sessenta) dias de antecedência.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio terá vigência no período de 03 de janeiro de 2011 até 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogado por igual período, mediante TERMO ADITIVO, por mútuo acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Jaraguá do Sul, Estado

de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente Convênio, renunciando expressamente a outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Convênio em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Corupá, 03 de janeiro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

LOURIVAL HORN

Presidente do Corpo de Bombeiros Voluntários de Corupá

TESTEMUNHAS:

1)

Sandro Rogério Glatz

CPF: 715.532.079-04

2)

Ernesto Felipe Blunk

CPF: 055.093.609-25

VISTO:

FERNANDO GEAN LUNELLI

Assessor Jurídico

OAB/SC 25.435

Termo de Convênio Nº 003/11 - ASBANCO

TERMO DE CONVÊNIO Nº 003/11.

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CORUPÁ E A ASSOCIAÇÃO DOS BANANICULTORES DE CORUPÁ - ASBANCO.

O MUNICÍPIO DE CORUPÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.467/0001-70, com sede governamental na Avenida Getúlio Vargas, 443, Centro, nesta cidade de Corupá - SC, neste ato representado pelo Senhor LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e, de outro lado, a ASSOCIAÇÃO DOS BANANICULTORES DE CORUPÁ - ASBANCO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.848.506/0001-55, com endereço na Rua Augustinho Oliari, 181, município de Corupá - SC, neste ato representado por seu Presidente, Senhor ADOLAR BEHNKE, de ora em diante denominada simplesmente de ASBANCO, celebram o presente CONVÊNIO, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio objetiva a auxiliar no serviço de assistência técnica aos agricultores, na implantação e acompanhamento do sistema de mitigação de risco (SMR), comercialização, monitoramento de doenças nas plantas, e coleta de solo e folhas para análise.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para execução do presente Convênio o MUNICÍPIO repassará à ASBANCO, de forma parcelada, a importância de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente Convênio correrão por conta de dotação própria do orçamento da Secretaria

Municipal de Administração e Fazenda, a saber:
0300 - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
03.002 - Divisão de Finanças
004 122 0009 2004 - Manutenção Atividades Divisão Fazenda
33.50.00.00 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Em cada exercício financeiro deverá ser consignado no Orçamento dotação para o atendimento do presente convênio.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O Município obriga-se à:

- a) Efetuar o repasse financeiro, na Conta Corrente nº 9905-8, junto à Agência nº 2011-7, do Banco do Brasil;
- b) Fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução do presente Convênio;
- c) Examinar e aprovar os relatórios de execução, assim como a prestação de contas dos recursos repassados.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA ASBANCO

A ASBANCO obriga-se à:

- a) Responsabilizar-se pela correta execução do Convênio e aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins;
- b) Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, decorrentes de ações judiciais e de rescisões trabalhistas, eximindo-se o MUNICÍPIO de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele, sendo permitido à instituição proponente a utilização de recursos do Convênio para o pagamento dos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária decorrentes da execução normal das ações estabelecidas com o objeto deste Convênio;
- c) Manter, em instituição financeira local, conta bancária específica, vinculada a este Convênio, permitido pagamento de despesa com CPMF e manutenção de conta ativa;
- d) Afixar, em local visível ao público, placa de identificação da parceria existente entre o Poder Público Municipal e a ASBANCO;
- e) Aplicar os saldos financeiros do Convênio não utilizados;
- f) Devolver ao MUNICÍPIO os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Convênio;
- g) Aplicar os recursos na manutenção e desenvolvimento do objeto do presente Convênio, de forma a possibilitar os meios logísticos, profissionais e de infra-estrutura necessários;
- h) Apresentar o Plano de Trabalho de acordo com a vigência do Convênio;
- i) O Plano de Trabalho poderá ser modificado por mútuo acordo entre as partes, e aprovado pelo Poder Público Municipal, desde que a natureza do objeto do Convênio não seja alterada.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Segunda deste Convênio será elaborada de acordo com a

Resolução TCE nº16/94, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e com o Decreto nº 4.864/2003, de 17 de abril de 2003.

A ASBANCO, deverá encaminhar ao MUNICÍPIO a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da data do recebimento dos mesmos, sendo que a liberação das parcelas está condicionada à apresentação e à aprovação das prestações de contas.

Devido ao fato da liberação dos recursos ocorrer em 03 (três) ou mais parcelas ou desembolsos financeiros, a liberação da terceira parcela ficará condicionada à apresentação e aprovação de prestação de contas parcial referente a primeira parcela e assim sucessivamente, sempre obedecendo o prazo máximo para apresentação já determinado.

Após a aplicação da última parcela, deverá a ASBANCO, apresentar a prestação de contas final, sendo que caso já tenham sido apresentadas as prestações de contas parciais, a comprovação final se referirá a parcela pendente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem em descumprimento de quaisquer cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata, incluindo a suspensão de repasses de recursos financeiros, independentemente de procedimentos judiciais, especialmente nos casos de:

- a) falta de prestação de contas parcial e final no prazo estabelecido, sem justa causa;
- b) utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista no objeto do Convênio.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O MUNICÍPIO e a ASBANCO poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente Convênio, por livre iniciativa de cada parte, mediante anuência formal, com 60 (sessenta) dias de antecedência.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio terá vigência no período de 03 de janeiro de 2011 até 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogado por igual período, mediante TERMO ADITIVO, por mútuo acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente Convênio, renunciando expressamente a outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Convênio em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Corupá, 03 de janeiro de 2011.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

ADOLAR BEHNKE
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS BANANICULTORES DE CORUPÁ - ASBANCO

TESTEMUNHAS:

- 1)
Sandro Rogério Glatz

CPF: 715.532.079-04

2)

Ernesto Felipe Blunk

CPF: 055.093.609-25

VISTO:

FERNANDO GEAN LUNELLI

Assessor Jurídico

OAB/SC 25.435

Termo de Convênio Nº 005/11 - PROPLANT

TERMO DE CONVÊNIO Nº 005/11.

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CORUPÁ E A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE PLANTAS ORNAMENTAIS - PROPLANT.

O MUNICÍPIO DE CORUPÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.467/0001-70, com sede governamental na Avenida Getúlio Vargas, 443, Centro, nesta cidade de Corupá - SC, neste ato representado pelo Senhor LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e, de outro lado, a ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE PLANTAS ORNAMENTAIS DE CORUPÁ - PROPLANT, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.270.125/0001-43, com endereço na Rua Jaraguá, 100, Centro - sala 1, município de Corupá - SC, neste ato representado por seu Presidente, Senhor EDSON DANIEL, de ora em diante denominada simplesmente de PROPLANT, celebram o presente CONVÊNIO, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio objetiva a auxiliar no serviço de assistência do Engenheiro Agrônomo, visitas técnicas e viagens para participar de eventos/assuntos de interesse da instituição e seus associados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para execução do presente Convênio o MUNICÍPIO repassará à PROPLANT, de forma parcelada, a importância de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente Convênio correrão por conta de dotação própria do orçamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, a saber:
0400 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
04002 - Divisão de Meio Ambiente
018 541 0073 2006 - Manutenção da Divisão de Meio Ambiente
33.500000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Em cada exercício financeiro deverá ser consignado no Orçamento dotação para o atendimento do presente convênio.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O Município obriga-se à:

- a) Efetuar o repasse financeiro, na Conta Corrente nº 15.364-8, junto à Agência nº 4229, da Credialves;
- b) Fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução do presente Convênio;

c) Examinar e aprovar os relatórios de execução, assim como a prestação de contas dos recursos repassados.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA PROPLANT

A PROPLANT obriga-se à:

a) Responsabilizar-se pela correta execução do Convênio e aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins;

b) Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, decorrentes de ações judiciais e de rescisões trabalhistas, eximindo-se o MUNICÍPIO de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele, sendo permitido à instituição proponente a utilização de recursos do Convênio para o pagamento dos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária decorrentes da execução normal das ações estabelecidas com o objeto deste Convênio;

c) Manter, em instituição financeira local, conta bancária específica, vinculada a este Convênio, permitido pagamento de despesa com CPMF e manutenção de conta ativa;

d) Afixar, em local visível ao público, placa de identificação da parceria existente entre o Poder Público Municipal e a PROPLANT;

e) Aplicar os saldos financeiros do Convênio não utilizados;

f) Devolver ao MUNICÍPIO os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Convênio;

g) Aplicar os recursos na manutenção e desenvolvimento do objeto do presente Convênio, de forma a possibilitar os meios logísticos, profissionais e de infra-estrutura necessários;

h) Apresentar o Plano de Trabalho de acordo com a vigência do Convênio;

i) O Plano de Trabalho poderá ser modificado por mútuo acordo entre as partes, e aprovado pelo Poder Público Municipal, desde que a natureza do objeto do Convênio não seja alterada.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Segunda deste Convênio será elaborada de acordo com a Resolução TCE nº16/94, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e com o Decreto nº 4.864/2003, de 17 de abril de 2003.

A PROPLANT, deverá encaminhar ao MUNICÍPIO a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da data do recebimento dos mesmos, sendo que a liberação das parcelas está condicionada à apresentação e à aprovação das prestações de contas.

Devido ao fato da liberação dos recursos ocorrer em 03 (três) ou mais parcelas ou desembolsos financeiros, a liberação da terceira parcela ficará condicionada à apresentação e aprovação de prestação de contas parcial referente a primeira parcela e assim sucessivamente, sempre obedecendo o prazo máximo para apresentação já determinado.

Após a aplicação da última parcela, deverá a PROPLANT, apresentar a prestação de contas final, sendo que caso já tenham sido apresentadas as prestações de contas parciais, a comprovação

final se referirá a parcela pendente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem em descumprimento de quaisquer cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata, incluindo a suspensão de repasses de recursos financeiros, independentemente de procedimentos judiciais, especialmente nos casos de:

- a) falta de prestação de contas parcial e final no prazo estabelecido, sem justa causa;
- b) utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista no objeto do Convênio.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O MUNICÍPIO e a PROPLANT poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente Convênio, por livre iniciativa de cada parte, mediante anuência formal, com 60 (sessenta) dias de antecedência.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio terá vigência no período de 03 de janeiro de 2011 até 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogado por igual período, mediante TERMO ADITIVO, por mútuo acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Os participantes elegem o Foro da Comarca de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente Convênio, renunciando expressamente a outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Convênio em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Corupá, 03 de janeiro de 2011.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

EDSON DANIEL
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE PLANTAS
ORNAMENTAIS DE CORUPÁ - PROPLANT

TESTEMUNHAS:

1)
Sandro Rogério Glatz
CPF: 715.532.079-04

2)
Ernesto Felipe Blunk
CPF: 055.093.609-25

VISTO:

FERNANDO GEAN LUNELLI
Assessor Jurídico
OAB/SC 25.435

Termo de Convênio Nº 008/11 - FUNDAÇÃO BENEFICENTE

TERMO DE CONVÊNIO Nº 008/11.

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CORUPÁ E A FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE CORUPÁ.

O MUNICÍPIO DE CORUPÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.467/0001-70, com sede governamental na Avenida Getúlio Vargas, 443, Centro, nesta cidade de Corupá - SC, neste ato representado pelo Senhor LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e, de outro lado, a FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE CORUPÁ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.078.154/0001-94, com endereço na Rua Nereu Ramos, 401, município de Corupá - SC, neste ato representado por seu Presidente, Senhor MAURÍCIO GRETTER, de ora em diante denominada simplesmente de FUNDAÇÃO, celebram o presente CONVÊNIO, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio objetiva a prestação dos serviços de pronto atendimento na área de saúde e aquisição de medicamentos, material hospitalar e cirúrgico além de pagamento de pessoal, e encargos sociais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para execução do presente Convênio o MUNICÍPIO repassará à FUNDAÇÃO, de forma parcelada, a importância de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente Convênio correrão por conta de dotação própria do orçamento da Secretaria Municipal de Saúde, a saber:

06.000 - Secretaria Municipal de Saúde

06.001 - Fundo Municipal de Saúde

010 301 0080 2009 - Manutenção da Divisão de Saúde

33.50.0000.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Em cada exercício financeiro deverá ser consignado no Orçamento dotação para o atendimento do presente convênio.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O Município obriga-se à:

a) Efetuar o repasse financeiro, na Conta Corrente nº 506-1, junto à Agência nº 1782-5, da Caixa Econômica Federal;

b) Fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução do presente Convênio;

c) Examinar e aprovar os relatórios de execução, assim como a prestação de contas dos recursos repassados.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA FUNDAÇÃO

A FUNDAÇÃO obriga-se à:

a) Responsabilizar-se pela correta execução do Convênio e aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins;

b) Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, decorrentes de ações judiciais e de rescisões trabalhistas, eximindo-se o MUNICÍPIO de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele, sendo permitido à instituição proponente a utilização de recursos do Convênio para o pagamento dos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária decorrentes da execução normal das ações estabelecidas com o objeto deste Convênio;



c) Manter, em instituição financeira local, conta bancária específica, vinculada a este Convênio, permitido pagamento de despesa com CPMF e manutenção de conta ativa;

d) Afixar, em local visível ao público, placa de identificação da parceria existente entre o Poder Público Municipal e a FUNDAÇÃO;

e) Aplicar os saldos financeiros do Convênio não utilizados;

f) Devolver ao MUNICÍPIO os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Convênio;

g) Aplicar os recursos na manutenção e desenvolvimento do objeto do presente Convênio, de forma a possibilitar os meios logísticos, profissionais e de infra-estrutura necessários;

h) Apresentar o Plano de Trabalho de acordo com a vigência do Convênio;

i) O Plano de Trabalho poderá ser modificado por mútuo acordo entre as partes, e aprovado pelo Poder Público Municipal, desde que a natureza do objeto do Convênio não seja alterada.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Segunda deste Convênio será elaborada de acordo com a Resolução TCE nº16/94, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e com o Decreto nº 4.864/2003, de 17 de abril de 2003.

A FUNDAÇÃO deverá encaminhar ao MUNICÍPIO a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da data do recebimento dos mesmos, sendo que a liberação das parcelas está condicionada à apresentação e à aprovação das prestações de contas.

Devido ao fato da liberação dos recursos ocorrer em 03 (três) ou mais parcelas ou desembolsos financeiros, a liberação da terceira parcela ficará condicionada à apresentação e aprovação de prestação de contas parcial referente a primeira parcela e assim sucessivamente, sempre obedecendo o prazo máximo para apresentação já determinado.

Após a aplicação da última parcela, deverá a FUNDAÇÃO apresentar a prestação de contas final, sendo que caso já tenham sido apresentadas as prestações de contas parciais, a comprovação final se referirá a parcela pendente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem em descumprimento de quaisquer cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata, incluindo a suspensão de repasses de recursos financeiros, independentemente de procedimentos judiciais, especialmente nos casos de:

- a) falta de prestação de contas parcial e final no prazo estabelecido, sem justa causa;
- b) utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista no objeto do Convênio.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O MUNICÍPIO e a FUNDAÇÃO poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente Convênio, por livre iniciativa de cada parte, mediante anuência formal, com 60 (sessenta) dias de antecedência.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio terá vigência no período de 09 de junho de 2011 até 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogado por igual período, mediante TERMO ADITIVO, por mútuo acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente Convênio, renunciando expressamente a outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Convênio em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Corupá, 09 de junho de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

MAURÍCIO GREITER

Presidente da Fundação Beneficente de Corupá

TESTEMUNHAS: 1)

Sandro Rogério Glatz

CPF: 715.532.079-04

2)

Ernesto Felipe Blunk

CPF: 055.093.609-25

VISTO:

FERNANDO GEAN LUNELLI

Assessor Jurídico

OAB/SC 23.435

Ermo

PREFEITURA

Decreto N.º 041, de 25 de Agosto de 2011.

DECRETO N.º 041, de 25 de Agosto de 2011.

Suplementa Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4º, inciso I da Lei nº 282 de 06/12/2010 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), a saber:

05.01- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

13.392.0029.2.013 - Manutenção e divulgação da cultura

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0 (4) - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.0 (69) - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º. As suplementações de que tratam o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação da fonte 0080 (recursos próprios), no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) e de recursos da fonte 0024, oriundos do Fundo da Cultura da Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo- FUNTURISMO, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 25 de agosto de 2011.
MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
Secretário de Administração e Finanças

Termo de Inexibilidade - Processo Licitatório nº 19/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
TERMO DE INEXIBILIDADE
Processo Licitatório nº 19/2011

Do Objeto: Contratação de empresa, que detém representação e exclusividade para as apresentações de Shows Artísticos, reconhecidos e consagrados pela crítica especializada e pela opinião pública no âmbito regional e nacional na 1ª ERMO FIORIFEST, 7ª FESTA DE EMANCIPAÇÃO, 5ª FESTA DO AGRICULTOR, E 1ª FAFAER - FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR E ARTESANATO. Contratado: Atração Comércio e Serviços Ltda Me, sito a Rua Alberto Santos, nº 201, Centro, Sombrio/ SC, inscrita no CNPJ nº 09.574.258/0001-76

Do Valor Global: R\$ 63.250,00 (sessenta e três mil, duzentos e cinquenta reais).Do Fundamento Legal: A Inexigibilidade de Licitação foi feita com base no Artigo 25, Inciso III da Lei Federal 8.666/93, que reza: " É Inexigível a Licitação para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela critica especializada ou pela opinião pública".Da Justificativa: A Inexibilidade de Licitação justifica-se pela opção da Administração Municipal por Shows Artísticos de renome nacional e regional, reconhecidos e consagrados pela opinião pública e critica especializada, com execução de músicas compatíveis com as características do evento, sendo que os preços contratados estão de acordo com os valores praticados pelo mercado da região.

Ermo, 30 de agosto de 2011.
CINARA MATEUS RÉUS CLEMES
Diretora de Compras

Responsável pelo Setor de Licitações
MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 123, de 08 de setembro de 2011.

PORTARIA Nº. 123, de 08 de setembro de 2011.
Dispõe sobre a Exoneração de Servidor Ocupante de Cargo em Comissão, que especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes confere o Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 1º, § 1º, da Lei Nº 003, de 03 de janeiro de 1997;

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar ANTÔNIA DE FÁTIMA REINALDI, do cargo em

comissão de CHEFE DIVISÃO DE SAÚDE, Nível DASU-I, nomeada pela Portaria nº 023, de 07 de fevereiro de 2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 08 de setembro de 2011.
MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
Secretário de Administração e Finanças Interino

Forquilha

PREFEITURA

Extrato de Contrato PMF Nº. 151/2011. EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 151/2011.

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRATADO - FORAUTO VEÍCULOS LTDA

DO OBJETO - aquisição de um caminhão tipo 4X2 (toco), fabricação/modelo 2011/2012, potência de 170CV, capacidade PBT 16.000 kg, para utilização nas operações do Centro de Triagem de Resíduos Sólidos do Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 172.000,00 (cento e setenta e dois mil reais).
VIGÊNCIA - 385 (trezentos e oitenta e cinco) dias corridos (prazo de entrega + prazo da garantia)
DOTAÇÃO - 1001.1024.4490 (147), (148) - GOVERNO FEDERAL
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 95/PMF/2011.
DATA DA ASSINATURA - 23 de agosto de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 52/2011 EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 52/2011 SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 220/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRATADO - RONCHI PAVIMENTAÇÕES LTDA. ME

DO OBJETO -Prestação de serviços na execução de drenagem e sinalização da Avenida Euclides Bortolotto, Bairro Santa Cruz, Município de Forquilha/SC, conforme Programa GPD e Contrato 0309712-44/2009 firmado entre o Ministério das Cidades e a Prefeitura Municipal de Forquilha, compreendendo o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, máquinas, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias, obedecendo integralmente às especificações, determinações previstas no projeto básico e projeto executivo e de acordo com a proposta da contratada.

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução por mais 90 (noventa) dias passando de 24/08/2011 para 22/11/2011, prorrogando automaticamente a vigência do contrato para 20/02/2012.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.
DATA DA ASSINATURA - 17 de agosto de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0266/2011

DECRETO Nº 0266, DE 08 DE SETEMBRO DE 2011.

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0024 DE 24 DE AGOSTO DE 2011.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0024, de 24 de agosto de 2011, conforme listas anexas.

Art. 2º. A classificação dos códigos 3, 4, 7, 8 e 9 do Quadro Geral de Inscrições, deixou de ser divulgada por não possuir inscritos.

Art. 3º. A classificação dos códigos 13, 14, 15, 16, 17 e 19 do Quadro Especial de Inscrições, deixou de ser divulgada por não possuir inscritos.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 08 de Setembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0024 DE 24 DE AGOSTO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Educação Infantil** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Educação Infantil**

Critérios de Desempate

Disciplina:

Educação Infantil

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º Especial. (Pós)	2º Cursos Atualiz.	3º Tempo Serviço	4º Núm. Filhos	5º Portador Defic.	6º Data Nascimento
1	36	JACINTA PEREIRA	12	6	5	1	0	NÃO	21/7/1983
2	22	NEIVA APARECIDA CAMPAGNARO XAVIER	10	4	4	2	2	NÃO	1/9/1959
3	43	KÁTIA FRANCIELLE FELTRIN	9	4	5	0	1	NÃO	26/3/1989
4	55	ROSENI DE FATIMA MARCONDES	7	0	5	2	2	NÃO	15/6/1975
5	38	JULIA KARINE MACHADO DOS SANTOS	6	0	5	1	2	NÃO	30/10/1979
6	8	RODRIGO DOS ANJOS MOTTA	6	0	5	1	0	NÃO	30/8/1979
7	10	MARLI APARECIDA DA ROSA	5	0	5	0	2	NÃO	2/7/1970
8	14	TATIANE GONÇALVES MATEUCCI	5	0	5	0	2	NÃO	5/11/1984
9	47	GERUSA ANDREA SCRAMOCIM ZAGO	5	0	5	0	1	NÃO	13/11/1979
10	7	MARCIA APARECIDA TIBES DOS SANTOS	5	0	5	0	1	NÃO	21/1/1981
11	4	DELYRIA BENTO DE ANDRADE	5	0	5	0	0	NÃO	17/4/1984
12	1	RUBIA FERNANDA RIBEIRO DA SILVA	5	0	5	0	0	NÃO	13/1/1990
13	19	TACIANA BOGO	5	0	5	0	0	NÃO	20/3/1990
14	40	ANGELA JULIANA PONTES DOS SANTOS	2	0	2	0	0	NÃO	19/3/1988
15	26	EDIANE MOLIM	2	0	2	0	0	NÃO	19/11/1989
16	53	DANIELA DE BAIRROS CERON	0	0	0	0	1	NÃO	25/1/1981



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0024 DE 24 DE AGOSTO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Educação Física** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **10** Área de Atuação: **Geral**
Disciplina: **Educação Física**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	<i>Crítérios de Desempate</i>					
				1º	2º	3º	4º	5º	6º
Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento				
4	3	0	0	NÃO	21/1/1987				



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0024 DE 24 DE AGOSTO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempeate**

Cargo: **Educação Infantil** Quadro: **II - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÕES**

Código: **11** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Educação Infantil**

Critérios de Desempeate

Disciplina:

Educação Infantil

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º Especial. (Pós)	2º Cursos Atualiz.	3º Tempo Serviço	4º Núm. Filhos	5º Portador Defic.	6º Data Nascimento
1	64	EDILVANA CRUZ DA SILVA	8	4	2	2	1	NÃO	14/4/1974
2	18	MARISA APARECIDA SCHISSI FERREIRA	5	0	5	0	2	NÃO	25/12/1972
3	61	MELANIA DE FATIMA SUTIL DE OLIVEIRA DE BAIROS	5	0	5	0	1	NÃO	3/2/1980
4	51	JOEDNA AOARECIDA DA SILVA	5	0	5	0	1	NÃO	5/10/1984
5	5	ADRIANA DANIELI DA SILVA VIERO	5	0	5	0	0	NÃO	8/9/1980
6	12	MARILZA BILIK	5	0	5	0	0	NÃO	23/5/1985
7	65	FABIANA TELLE	5	0	5	0	0	NÃO	21/2/1989
8	16	PATRICIA FAQUIN	5	0	5	0	0	NÃO	21/2/1991
9	67	IVONETE APARECIDA DOS SANTOS	3	0	3	0	1	NÃO	31/3/1984
10	69	DAIANE PIRES DA SILVA	2	0	2	0	0	NÃO	23/6/1989
11	29	NITA DOMINGUES DOS SANTOS	2	0	0	2	0	NÃO	17/5/1975
12	57	SIRLEI APARECIDA REITZ SANTOS	1	0	1	0	2	NÃO	28/6/1976
13	31	AGUIDA REGINA DRUN	1	0	1	0	2	NÃO	12/2/1979
14	45	ROSMARI DE SOUZA	1	0	1	0	1	NÃO	15/10/1968
15	34	MARLI GONÇALVES DE SOUZA	1	0	1	0	1	NÃO	26/10/1976
16	59	JUCÉLIA DAS GRAÇAS RIBEIRO	1	0	1	0	0	NÃO	28/7/1983
17	24	ANA CLAUDIA BECKER LAZZARI	0	0	0	0	3	NÃO	21/3/1981
18	33	ALESSANDRA MARIA DORNELLES	0	0	0	0	2	NÃO	18/4/1980



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0024 DE 24 DE AGOSTO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Anos Iniciais** Quadro: **II - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÕES**

Código: **12** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Anos Iniciais**

CrITÉrios de Desempate

Disciplina:

Anos Iniciais

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento				
1	42	ACIR RIBEIRO	8	0	4	4	2	NÃO	19/1/1955
2	62	MELANIA DE FATIMA SUTIL DE OLIVEIRA DE BAIROS	5	0	5	0	1	NÃO	3/2/1980
3	52	JOEDNA AOARECIDA DA SILVA	5	0	5	0	1	NÃO	5/10/1984
4	13	MARILZA BILIK	5	0	5	0	0	NÃO	23/5/1985
5	17	PATRICIA FAQUIN	5	0	5	0	0	NÃO	21/2/1991
6	68	IVONETE APARECIDA DOS SANTOS	3	0	3	0	1	NÃO	31/3/1984
7	70	DAIANE PIRES DA SILVA	2	0	2	0	0	NÃO	23/6/1989
8	30	NITA DOMINGUES DOS SANTOS	2	0	0	2	0	NÃO	17/5/1975
9	32	AGUIDA REGINA DRUN	1	0	1	0	2	NÃO	12/2/1979
10	46	ROSMARI DE SOUZA	1	0	1	0	1	NÃO	15/10/1968
11	35	MARLI GONÇALVES DE SOUZA	1	0	1	0	1	NÃO	26/10/1976
12	60	JUCÉLIA DAS GRAÇAS RIBEIRO	1	0	1	0	0	NÃO	28/7/1983
13	25	ANA CLAUDIA BECKER LAZZARI	0	0	0	0	3	NÃO	21/3/1981



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0024 DE 24 DE AGOSTO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Artes** Quadro: **II - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÕES**
Código: **18** Área de Atuação: **Geral**
Disciplina: **Artes**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	<i>Crítérios de Desempate</i>					
				1º	2º	3º	4º	5º	6º
Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento				
0	0	0	0	NÃO	27/5/1991				



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0024 DE 24 DE AGOSTO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempeate**

Cargo: **Anos Iniciais** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **2** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Anos Iniciais**

CrITÉRIOS de Desempeate

Disciplina:

Anos Iniciais

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º Especial. (Pós)	2º Cursos Atualiz.	3º Tempo Serviço	4º Núm. Filhos	5º Portador Defic.	6º Data Nascimento
1	37	JACINTA PEREIRA	12	6	5	1	0	NÃO	21/7/1983
2	50	LUCIANE DA ROSA	11	4	5	2	1	NÃO	17/2/1986
3	23	NEIVA APARECIDA CAMPAGNARO XAVIER	10	4	4	2	2	NÃO	1/9/1959
4	44	KÁTIA FRANCIELLE FELTRIN	9	4	5	0	1	NÃO	26/3/1989
5	63	EDILVANA CRUZ DA SILVA	8	4	2	2	1	NÃO	14/4/1974
6	56	ROSENI DE FATIMA MARCONDES	7	0	5	2	2	NÃO	15/6/1975
7	39	JULIA KARINE MACHADO DOS SANTOS	6	0	5	1	2	NÃO	30/10/1979
8	9	RODRIGO DOS ANJOS MOTTA	6	0	5	1	0	NÃO	30/8/1979
9	11	MARLI APARECIDA DA ROSA	5	0	5	0	2	NÃO	2/7/1970
10	15	TATIANE GONÇALVES MATEUCCI	5	0	5	0	2	NÃO	5/11/1984
11	48	GERUSA ANDREA SCRAMOCIM ZAGO	5	0	5	0	1	NÃO	13/11/1979
12	6	MARCIA APARECIDA TIBES DOS SANTOS	5	0	5	0	1	NÃO	21/1/1981
13	3	DELYRIA BENTO DE ANDRADE	5	0	5	0	0	NÃO	17/4/1984
14	2	RUBIA FERNANDA RIBEIRO DA SILVA	5	0	5	0	0	NÃO	13/1/1990
15	20	TACIANA BOGO	5	0	5	0	0	NÃO	20/3/1990
16	41	ANGELA JULIANA PONTES DOS SANTOS	2	0	2	0	0	NÃO	19/3/1988
17	27	EDIANE MOLIM	2	0	2	0	0	NÃO	19/11/1989
18	54	DANIELA DE BAIRROS CERON	0	0	0	0	1	NÃO	25/1/1981



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0024 DE 24 DE AGOSTO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Educação Física** Quadro: **II - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÕES**

Código: **20** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Educação Física**

Critérios de Desempate

Disciplina: Educação Física

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º Especial. (Pós)	2º Cursos Atualiz.	3º Tempo Serviço	4º Núm. Filhos	5º Portador Defic.	6º Data Nascimento
1	21	IBIANI CABRAL BORGES	5	0	5	0	0	NÃO	29/9/1987
2	71	JANAINA PITT	4	0	4	0	0	NÃO	9/6/1990
3	66	ADRIANO FRANCO DE CAMARGO	0	0	0	0	1	NÃO	28/7/1976
4	49	ALEXSANDRO RIBEIRO DAS ALMAS	0	0	0	0	0	NÃO	17/10/1989
5	74	JULIANA DANIELLI	0	0	0	0	0	NÃO	27/8/1992



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0024 DE 24 DE AGOSTO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **História** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **5** Área de Atuação: **Geral**
Disciplina: **História**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	<i>CrITÉRIOS DE DESEMPATE</i>					
				1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	73	MARCONDES BIALESKI	0	0	0	0	0	NÃO	19/2/1976



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0024 DE 24 DE AGOSTO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Geografia** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **6** Área de Atuação: **Geral**
Disciplina: **Geografia**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Critérios de Desempate					
				1º	2º	3º	4º	5º	6º
Special. (Pos)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento				
1	28	NITA DOMINGUES DOS SANTOS	2	0	0	2	0	NÃO	17/5/1975

Aviso da Tomada de Preços Nº 0026/2011

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0026/2011 - PMF

Objeto: Seleção de propostas apresentadas por entidades sem fins lucrativos interessadas em estabelecer parceria com o Município, para execução de ações de qualificação social e profissional de 300 (trezentos) jovens, através do PROJOVEM TRABALHADOR - JUVENTUDE CIDADÃ. Modalidade: Tomada de Preços. Tipo: Melhor Técnica. Protocolo dos Envelopes: Até às 09:00 horas do dia 11/10/2011. Abertura do Certame: No mesmo dia às 09:15 horas. Recursos: Plano de Implementação e Termo de Adesão Processo MTE nº 46069.001878/2011-30 firmado no âmbito do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM, na modalidade Projovem Trabalhador, na sub-modalidade Juventude Cidadã, entre o Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE e o Município, objetivando o estabelecimento de cooperação técnica e financeira mútua, para promover a criação de oportunidades de trabalho, emprego e renda para os jovens em situação de maior vulnerabilidade frente ao mundo do trabalho, por meio da qualificação social-profissional, com vista à inserção na atividade produtiva, Decreto nº 5.313/2004, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 9.608/1998 e de contrapartida recursos próprios. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, na Av. Rio das Antas, 185. Informações pelo fone (49) 3256-3000-ramais 3023/3039. E-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 08 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Aviso do Pregão Presencial Nº 0111/2011-PMF-RP0053

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0111/2011 - PMF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0053/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de materiais de construção diversos para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (FMS, SANEFRAI e FME) durante o período de setembro de 2011 a março de 2012. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 22/09/2011. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 08 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Resultado do Julgamento da Habilitação - Tomada de Preços Nº 0024/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0024/2011 - PMF

O Prefeito Municipal torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto contratação de empresa do ramo para execução da obra de fechamento e ampliação da quadra coberta do Centro Educacional Municipal Faxinal dos Carvalhos, nesta cidade de Fraiburgo, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo, houve

a participação das empresas: GL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA e FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, as quais, pela apresentação regular de todos os documentos de acordo com o Edital, restaram HABILITADAS pela Comissão quando da abertura dos Envelopes de Habilitação. Desta forma, estão habilitadas para a fase subsequente, qual seja, julgamento da fase das PROPOSTA de PREÇOS a qual se dará, decorrendo "in albis" o prazo recursal previsto no art. 109, inc. I, alínea "a" da Lei nº 8.666/93, no dia 16/09/2011 às 11:00 horas.

Fraiburgo (SC), 06 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Notificação de Recebimento de Recursos Federais

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de Fraiburgo-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos e entidades empresariais a liberação de crédito na data de 06/09/2011 no valor de R\$ 15.305,67 (quinze mil, trezentos e cinco reais e sessenta e sete centavos), vinculado ao contrato de Convênio Nº 0306625-23/2009, assinado em 31/12/2009, objetivando o "Escoamento da Produção Rural".

Secretaria de Finanças

Portaria Nº 1770/2011

PORTARIA Nº 1.770, DE 08 DE SETEMBRO DE 2011.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora ERNESTINA EMA ZEMBRANI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 054.183.889-08, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, por 40 horas semanais, a partir de 06 de setembro de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1771/2011

PORTARIA Nº 1.771 DE 08 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 027 de 13 de dezembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de MOTORISTA, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para

a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, VILMAR DIAS DE ALMEIDA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 422.385.609-04, na função de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de setembro de 2011 até 08 de novembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1772/2011

PORTARIA N.º 1.772 DE 08 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0022 de 03 de agosto de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, SALETE APARECIDA TEDESCO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 046.226.019-40, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de setembro de 2011 até 31 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1773/2011

PORTARIA N.º 1.773 DE 08 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0012 de 08 de abril de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo a servidora ZENEIDE ALVES VELOSO FERREIRA, que se encontra afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, MARIA VALDOMIRA PALHANO DE SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 998.367.009-78, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 12 de setembro de 2011 até 01 de outubro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1774/2011

PORTARIA N.º 1.774 DE 08 DE SETEMBRO DE 2011.

Nomeia Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARCOS ADRIANO RALDI PALAORO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 083.955.919-42, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 12 de setembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1775/2011

PORTARIA N.º 1.775 DE 08 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 023 de 11 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo a servidora MARILDA DO PILLAR LENCHOFF DE JESUS, que se encontra afastada em auxílio doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELISETE CIRINO DE FREITAS PASSOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 812.031.529-49, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de setembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba

PREFEITURA

Aviso de Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 60.2011 PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 60.2011 PMG

Ata nº. 60/2011; Processo nº. 163/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: THAGO METALURGICA LTDA. Objeto: Equipar veicula utilizado pela equipe da COSIP para manutenção da rede de iluminação pública. Valor: 18.500,00; Data da Assinatura da Ata: 22/08/2011.

Decreto N.º 119/2011

DECRETO N.º 119, DE 06 DE SETEMBRO DE 2011.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO LIMITE DE R\$ 15.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.481 de 08/12/2010 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional especial no limite de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para reforço de dotações constantes do orçamento vigente, conforme segue:

10.01 - SECRETARIA DE PLAN TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE
15.000,00

15452311.084 - Aquisição de Veículos 15.000,00

4.4.90.0.1.17.000000 - Aplicações Diretas 15.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do Orçamento vigente:

10.01 - SECRETARIA DE PLAN TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE
15.000,00

15452312.043 - Manut. e Amp. dos Serv. de Iluminação Pública
15.000,00

3.3.90.0.1.17.000000 - Aplicações Diretas 15.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de Setembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 09/09/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA

Secretária Municipal de Administração

Decreto N.º 120/2011

DECRETO N.º 120, DE 06 DE SETEMBRO DE 2011.

DESIGNA MEMBROS PARA FORMAREM O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal n.º 1.524 de 07 de abril de 2011, e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art.1º. Ficam designados os membros, abaixo relacionados, para integrarem o Conselho de Desenvolvimento Municipal - CDM:

I - PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

a) SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Titular: Rafael dos Santos Ulysséa

Suplente: Thiago Quatrin Tosseto

b) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Titular: Luiz Antônio de Campos

Suplente: Sandra Nascimento de Abreu Garcia

c) SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

Titular: Luiz Bernardo

Suplente: Mariane Fernandes de Ávila

d) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular: Renato da Silveira

Suplente: Maria Nadir de Araujo Souza

e) SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA

Titular: Marcus Vinicius Israel

Suplente: José Fragoso de Oliveira

f) SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

Titular: Selio Defreyne

Suplente: Tiago Medeiros

g) SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Titular: Micheline Aranha de Araújo

Suplente: Marivone Inácia de Abreu

II - SERVIDOR REPRESENTANTE DA CÂMARA DE VEREADORES:

Titular: Giovana da Silva Defreyne

Suplente: Mariana Israel

III - REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE GAROPABA - ACIG:

Titular: Samuel Ramos de Lima

Suplente: Nilson Luiz da Silva Mello

IV - REPRESENTANTE DE ASSOCIAÇÃO REPRESENTATIVA DE



PROFISSIONAIS LIBERAIS DE NÍVEL SUPERIOR COM ATUAÇÃO NO MUNICÍPIO:

Titular: Paulo Renato Ernandorema

Suplente: José Luis Nieto

V - REPRESENTANTE DE ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES OU AGRICULTORES PROFISSIONAIS:

Titular: José Antonio Furtado

Suplente: Hélio Aguiar de Souza

VI - REPRESENTANTE DE ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA OU DE BAIRRO:

Titular: Vanda Elizabet Zanella

Suplente: Rui Carlos Marques de Barcellos

VII - REPRESENTANTE DE MOVIMENTOS SOCIAIS, POPULARES OU DE ENTIDADES AMBIENTAIS:

Titular: Sandra Severo

Suplente: Dolizete Zilli

VIII - REPRESENTANTE DE ENTIDADES SINDICAIS DOS TRABALHADORES:

Titular: João Batista Cardoso

Suplente: Abílio Joaquim da Silveira

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto n.º 094, de 13 de julho de 2011.

Garopaba, 06 de Setembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 09/09/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA

Secretária Municipal de Administração

Lei N.º 1.555/2011

LEI N.º 1.555, DE 06 DE SETEMBRO DE 2011.

ALTERA A LEI MUNICIPAL N.º 1.120, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2007, QUE "DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 17, da Lei Municipal n.º 1.120, de 15 de fevereiro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17. O Gabinete do Prefeito é composto da seguinte estrutura hierárquica e organizacional:

I. Oficial de Gabinete;

II. Assistente de Gabinete;

III. Assessoria de Comunicação;

IV. Diretoria de Controle Interno;

V. Diretoria de Articulação Estadual;

VI. IPREGOBA

VII. Assessoria Jurídica;

VIII. Diretoria de Controle Jurídico;

IX. Assistência Jurídica.

Parágrafo Único. Os cargos de Oficial de Gabinete, Diretor de Controle Interno e Diretor de Controle Jurídico, serão providos com

"status" de Secretário Municipal."

Art. 2º. A seção IX, Capítulo I, da Lei Municipal n.º 1.120, de 15 de fevereiro de 2007, passa a vigorar como " SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTES".

Art. 3º. O artigo 31, da Lei Municipal n.º 1.120, de 15 de fevereiro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 31 - À Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes compete:

I. Formular, coordenar, acompanhar e supervisionar a implementação de planos, programas, e projetos relacionados ao turismo, cultura e esportes;

II. Incentivar os estudos e pesquisas objetivando a orientação das atividades do turismo, cultura e esportes;

III. Formular, coordenar, acompanhar e supervisionar a implementação da política municipal de desenvolvimento do turismo;

IV. Articular a participação da sociedade civil no estabelecimento de diretrizes da política municipal de turismo, cultura e esportes;

V. Promover a articulação entre as iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades turísticas;

VI. Promover e encaminhar estudos que visem o aproveitamento dos recursos naturais do Município para fins turísticos;

VII. Incentivar os estudos e pesquisas objetivando a orientação das atividades esportivas;

VIII. Administrar os próprios esportivos e de lazer municipais;

IX. Articular-se com órgãos federais, estaduais e municipais, bem como universidades e instituições culturais, turísticas e esportivas, de modo a assegurar a coordenação a execução de programas culturais, turísticos e esportivos de qualquer iniciativa;

X. Zelar pela conservação do patrimônio histórico e cultural do Município de Garopaba;

XI. Conceder auxílio a instituições culturais, turísticas e esportivas existentes no município, para assegurar o desenvolvimento de um programa cultural, turístico ou esportivo efetivo;

XII. Promover intercâmbio com entidades públicas e privadas, mediante convênios que possibilitem exposições, reuniões e realizações de caráter artístico, literário, turístico ou esportivo;

XIII. Promover exposições, espetáculos, conferências, debates, feiras, projeções cinematográficas, festividades populares, campeonatos e jogos;

XIV. Realizar promoções destinadas a integração social da população com vistas a elevação de seu nível cultural, artístico, turístico e esportivo.

XV. Organizar e manter o Arquivo Histórico do Município;

XVI. Promover a conservação e a divulgação das tradições culturais e do folclore local e regional;

XVII. Promover a edição de livros e outras publicações que estudem e divulguem as tradições histórico-culturais do Município;

XVIII. Criar e manter bibliotecas, museus, pinacotecas, discotecas e outras atividades, permanentes ou não, que sirvam de instrumento de divulgação cultural;

XIX. Promover estudos e pesquisas sobre a história, as tradições, o folclore, a genealogia e outros aspectos de interesse cultural do Município;

XX. Promover dentro de uma visão dinâmica e contemporânea, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das atividades culturais, turísticas e esportivas locais."

Art. 4º. O artigo 32, da Lei Municipal n.º 1.120, de 15 de fevereiro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 32. A Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes apresenta a seguinte estrutura hierárquica e organizacional:

I. Diretoria de Mídia e Eventos;

II. Divisão de Turismo;

III. Diretoria de Eventos Esportivos;

IV. Divisão de Eventos Esportivos;

V. Diretoria de Cultura;
VI. Divisão de Cultura;
VII. Secretária."

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do orçamento fiscal vigente.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de Setembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 09/09/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA
Secretária de Administração

Lei N.º 1.556/2011

LEI N.º 1.556, DE 06 DE SETEMBRO DE 2011.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL N.º 655, DE 24 DE AGOSTO DE 1999 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O cargo de Fisioterapeuta, dos Quadros I - Efetivos e III - Função e Habilitação, da Lei Municipal n.º 655/99, passa a vigorar com remuneração de R\$ 1.416, 21 (um mil quatrocentos e dezesseis reais e vinte e um centavos).

Art. 2º. Fica extinto o cargo de Superintendente, do Quadro II - Comissionados, da Lei Municipal n.º 655/99.

Art. 3º. Ficam extintas, 02 (duas) vagas, do cargo Chefe de Divisão, do Quadros II - Comissionados, da Lei Municipal n.º 655/99.

Art. 4º. O Quadros II - Comissionados, da Lei Municipal n.º 655/99, passa a vigorar acrescido do cargo de Diretor de Controle Jurídico, com remuneração de R\$ 4.309,64 (quatro mil e trezentos e nove reais e sessenta e quatro centavos).

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de Setembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 09/09/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA
Secretária de Administração

Lei N.º 1.557/2011

LEI N.º 1.557, DE 06 DE SETEMBRO DE 2011.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO LIMITE DE R\$ 15.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no limite de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para reforço de dotações constantes do orçamento vigente, conforme segue:

10.01 - SECRETARIA DE PLAN TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE
15.000,00

15452311.084 - Aquisição de Veículos 15.000,00

4.4.90.0.1.17.000000 - Aplicações Diretas 15.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do Orçamento vigente:

10.01 - SECRETARIA DE PLAN TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE
15.000,00

15452312.043 - Manut. e Amp. dos Serv. de Iluminação Pública
15.000,00

3.3.90.0.1.17.000000 - Aplicações Diretas 15.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de Setembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 09/09/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA
Secretária de Administração

Lei N.º 1.558/2011

LEI N.º 1.558, DE 06 DE SETEMBRO DE 2011.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO ALAGOANO ESPORTE CLUBE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Associação Alagoano Esporte Clube, com sede no município de Garopaba/SC.

Art. 2º. À entidade, mencionada no artigo primeiro, ficam assegurados todos os direitos e deveres da presente Lei.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de Setembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 09/09/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA
Secretária de Administração

Portaria N.º 619/2011

PORTARIA N.º 619, DE 06 DE SETEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de

suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do parágrafo único, do artigo n.º 173, da Lei Municipal n.º 1000/2005, fica prorrogado por 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do presente ato, o prazo de conclusão do PROCESSO ADMINISTRATIVO - CAEP, n.º 001/2011, referente à Portaria n.º 483/2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam Revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de Setembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 09/09/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Gaspar

PREFEITURA

Decreto Nº 4.479 de 05 de Setembro de 2011.

DECRETO Nº 4.479 DE 05 DE SETEMBRO DE 2011.

NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, da Lei Orgânica do Município, e artigo 10 e seguintes, da Lei Municipal nº. 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir desta data, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2008, aprovado para o cargo abaixo especificado, com carga horária e lotação conforme seguem:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
Janine Camilo Veira Gomes Ferreira	Auxiliar de Enfermagem	30h	10º	Secretaria Municipal de Saúde

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 05 de setembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Decreto Nº. 4.477, de 01 de Setembro de 2011.

DECRETO Nº. 4.477, DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

RENUNCIA AO CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR A SERVIDORA ELIANE COSTA KRETZER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e especialmente as contidas no art. 72, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e, no art. 219, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Renuncia ao cargo de Conselheiro Titular, a Sra. ELIANE COSTA KRETZER, servidora municipal ocupante do cargo efetivo de Professora DOC IV-8, lotada com 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir desta data, conforme decisão expressamente manifestada.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 01 de setembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Decreto Nº. 4.478 de 05 de Setembro de 2011.

DECRETO Nº. 4.478 DE 05 DE SETEMBRO DE 2011.

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE FALECIMENTO DO SERVIDOR CLAUDIO FELIPE CASAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1o. Fica declarada a partir desta data, a vacância do cargo de provimento efetivo de Lavador de Carros, do servidor CLAUDIO FELIPE CASAS, lotado com 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Transportes e Obras, em decorrência de seu falecimento ocorrido em 03 de setembro.

Art. 2o. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 05 de setembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 4.480 de 06 de Setembro de 2011.

DECRETO Nº. 4.480 DE 06 DE SETEMBRO DE 2011.

SUBSTITUI MEMBROS REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Municipal nº 1.432 de 24 de maio de 1993, alterada pela Lei Municipal nº 2.347, de 10 de junho de 2003,

DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos os membros representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, pertencentes ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, conforme segue:

Membro Titular	Membro Suplente
Maristela Cizenski	Eloíza C. Probst

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando os demais dispositivos em contrário.

Gaspar, 06 de setembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 4.481, de 06 de Setembro de 2011.

DECRETO Nº. 4.481, DE 06 DE SETEMBRO DE 2011.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DO CANDIDATO ABAIXO MENCIONADO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e especialmente as contidas no art. 72, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e, no art. 219, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação do candidato, conforme quadro abaixo, em virtude de desistência expressamente manifestada.

CANDIDATO	CARGO	DECRETO DE NOMEAÇÃO
Janine Camilo Vieira Gomes Ferreira	Auxiliar de Enfermagem	DECRETO Nº 4.479/11

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 06 de setembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Inexigibilidade de licitação Nº. 117/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 117/2011, conforme art. 25 e inciso I da Lei 8.666/93. Partes: O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS e BIGUACU TRANSPORTES COLETIVOS ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA. Objeto: Aquisição de passes comum e escolar para transporte de funcionários, uso na distribuição a carentes, e distribuição para alunos matriculados em cursos superior e técnico. Valor: R\$ 171.715,00 (cento e setenta e um mil e setecentos e quinze reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretarias Municipais.

Governador Celso Ramos, 31 de agosto de 2011.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES

Prefeito Municipal.

Herval do Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 865/2011

PORTARIA Nº 865/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito - Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora

MARCIA GONÇALVES (Matr. 34), nascida aos 01/09/1971, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência 7/B, anexo III, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência 7/C, anexo III, a partir de 06 de setembro de 2011, de conformidade com os artigos 25 a 33 da Lei Complementar Nº 081 de 04 de dezembro de 1998.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de setembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

Decreto PMI Nº 098.2011

DECRETO PMI Nº 098, de 25 de agosto de 2011.

Dispõe sobre alteração do Plano Plurianual - PPA 2010-2013 e abre crédito especial para o exercício de 2011 para o Fundo Municipal de Trânsito de Imbituba, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 3.956, de 25 de agosto de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder executivo Municipal a proceder à alteração para inclusão da ação abaixo discriminada no Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Lei nº 3.530, de 01/05/2009, e na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2011, Lei nº 3.555, de 15/08/2009:

ÓRGÃO: 31 FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA

UNIDADE: 35.01 Fundo Municipal de Trânsito de Imbituba

PROGRAMA 0007 Governo de Imbituba, Fazendo Ainda Mais

AÇÃO: 2.124 Convênio Gestão Compartilhada

Art. 2º Fica aberto crédito especial no valor de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais) no Orçamento de 2011 para novos itens orçamentários, como segue:

ÓRGÃO: 31 FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA

UNIDADE: 35.01 Fundo Municipal de Trânsito de Imbituba

PROGRAMA 0007 Governo de Imbituba, Fazendo Ainda Mais

AÇÃO: 2.124 Convênio Gestão Compartilhada

06.181.0007-2.124

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 100.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 5.000,00

TOTAL 105.000,00

Art. 3º Os recursos para abertura do crédito especial de que trata o artigo anterior correrão por conta do Excesso de Arrecadação de recursos próprios apurados no exercício de 2011.

Art. 4º Fica revogado o Decreto PMI Nº 082, de 02 de agosto de 2011.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 25 de agosto de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Publicação de Extrato de Anulação de Pregão Presencial 36/2011 (Saúde)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SAÚDE

A Prefeitura Municipal de Imbituba, através da Secretaria Municipal de Saúde, comunica, que fica revogado o Processo Licitatório nº 45/2011, na modalidade de Pregão Presencial nº 36/2011, devido o não comparecimento de interessados caracterizando a licitação como deserta.

Imbituba, 09 de setembro de 2011.
MILENE RIBEIRO
Pregoeira Oficial

Publicação de Extrato de Concorrência 08/2011 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
CONCORRÊNCIA Nº 08/2011
PROCESSO Nº 156/2011

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica, que realizará às 15:00 horas do dia 10 de outubro de 2011, licitação na modalidade de Concorrência, tipo melhor menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de empresa para pavimentação com peças pré-moldadas de concreto - PCC da Estrada Geral de Ibiraquera - IMB 402 - Ibiraquera - Imbituba/SC. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 09 de setembro de 2011.
MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA
Presidente da Comissão de Licitação

Publicação de Extrato de Pregão Presencial 38/2011 (Saúde)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO Nº 48/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2011

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 21 de setembro de 2011, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de pessoa jurídica especializada para realização de exames de ultrassonografia nos pacientes da Secretaria Municipal de Saúde. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 09 de setembro de 2011.
MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA
Pregoeira Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial 39/2011 (Saúde)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO Nº 49/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2011

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 21 de setembro de 2011, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de pessoa jurídica especializada para realização de exames de esofagogastroduodenoscopia direta com pesquisa de *Helicobacter Pylori* (HP). A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 09 de setembro de 2011.
MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA
Pregoeira Oficial

Publicação de Extrato de Tomada de Preço 01/2011 (Saneamento)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SANEAMENTO
TOMADA DE PREÇO Nº 01/2011
PROCESSO Nº 08/2011

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica, que realizará às 15:00 horas do dia 26 de setembro de 2011, licitação na modalidade de Tomada de Preço, tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de empresa para implantação de drenagem superficial e obras de arte correntes nas ruas Otacilio de Carvalho, Nereu Ramos, João de Oliveira Filho, Irineu Bornhausene na Avenida Santa Catarina - Centro - Imbituba. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 09 de setembro de 2011.
MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA
Presidente da Comissão de Licitação

Portaria DGP/SEAGP N.º 191/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 191, de 06 de setembro de 2011.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora JOELMA DA SILVA, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 749.724.219-91, admitida em 01 de setembro de 1995, contrato nº 236, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Quinquênio	Período de Fruição
2006 a 2011	12.09.2011 a 10.12.2011

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 06 de setembro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Resolução Nº 002.2011 CMDCA

R E S O L U Ç Ã O Nº 002/2011

Dispõe sobre a convocação da V Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do Município de Imbituba, no uso das atribuições legais em consonância com a Lei nº 8.069/90 e 1.936/99 delibera em Assembléia ordinária, realizada em 01 de setembro de 2011. O que segue

RESOLVE

Art. 1º - Convocar a V Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de caráter deliberativo, para consolidação do princípio da PRIORIDADE ABSOLUTA, preconizado na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069/90.

Art. 2º - A V Conferência Municipal terá como tema central:

"Mobilizando, Implementando e Monitorando a Política e o Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios.

Art. 3º - Fica instituída a data de 21 de setembro de 2011, das 8h:00min às 12h:00min e das 13h:30min às 16h:00min, no Centro de Gestão da Educação e Saúde para realização da V Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Art. 4º - Fica instituída a Comissão Organizadora da V Conferência Municipal com a seguinte composição: Maristela da Rosa Guimarães, Zulmar Correa, Fabiana de Jesus, Eliane Moreira Silverio e Juliana Ignácio.

Art. 5º - As despesas previstas para organização e realização da Conferência Municipal serão custeadas do orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA.

Art. 6º - A presente Resolução 02/2011 entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 06 de setembro de 2011.

MARISTELA DA ROSA GUIMARÃES

Presidente do CMDCA

Irineópolis

PREFEITURA

Extrato de Contrato 96/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº. 96/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada: K.C.R. Comercio de Equipamentos Ltda ME

Objeto: Aquisição de Máquinas e Equipamentos para implantação de Agroindústria no Assentamento "Manoel Alves Ribeiro", no Município de Irineópolis/SC

Valor: R\$ 1.175,00 (Hum Mil cento e setenta cinco reais)

Vigência - 08.09.2011 a 31.12.2011

Base Legal - Processo Licitatorio 34/2011 - Pregão Presencial nº. 17/2011

Lei 10.520/02 e Lei 8.666/93 consolidada

CIRCE NEPPEL SFAIR

Prefeita em exercício

Extrato de Contrato 95/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº. 95/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada: Industria Mecanica Knapik Ltda. EPP

Objeto: Aquisição de Máquinas e Equipamentos para implantação de Agroindústria no Assentamento "Manoel Alves Ribeiro", no Município de Irineópolis/SC

Valor: R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais)

Vigência - 08.09.2011 a 31.12.2011

Base Legal - Processo Licitatorio 34/2011 - Pregão Presencial nº. 17/2011

Lei 10.520/02 e Lei 8.666/93 consolidada

CIRCE NEPPEL SFAIR

Prefeita em exercício

Decreto Nº 2130/2011

Decreto nº 2130/2011.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadã CIRCE NEPPEL SFAIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizada pela Lei nº 1541 de 21 de dezembro de 2010, conforme artigo 13.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas parcialmente no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais).

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.033 - Assistência Farmacêutica

4.4.90.00.00.00.00.01.0219 Aplicações Diretas R\$ 14.000,00

2.034 - Manutenção do Programa Saúde da Família

4.4.90.00.00.00.00.01.0251 Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

2.036 - Manutenção do Programa Saúde Bucal

3.3.90.00.00.00.00.01.0250 Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

4.4.90.00.00.00.00.01.0251 Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

2.037 - Manutenção do SAMU

4.4.90.00.00.00.00.01.0252 Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

T O T A L R\$ 38.000,00

Art. 2º - Por conta das anulações previstas no artigo anterior, ficam suplementadas as dotações a seguir especificadas, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.033 - Assistência Farmacêutica

3.3.90.00.00.00.00.01.0219 Aplicações Diretas R\$ 14.000,00



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

2.034 - Manutenção do Programa Saúde da Família
3.3.90.00.00.00.00.01.0251 Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

2.036 - Manutenção do Programa Saúde Bucal
3.1.90.00.00.00.00.01.0250 Aplicações Diretas R\$ 12.000,00
3.1.90.00.00.00.00.01.0251 Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

2.037 - Manutenção do SAMU
3.3.90.00.00.00.00.01.0252 Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

T O T A L R\$ 38.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 08 de setembro de 2011.
CIRCE NEPPEL SFAIR
Prefeita Municipal

Extrato de homologação 34/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 34/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2011

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatorio em epigrafe e a adjudicação das empresas: Industria Mecânica Knapik Ltda. EPP e K C R Comercio de Equipamentos Ltda.

Irineópolis, 08 de setembro de 2011.
CIRCE NEPPEL SFAIR
Prefeita em exercício

Editais 005/2011/SME

EDITAL 005/2011/SME

O Prefeito Municipal DE IRINEÓPOLIS, em consonância com a Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICA a Promoção Funcional por Desempenho, conforme estabelece a Lei Complementar Municipal nº 03/99 de 18/05/1999 que Dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério Público Municipal.

1. DOS PRÉ-REQUISITOS

1.1 A promoção por desempenho será concedida a todos os membros do Magistério Público Municipal, lotados e estáveis que se enquadrem nas condições estabelecidas em Lei.

1.2 Só fará jus à referida promoção o servidor que já tenha progredido por cursos de aperfeiçoamento.

2. DOS CRITÉRIOS

2.1 A avaliação de Desempenho do Membro do magistério deve identificar o cumprimento de suas atribuições levando em consideração os critérios especificados na seção II, artigos 25 a 29 da Lei Complementar nº 003/99, especificamente:

- I. Produtividade
- II. Responsabilidade
- III. Assiduidade e pontualidade
- IV. Experiência e dedicação ao serviço
- V. Comportamento ético profissional
- VI. Disciplina

2.2 O período de acompanhamento e avaliação será permanente, porém a avaliação escrita será no mês de SETEMBRO de cada ano.

3. DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

3.1 Não terão direito a Progressão os servidores que encontrar-se em cumprimento do Estágio Probatório.

3.2 A concessão da Progressão Funcional por Desempenho será deferida aos membros do Magistério que cumprirem os requisitos legais, a partir do mês de OUTUBRO.

3.3 A avaliação será realizada através do Chefe Imediato do qual o servidor estiver vinculado.

3.4 O Sistema de Avaliação e Desempenho, ou seja, conferência dos Formulários de Avaliação será objeto de estudo e ratificação pela Secretaria Municipal de Educação juntamente com o Conselho Municipal de Educação.

3.5 A listagem dos beneficiados será publicada no Mural Público Municipal, até o dia 30/09/2011.

3.6 Aos Membros do Magistério que não alcançarem o conceito BOM não serão concedidos a referida promoção.

3.7 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação em conjunto com o Conselho Municipal de Educação.

3.8 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis, 17 de agosto de 2011.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 268/2011

PORTARIA Nº. 268/2011.

INSTAURA SINDICÂNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal em Exercício de Irineópolis, cidadã CIRCE NEPPEL SFAIR, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001, e fundamentado nas disposições dos Artigos 169 e 170 da Lei Complementar nº 001/97 de 30/12/1997,

R E S O L V E :

Art. 1º - Determinar a instauração de Sindicância Administrativa para apurar responsabilidade administrativa pelo desaparecimento de um tacógrafo, bem parte integrante do Patrimônio nº 6855 (CAMINHAO, MARCA VOLKSWAGEM, ANO E MODELO 2008, TIPO 24-220 WORKER, COR BRANCO GEADA, MOTOR DIESEL CUMMINS 6 CILINDROS Nº 36046863, TURBO ALIMENTAÇÃO E INTERC DOLER, POTENCIA 218 CV, CHASSI 9BW3782T88R842158, RENAVAL 33122804, CAIXA COM 6 VELOCIDADES A FRENTE E 01 RÉ, COM TRAÇÃO, EQUIPADO COM TACÓGRAFO ELETRÔNICO SEMANAL, DIREÇÃO HIDRAULICA INTEGRAL, EQUIPADO COM CAÇAMBA BASCULANTE COM CAPACIDADE PARA 10M³ DE MARCA BECKER), entre as 15h00min do dia 01/08/2011 e as 07h00min do dia 02/08/2011, o qual encontra-se sob a responsabilidade da Secretaria da Infraestrutura.

Art. 2º - Designar os servidores Tatiana Andréia Rucinski, Código 1441, ocupante do cargo de Psicóloga, vinculado a Secretaria da

Educação, Dalmo Edson Stein, Código 525, ocupante do cargo de Motorista, vinculado a Secretaria da Saúde e Wilson Lezan, Código 72, vinculado a Secretaria da Infraestrutura, todos do quadro efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, para sob a Presidência do primeiro, encarregarem-se dos respectivos trabalhos, até final conclusão.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 08 de setembro de 2011.

CIRCE NEPPEL SFAIR

Prefeita Municipal em Exercício

Itapoá

PREFEITURA

Termo de Anulação de Licitação Aquisição de móveis MUNICÍPIO DE ITAPOÁ TERMO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Município de Itapoá-SC torna público que o Pregão nº 22/2011 - PROCESSO Nº 65/2011, para a Aquisição de móveis para reestruturação do Centro Administrativo Municipal em sua nova sede, conforme especificações constantes no Edital, fica no presente ato anulado, para conhecimento dos licitantes e de quem a mais interessar possa, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, conforme decisão circunstanciada inserta no processo licitatório.

Itapoá, 06 de setembro de 2011.

ERVINO SPERANDIO

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

Extrato Contrato 230/2011-FMS EXTRATO DO CONTRATO Nº 230/2011/FMS PL 28/2011 FMS - PP 23/2011 FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: INVIOSAT SEGURANÇA LTDA.

OBJETO: a prestação pela CONTRATADA de serviços de segurança desarmada, para atendimento à Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 22.176,00

2.1. VIGÊNCIA DO CONTRATO: por 12 meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, na forma da lei, até o limite de 60 (sessenta) meses.

DATA DE ASSINATURA: 06/09/2011.

Extrato do Contrato Nº 819/2011/PMJ - TA 01/2011 EXTRATO DO CONTRATO Nº 819/2011/PMJ - TA 01/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: META ASSESSORIA E PROJETOS LTDA

OBJETO: TERMO ADITIVO ao contrato nº 819/2011/PMJ, firmado em 25/05/2011, proveniente do Processo de Licitação nº 39/2011 - Convite nº 5/2011, homologado no dia 25/05/2011, cujo objeto é a prestação, pela CONTRATADA, de serviços técnicos profissionais especializados de engenharia, para elaboração de projeto de reurbanização de área central do Município, com aproximadamente 24.000 m², para a inserção da mesma como área de lazer e convívio social, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos: CLAUSULA PRIMEIRA - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO - A vigência do contrato fica prorrogada para 13 de outubro de 2011, a contar de 28 de agosto de 2011, em conformidade com o disposto no § 1º, VI, do art. 57 da Lei 8.666/93. CLÁUSULA SEGUNDA - As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas. Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer foro que lhe possa ser mais favorável. E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

DATA DE ASSINATURA: 28/08/2011.

Extrato Homologação PL 28 PP 23/2011

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 28/2011/FMS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 28/2011/FMS, nos seguintes termos:

- Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL NR. 23/2011/FMS

Objeto: a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de segurança desarmada, para atendimento à Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.

- Empresas Vencedoras:

INVIOSAT SEGURANÇA LTDA

VALOR R\$ 22.176,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 06 de setembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Lages

PREFEITURA

PP 50-2011 e TP 13-2011 PML

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Lages, torna público o lançamento dos Editais:

MOD	Nº	Objeto	Abertura	
			Dia	Hora
PP	50/2011 PML	Aquisição de Postes de Aço e Concreto para Manutenção e Efetização da Iluminação Pública do Município.	27/09/11	09:00
TP	13/2011 PML	Contratação de Escritório ou Profissional para Prestação de Serviços de Assessoria e Consultoria Contábil na Área de Contabilidade Pública para o Poder Executivo Municipal, em todas as suas Unidades Gestoras.	29/09/11	09:00



A retirada do Edital sob nº 50/2011, obter-se-á na Sala de Licitações, sito à Rua Benjamin Constant nº 13, Lages/SC, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus, e o edital da TP 13/2011, obter-se-á somente na Sala de Licitações, ao custo de R\$ 10,00.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 08 de setembro de 2011.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA

Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

Edital 010/2011

EDITAL Nº 010/2011

Adilson Rodrigues de Appolinário, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Lages, no uso de suas atribuições de conformidade com a Lei nº 2545/1999, fará realizar Audiência Pública, conforme segue:

Data: 29/09/2011 (quinta-feira)

Horário: 19:00 horas;

Assunto: Re-pavimentação da Rua Cirilo Vieira Ramos.

Local: Plenário da casa

Inscrições: até o início dos trabalhos.

Obs.: Maiores informações na secretaria da casa ou no site www.camarylages.sc.gov.br.

Lages, 05 de setembro de 2011.

ADILSON RODRIGUES DE APPOLINÁRIO

Presidente

Luzerna

PREFEITURA

Edital de Receita FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Des

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município de Luzerna, a liberação de recursos financeiros federais do Fundo Nacional de Assistência Social:

10/08/2011	Programa IGD Bolsa Família	687,50
31/08/2011	Programa IGD Bolsa Família	687,50
10/08/2011	Piso Variável II (Infância, Idosos, Famílias)	1.000,00

Luzerna(SC), 06 de setembro de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Edital de Receita FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Des

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município de Luzerna, a liberação de recursos financeiros estaduais provenientes do Fundo Estadual de Saúde:

22/08/2011	Programa Farmácia Básica	233,29
22/08/2011	Programa Farmácia Básica	1.866,33

Luzerna(SC), 06 de setembro de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Edital de Receita FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Des

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município de Luzerna, a liberação de recursos financeiros federais provenientes do Fundo Nacional de Saúde:

02/08/2011	Programa Gestão do SUS	587,54
17/08/2011	Programa de Atenção Básica - PAB	9.800,00
19/08/2011	Programa Saúde da Família - PSF	13.400,00
19/08/2011	Programa de Agentes de Saúde - PACS	9.000,00
19/08/2011	Programa Saúde da Família - PSF Bucal	4.200,00
22/08/2011	Programa Saúde da Família - PSF Bucal	4.000,00
25/08/2011	Programa Saúde da Família - PSF Bucal	3.000,00
25/08/2011	Programa Saúde da Família - PSF Bucal	3.000,00
26/08/2011	Programa Saúde da Família - PSF Bucal	4.000,00
31/08/2011	Programa Gestão do SUS	591,33

Luzerna(SC), 06 de setembro de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Balancete Financeiro FMAS

{ www.cplinformatica.com.br }

{ 001 }

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA - FMAS

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 08/2011

Emissão: 31/08/2011

> TÍTULOS	V A L O R	> TÍTULOS	V A L O R
RECEITA ORÇAMENTARIA	2.490,82	DESPESA ORÇAMENTARIA	68.837,34
RECEITA CORRENTE	2.490,82	ASSISTÊNCIA SOCIAL	68.837,34
RECEITA PATRIMONIAL	115,82		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.375,00		
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	10.620,50	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	467,32
PREVIDENCIA SOCIAL	366,94	PREVIDENCIA SOCIAL	366,94
INSS	366,94	INSS	366,94
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	153,18	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	5,45
ISS	48,66	ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	5,45
IRRF/GDF	104,52	Contribuição ASM	5,45
IRRF RENDIMENTOS PESSOAS FISICAS	104,52	DEPOSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES CNP	94,93
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	5,45	Clemens Salvi Klein	29,04
ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	5,45	Antonio Darci Bandeira	46,64
Contribuição ASM	5,45	Dilceane Carraro	19,25
DEPOSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES CNP	94,93		
Clemens Salvi Klein	29,04		
Antonio Darci Bandeira	46,64		
Dilceane Carraro	19,25		
REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS	10.000,00		
REPASSE RECEBIDO PREFEITURA MUNICIPAL D	10.000,00		
> DESPESA EMPENHADA	68.837,34	> DESPESA PAGA	16.954,58
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	68.837,34	CREDITO LIQUIDADO	16.954,58
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	16.954,58
> SALDOS ANTERIORES	14.505,30	> SALDOS ATUAIS	10.194,72
APLICACOES FINANCEIRAS	14.505,30	APLICACOES FINANCEIRAS	10.194,72
> TOTAL	96.453,96	> TOTAL	96.453,96

Gestor do FMAS
ORLANDO FAVERO

Contador SC20394/0-8
MARIA INÊS DALLOLMO

Balancete Financeiro PML

[www.cplinformatica.com.br]

{ 001 }

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 07/2011

Emissão: 31/07/2011

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
RECEITA ORÇAMENTARIA	1.029.737,67	DESPESA ORÇAMENTARIA	1.049.147,67
RECEITA CORRENTE	911.357,79	ADMINISTRAÇÃO	86.912,78
RECEITA TRIBUTÁRIA	83.094,62	SEGURANÇA PÚBLICA	205,80
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	17.031,20	ASSISTÊNCIA SOCIAL	119.300,00
RECEITA PATRIMONIAL	17.125,74	SAÚDE	25.349,58
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	788.418,60	TRABALHO	243,50
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.687,63	EDUCAÇÃO	240.169,06
RECEITAS DE CAPITAL	118.379,88	CULTURA	6.214,80
ALIENAÇÃO DE BENS	3.379,88	URBANISMO	40.125,38
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	115.000,00	SANEAMENTO	79.332,43
		AGRICULTURA	65.650,17
		INDÚSTRIA	13.493,70
		TRANSPORTE	252.905,32
		DESPORTO E LAZER	101.084,88
		ENCARGOS ESPECIAIS	18.160,27
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	203.661,05	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	351.079,08
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	2.915,44	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	2.915,44
SALARIO-FAMILIA	518,50	SALARIO-FAMILIA	518,50
SALARIO-MATERNIDADE	2.396,94	SALARIO-MATERNIDADE	2.396,94
PREVIDENCIA SOCIAL	21.147,11	PREVIDENCIA SOCIAL	21.147,11
INSS	21.147,11	INSS	21.147,11
PENSAO ALIMENTICIA CNPJ, CPF, UG, IG OU	109,00	PENSAO ALIMENTICIA CNPJ, CPF, UG, IG OU	109,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	9.252,76	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	8.865,64
Emprestimo Consignação Folha-CEF	3.274,80	Emprestimo Consignação Folha-CEF	2.914,42
Emprestimo Consignação Folha-Besc	5.977,96	Emprestimo Consignação Folha-Besc	5.951,22
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	423,50	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	423,50
ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	423,50	ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	423,50
Contribuição ASM	423,50	Contribuição ASM	423,50
DEPOSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES CNP	3.956,54	DEPOSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES CNP	4.012,66
Tucano Obras e Serviços Ltda	128,79	Tucano Obras e Serviços Ltda	128,79
Empresa Joaçabense Transportes Coletivo	396,63	Empresa Joaçabense Transportes Coletivo	396,63
Brandalise Com Equip. de Segurança Ltda	44,00	Brandalise Com Equip. de Segurança Ltda	88,00
Empreiteira de Cosntrução Civil Oliveir	2.929,74	Empreiteira de Cosntrução Civil Oliveir	2.941,86
Marli Lucia Hoffmann	127,60	Marli Lucia Hoffmann	127,60
Maria Jurema Iagher Dos Santos Me	94,38	Maria Jurema Iagher Dos Santos Me	94,38
Mario Arthur Favretto	59,40	Mario Arthur Favretto	59,40
Rafael Tiago Patzlaff	33,00	Rafael Tiago Patzlaff	33,00
Jose Cesario	143,00	Jose Cesario	143,00
DEPOSITOS DE RENDIMENTOS DO PIS/PASEP	7.845,50	RESTOS A PAGAR	116.022,40
RESTOS A PAGAR	58.011,20	NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	58.011,20
NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	58.011,20	Não Processadas a Liquidar 2010	58.011,20
Repasse Recebido Câmara Municipal de Ve	100.000,00	NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	58.011,20
		REPASSE CONCEDIDO FONTE DE RECURSOS	197.583,33
		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL D	14.000,00
		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA	120.000,00
		FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E ADOL.	15.000,00
		CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE LUZER	48.583,33
> DESPESA EMPENHADA	1.049.147,67	> DESPESA PAGA	877.938,08
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	1.049.147,67	CREDITO LIQUIDADO	877.938,08
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	877.938,08
> SALDOS ANTERIORES	1.875.735,32	> SALDOS ATUAIS	1.880.116,88
APLICACOES FINANCEIRAS	1.851.232,19	APLICACOES FINANCEIRAS	1.856.129,34

[www.cplinformatica.com.br]
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 07/2011

{ 002 }
ANEXO TC-05
Emissão: 31/07/2011

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
BANCO DO BRASIL	11.375,06	BANCO DO BRASIL	12.948,99
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	13.128,07	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	11.038,55
> TOTAL	4.158.281,71	> TOTAL	4.158.281,71

PREFEITO MUNICIPAL
NORIVAL FIORIN

Contadora CRC/20394/O-8
MARIA INÊS DALLOLMO

Macieira

PREFEITURA

Aviso de Dispensa

AVISO DE DISPENSA Nº 0003/2011
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0031/2011

O Prefeito Municipal de Macieira torna pública a Dispensa de Licitação nº 0003/2011 que trata da Contratação de empresa para execução de serviços de assentamento de meio fio e tubos de concreto para conclusão de obra de drenagem pluvial, conforme Convênio nº 09160/2010-0 e descrições de laudo técnico. CONTRATADA: SIP ESCAVAÇÕES LTDA. Contrato Administrativo: 0050/2011. Valor da obra: R\$ 13.946,93 (treze mil novecentos e quarenta e seis reais e noventa e três centavos) em conformidade com o artigo 24, I, da Lei 8666/93 e alterações subseqüentes.

Macieira, 31 de agosto de 2011.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal.

Meleiro

PREFEITURA

Termo de Homologação do Processo Licitatório Tomada de Preço Nº. 041/2011.

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATORIO TOMADA DE PREÇO nº. 041/2011.

O Prefeito Municipal de Meleiro, Jonnei Zanette, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações homologa a presente licitação:

Processo nº. 041/2011

Modalidade: Tomada de Preço

Data da homologação: 08/09/2011

Objeto da licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (C.B.U.Q) E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA SEXTAVADA EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL, CONFORME PLANILHAS ORÇAMENTARIAS E PROJETO BÁSICO.

Empresa Vencedora Lote 01: SETEP CONSTRUÇÕES S.A

Valor do Objeto: R\$ 166.032,05 (cento e sessenta e seis mil trinta e dois reais e cinco centavos).

Empresa Vencedora Lote 02: PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA

Valor do Objeto: R\$ 418.984,97 (quatrocentos e dezoito mil novecentos e oitenta e quatro reais e noventa e sete centavos).

Empresa Vencedora Lote 03: PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA

Valor do Objeto: R\$ 876.259,31 (oitocentos e setenta e seis mil duzentos e cinquenta e nove reais e trinta e um centavos).

Monte Carlo

PREFEITURA

Parecer Jurídico Nº 146/2011.

Monte Carlo, 24 de agosto de 2011.
Parecer Jurídico nº 146/2011.

I - Relatório

Trata-se de Processo Licitatório nº 113/10, Pregão Presencial nº 07/10, cujo objeto é a aquisição de medicamentos.

Após devidamente notificadas para a entrega dos produtos licitados, as empresas SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., DIMASTER CO-MÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., DIPROLMEDI MEDICAMEN-TOS LTDA. e CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., apresentaram respostas, sem, todavia, cumprirem com os termos do contrato.

Diante disso, fundamentado no Parecer Jurídico nº 117, o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal decidiu pela rescisão das atas de registro de preços e a consequente imposição de multa às licitantes.

Inconformadas, as empresas SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPI-TALARES LTDA. e DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA., tempestivamente, recorreram da decisão.

SULMEDI argumenta em seu recurso que "por motivo alheio a sua vontade foi impedido de cumprir com o contratado"; "quando intimada a entregar o produto justificou tal impossibilidade, sendo esta impossibilidade ignorada por esta administração"; alega, por fim, "carência de processo administrativo que viabilize a ampla defesa da recorrente", entendendo que a decisão recorrida merece ser anulada.

DIPROLMEDI, por sua vez, alega a necessidade de anulação da decisão que entendeu pela rescisão da ata, por não terem sido analisada sua "justificativa de inadimplência" e o pedido de "restabelecimento do equilíbrio financeiro do contrato"; requer a suspensão da multa aplicada, tendo em vista a possibilidade de fornecimento dos produtos mediante restabelecimento do equilíbrio financeiro; e, por fim, repisando os argumentos apresentados por ocasião da justificativa, requer a revisão dos preços pactuados.

A empresa DIMASTER, igualmente, apresentou recurso, todavia, fora do prazo. As demais empresas deixaram transcorrer o prazo sem a interposição de recurso.

II - Fundamentação

II.1 - Recurso da Sulmedi

O recurso da SULMEDI foi protocolado em 08/08/2011, dentro, portanto, do prazo recursal, por isso merece ser conhecido.

Os argumentos da SULMEDI são, em sua essência, de ordem formal. Alega que sua justificativa de inadimplência foi ignorada pela administração pública e que não lhe foram oportunizados o contraditório e a ampla defesa.

Se razão a recorrente.

Em 18/07/2011 a recorrente foi notificada para que entregasse os medicamentos licitados ou apresentasse justificativa formal de sua inadimplência. Em 19/07/2011 apresentou a justificativa de que não entregou a mercadoria porque sofreu "intervenção de autoridade policial da ANVISA [] que confiscou parte de seu estoque".

A justificativa apresentada, ao contrário do que entende a recorrente, foi objeto de análise dessa Procuradoria em 28/07/2011 (Parecer Jurídico nº 117/2011), sendo a recorrente cientificada em 02/08/2011 e 05/08/2011.

No parecer jurídico, do qual a recorrente alega desconhecimento, restou expressamente consignado que:

Ora, os pedidos de prorrogação e as justificativas apresentadas pelas empresas, inclusive o pedido de revisão feito pela Diprolmedi, foram apresentados somente após a notificação pelo Município, quando já se encontravam em atraso na entrega.

Nesse ponto determina o art. 57, § 2º, da Lei nº 8.666/93, que a prorrogação dos contratos administrativos deverá ser "justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato".

Portanto, inadmissível que após os descumprimento do contrato entabulado com a administração pública venha o particular justificar sua inadimplência.

Igualmente, os argumentos trazidos pela empresa SULMEDI, de que teria sofrido interdição e apreensão de medicamentos pela Anvisa, não justifica o atraso. Primeiro porque não comprovou qualquer apreensão dos medicamentos licitados pela Anvisa.

Segundo porque, em verdade, a alegação de interdição apenas faz agravar sua situação perante o órgão licitante, uma vez que, nos termos do item 6.1, alínea "f" do edital, constitui obrigação da licitante "manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93". E a regularização perante a ANVISA é exigência do item 4.2 alínea "f" do Edital.

Portanto, sem qualquer cabimento os argumentos de que sua justificação não obje-to de análise por essa administração.

Quanto aos argumentos de que não lhe foram oportunizados o contraditório e a ampla defesa, mais uma vez, sem razão a recorrente.

Conforme relatado acima, a recorrente foi notificada para que apresentasse justificativa pelo inadimplemento, sua justificativa foi analisada e, em conclusão, decidiu-se pela rescisão do contrato e aplicação de multa; novamente intimada dessa decisão, a empresa interpôs recurso. Ou seja, por duas oportunidades a empresa se manifestou sobre a inadimplência.

A recorrente teve plena ciência do descontentamento da administração pública com a inadimplência, exercendo seu direito de defesa ao apresentar justificativa de que a empresa tinha sido objeto de interdição pela ANVISA; juntando, inclusive, prova de suas alegações, através de Termo de Desinterdição de Estabelecimento; exerceu novamente o direito de defesa após decisão que concluiu pela rescisão da ata de registro de preços e pela aplicação de multa. Portanto, foi-lhe garantido o contraditório e a ampla defesa. Dessa forma, não merece acolhimento o recurso interposto.

II.2 - Recurso da Diprolmedi

Tempestivas as razões recursais da DIPROLMEDI, merecem conhecimento.

A recorrente traz razões de ordem formal e material e suas razões. Alega, em primeiro plano, que a resposta a notificação não foi analisada.

Sem razão a recorrente. Conforme se depreende dos autos, a recorrente foi notificada em 22/07/2011 para que entregasse os medicamentos licitados ou apresentasse justificativa formal de sua inadimplência. Em 25/07/2011 apresentou justificativa fundada na necessidade do reequilíbrio econômico financeiro.

A justificativa apresentada, ao contrário do que entende a recorrente, foi objeto de análise dessa Procuradoria em 28/07/2011 (Parecer Jurídico nº 117/2011), sendo a recorrente cientificada em 02/08/2011 e 05/08/2011.

No parecer jurídico, do qual a recorrente alega desconhecimento, restou expressamente consignado que:

Ora, os pedidos de prorrogação e as justificativas apresentadas pelas empresas, inclusive o pedido de revisão feito pela Diprolmedi, foram apresentados somente após a notificação pelo Município, quando já se encontravam em atraso na entrega.

Nesse ponto determina o art. 57, § 2º, da Lei nº 8.666/93, que a

prorrogação dos contratos administrativos deverá ser "justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato".

Portanto, inadmissível que após os descumprimento do contrato entabulado com a administração pública venha o particular justificar sua inadimplência.

[]

O pleito da empresa DIPROLMEDI de revisão dos preços, igualmente, não encontra amparo legal. Primeiro que transcorridos apenas seis meses da assinatura da ata, segundo porque as notas fiscais apresentadas não se referem à data da proposta, algumas são muito anteriores, outras posteriores e algumas ainda datam após a inexecução contratual.

Ademais, o pleito de revisão dos preços foi efetuado depois de transcorridos mais de trinta dias da data prevista para entrega dos produtos. Em verdade serviu apenas como forma (infundada) de justificar a inexecução contratual.

Portanto, o que se percebe pelos fatos ocorridos nessa licitação é o descumprimento das obrigações assumidas pelas licitantes.

Portanto, sem qualquer cabimento os argumentos de que sua justificação não obje-to de análise por essa administração.

Quanto ao pleito de suspensão da multa aplicada, tendo em vista a possibilidade de fornecimento dos produtos mediante restabelecimento do equilíbrio financeiro, igualmente na merece acolhida. A matéria já foi objeto de análise anterior e a empresa não trouxe nenhum fato novo que pudesse justificar a revisão dos preços. A revisão foi requerida somente após a notificação e apenas seis meses após a licitação. Além disso, o aumento dos preços, supostamente praticado pelo fornecedor, não pode ser considerado como fato imprevisível. A empresa licitante, ao efetuar proposta de preços, deve levar em consideração o possível reajuste do preço de seus produtos, o que, objetivamente, refletirá nos preços orçados.

Portanto, não merece acolhimento o recurso interposto.

II.1 - Recurso da Sulmedi

O recurso da empresa DIMASTER não merece conhecimento por ser intempestivo, eis que a empresa foi intimada em 05/08/2011 e apresentou as razões recursais somente em 19/08/2011.

III - Conclusão

Diante de todo exposto, pelas razões apresentadas, entende essa procuradoria pelo não conhecimento do recurso interposto por DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. e o conhecimento e não provimento dos recursos interpostos pelas empresas SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. e DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA..

Este, salvo melhor juízo, é o parecer.

Dhian Carlo Maziero
Procurador do Município
OAB/SC 23818

DECISÃO

Adoto como razão de decidir o Parecer Jurídico nº 146/2011 e não conheço do recurso interposto por Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda., eis que intempestivo, e conheço, mas nego provimento aos recursos interpostos pelas empresas Sulmedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda. e Diprolmedi Medicamentos Ltda., mantendo, por consequência, a decisão que concluiu pela rescisão das Atas de Registro de Preços nos 15/2011, 17/2011, 18/2011 e 20/2011, e determinou a aplicação de multa às licitantes.

Determino a apuração do valor das multas aplicadas, com posterior intimação das licitantes.

Após, proceda-se com a compensação das multas nos valores que

as licitantes tenham a receber. Caso reste saldo positivo em favor das licitantes, efetuem-se os pagamentos da diferença, em contrário, intinem-se as empresas para pagarem o débito no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o prazo sem pagamento, inscreva-se em dívida ativa.

Intimem-se.

Cumpra-se.

Monte Carlo, 24 de agosto de 2011.

ANTONINHO TIBÚRCIO GONÇALVES

Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Errata Lei 1463

ERRATA

Município de Morro da Fumaça

LEI N. 1463/2011

O teor da Lei 1463, de 31 de Agosto de 2011, contém:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado abrir crédito especial e inserir elemento de despesa/modalidade de aplicação, conforme abaixo discriminado, destinado ao empenhamento de despesas correntes e de capital, vinculação 112 - Recursos Próprios, não prevista na Lei Orçamentária do exercício em curso, no valor total de R\$ 3.967,00 (três mil novecentos e sessenta e sete reais):

Órgão 12: Fundo Municipal de Saúde

Atividade 2.040: Manutenção dos Serviços de Saúde Municipal

Modalidade de Aplicação: 3.1.71.00.0.112 (47) - Transf. à Consórcios Públicos R\$ 2.842,85

Modalidade de Aplicação: 3.3.71.00.0.112 (48) - Transf. à Consórcios Públicos.. R\$ 798,36

Modalidade de Aplicação: 4.4.71.00.0.112 (49) - Transf. à Consórcios Públicos R\$ 325,79

Art. 2º - Os recursos destinados a abertura do crédito especial de que trata o artigo anterior, correrão por conta da anulação dos seguintes créditos orçamentários do exercício em curso.

Órgão 12: Fundo Municipal de Saúde

Atividade 2.040: Manutenção dos Serviços de Saúde Municipal

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.112 (21) - Aplicações Diretas R\$ 3.967,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Devendo ser desconsiderado o teor publicado em 01 de Setembro de 2011.

BALTAZAR DE ROCHE

Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Convocação de audiência pública

MORRO DA FUMAÇA-SC. Convocação de audiência pública para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do 2º quadrimestre de 2011. Local: Câmara de Vereadores, Rua

Vinte de Maio, nº 100, Centro, Morro da Fumaça-SC. Data/Hora: 26/09/2011 as 17:00 horas. Baltazar Pellegrin - Prefeito Municipal.

Navegantes

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Credenciamento Nº. 001/2011FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº. 001/2011FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Navegantes, torna público que estará credenciando, no âmbito do município de Navegantes, pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS NÃO RELACIONADOS AO ATO CIRÚRGICO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

As empresas interessadas poderão credenciar-se a partir de 26 de setembro de 2011.

O edital completo encontra-se a disposição na internet, no endereço www.navegantes.sc.gov.br, ou não sendo possível, poderá ser obtido através de cópias, as expensas dos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, sito a rua João Emílio, nº 100, Centro, neste Município.

O credenciamento somente se efetivara após publicação do extrato do termo de credenciamento no Diário Oficial dos Municípios-DOM.

Navegantes, 08 de setembro de 2011.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº 10/2011FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2011FMAS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O PROGRAMA DE MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS, CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL) ATRAVÉS DO PROGRAMA PAIF (PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA) E PAEFI (PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO À FAMÍLIA E INDIVÍDUOS). Data da entrega dos envelopes: até às 14:00 hs do dia 27/09/2011. Abertura envelopes: às 14:10 hs do dia 27/09/2011. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 08 de setembro de 2011.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº 52/2011FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2011FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RESGATE,

ACONDICIONAMENTO DE ANIMAIS (CÃES E GATOS) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONTROLE DE ZOONOSSES PARA A DIRETORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES. Data da entrega dos envelopes: até às 09:00 hs do dia 27/09/2011. Abertura envelopes: às 09:10 hs do dia 27/09/2011. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 08 de setembro de 2011.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Nova Trento

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 033/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 095/2011 - Pregão Presencial nº 033/2011.
Objeto: Aquisição parcelada de gêneros alimentícios para o Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição - HIC, localizado na Rua Floriano Peixoto nº 151, conforme especificações constantes do Anexo I, que fazem parte integrante deste PREGÃO.
Julgamento: Menor Preço por Lote. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 21/09/2011 até as 15:00 horas.
Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673211 - e-mail: compras@novatrento.sc.gov.br

ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 035/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 097/2011 - Pregão Presencial nº 035/2011 - Registro de Preços 12/2011.
Objeto: Registro de Preços para a contratação de empresa para Manutenção do Sistema de Iluminação Pública do Município de Nova Trento, incluindo o fornecimento de materiais, para o ano de 2011, conforme anexo I, parte integrante deste Pregão.
Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 22/09/2011 até as 14:00 horas.
Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673211 - e-mail: compras@novatrento.sc.gov.br

ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Passo de Torres

PREFEITURA

Decreto Nº 125/2011

DECRETO Nº. 125, DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

"DESIGNA O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, RONALDO DOS SANTOS CÂNDIDO PARA OCUPAR A FUNÇÃO DE CHEFE DE DIVISÃO, FG-2".

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº 500 de 11 de Maio de 2005;

DECRETA:

Art. 1º - Fica designado, o servidor Ronaldo dos Santos Cândido, para ocupar a função de Chefe de Divisão - FG -2, ligado à Secretaria de Administração e Finanças.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º -Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 110/2011.

Passo de Torres, em 01 de setembro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIM

Prefeita Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de setembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 126/2011

DECRETO Nº. 126, DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

"DESIGNA O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, ANTONIO PINTO GOMES PARA OCUPAR A FUNÇÃO DE ENCARREGADO DE SERVIÇOS FG-5".

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº 500 de 11 de Maio de 2005;

DECRETA:

Art. 1º - Fica designado, o servidor Antonio Pinto Gomes, para ocupar a função de Encarregado de Serviços - FG -5, ligado à Secretaria de Obras.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º -Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de setembro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIM

Prefeita Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de setembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº127/2011

DECRETO Nº. 127, DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

“DESIGNA O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, FLAVIO GONÇALVES CARDOSO PARA OCUPAR A FUNÇÃO DE ENCARREGADO DE SERVIÇOS FG-5”.

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº 500 de 11 de Maio de 2005;

DECRETA:

Art. 1º - Fica designado, o servidor Flavio Gonçalves Cardoso , para ocupar a função de Encarregado de Serviços - FG -5, ligado à Secretaria de Obras.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º -Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de setembro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIM
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de setembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 759/2011

LEI Nº 759 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALIENAR BENS MÓVEIS QUE RELACIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em exercício de Passo de Torres, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, mediante leilão público, nos termos da legislação vigente, os bens abaixo relacionados:

1. CAR/CAMINHÃO/BASCULANTE, PLACAS LXS7507, MARCA M.BENZ/L 1618, CHASSI 9BM386015L889295, COR BRANCA, ANO DE FABRICAÇÃO 1990 MODELO 1991.

2. PAS/MICROONIB/NÃO APLIC., PLACAS CSX5480, MARCA IMP/MBENZ 310D SPRINTERM, CHASSI 8AC690341VA513116, COR BRANCA, ANO DE FABRICAÇÃO 1997, MODELO 1997.

3. PAS/ONIB/NÃO APLIC.PLACAS BWE8405, MARCA M. BENZ/OF 1113, CHASSI 34405811683017, COR BRANCA, ANO DE FABRICAÇÃO 1985, MODELO 1986.

4. PAS/AUTOMOVEL/NÃO APLIC., PLACAS MCD0893, MARCA VW/GOL SPECIAL, CHASSI 9BWCA05Y13T186813, COR BRANCA, ANO

DE FABRICAÇÃO 2003, MODELO 2003.

5. PAS/CAMINHONETE/C.FECHADA, PLACAS MDV5172, MARCA VW SAVEIRO AMBULANCIA 1.6, CHASSI 9BWEBO5X83PO13117, COR BRANCA, ANO DE FABRICAÇÃO 2002, MODELO 2003.

Art. 2º - O valor da alienação será o de maior lance, respeitado o valor mínimo de avaliação do bem, constante do laudo da Comissão de Avaliação para fins de Aquisição e Alienação de Bens Móveis e da publicação do Edital.

Art. 3º - Após a alienação, o recurso financeiro auferido será registrado como receita própria e procedida a baixa do equipamento do sistema patrimonial do Município.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação.

Passo de Torres, em 01 de setembro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIM
Prefeito Municipal em exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de setembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 071/2011

PORTARIA Nº 071 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE À SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL DANIELA DE CASTRO SCHEFFER , E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pela servidora Daniela de Castro Scheffer, onde consta que a mesma apresenta-se incapacitada para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde a servidora Pública Municipal, Daniela de Castro Scheffer até a mesma apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 01 de setembro de 2011.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de setembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS
Secretário de Administração e Finanças.

Portaria Nº 072/2011

PORTARIA Nº 072, DE 31 DE AGOSTO DE 2011.

"CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 084 DE 02 DE JULHO DE 2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal 118/94;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria 084/2010 do Servidor Walter Porto Munari, de que trata o artigo 1º da Portaria nº 084 de 02 de julho de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 31 de agosto de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIM

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 31 de agosto de 2011.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário de Administração e Finanças.

Portaria Nº 073/2011

PORTARIA Nº 073, DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CRISTIANE SCHEFFER DA SILVEIRA DE LIMA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora Pública Municipal, Cristiane Scheffer da Silveira de Lima, referente ao período aquisitivo de 22/07/2002 à 21/07/2007.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias e iniciará em 01/09/2011 e terminará em 29/11/2011.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de setembro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIM

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de setembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário de Administração e Finanças.

Portaria Nº 074/2011

PORTARIA Nº 074, DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, NILCEIA NILZA RAMOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora Pública Municipal, Nilceia Nilza Ramos, referente ao período aquisitivo de 28/12/1994 à 27/12/1999.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias e iniciará em 01/09/2011 e terminará em 29/11/2011.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de setembro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIM

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de setembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário de Administração e Finanças.

Portaria Nº 075/2011

PORTARIA Nº 075, DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

"CONCEDE FÉRIAS AOS `SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal, em Exercício, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1 - Conceder férias aos servidores público municipal, abaixo relacionados no período de 22/12/2009 à 21 /12/2010 e 01/09/2011 à 30/09/2011 e referente aos respectivos períodos aquisitivo em referência:

- Aline Batista da Silva - Período Aquisitivo: 21/06/2010 à 20/06/2011
- Cristiano Alves - Período Aquisitivo: 04/06/2010 à 03/06/2011;
- Lucia Alves Hespanhol - Período Aquisitivo: 02/07/2010 à 01/07/2011
- Venicio Pereira de Souza - Período Aquisitivo: 05/03/2009 à 04/03/2010;
- Joelma Domingos L. Hespanhol - Período Aquisitivo: 22/12/2009 à 21/12/2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de setembro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIM

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de setembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 076/2011

PORTARIA Nº. 076, DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA DO QUADRO EFETIVO DO MUNICÍPIO, PRICILA MAGNUS SANTOS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº. 737/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder progressão funcional da Letra "C1 p/ D1" à Servidora Pública Municipal do quadro efetivo, Pricila Magnus Santos.

Parágrafo Único: A progressão que trata o "Caput" do Artigo 1º, esta de acordo com o Art.6º, Anexos II e IV, Grupo: II da referida Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 01 de setembro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIM
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de setembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS
Secretário de Administração e Finanças

Paulo Lopes**PREFEITURA****Rescisão do Contrato 085-2010**

Extrato de Rescisão do contrato nº 085/2010 conforme Processo Licitatório nº 028/2010.

CONCEDENTE : Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

CONCESSIONÁRIA: Atacado Floripa Ltda, CNPJ nº 03.317.833/0001-79. Objeto: Concessão de Direito Real de Uso de Lotes na Área Industrial do Município. Data da Rescisão: 05/09/2011.

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria Nº. 07/2011**

PORTARIA Nº. 07/11

MARIZE MENEZES WHEELER, Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, assim como lhe confere o art. 14 da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO DE 180 DIAS A SERVIDORA ABAIXO MENCIONADA

ALESSANDRA ANA FERNANDES DE SOUZA, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com lotação na Câmara Municipal de Paulo Lopes, portadora do CPF nº. 024.387.309-35, conforme atestado médico, no período de 08/07/2011 até 03/01/2012, e em conformidade com o art. 96 do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Paulo Lopes.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de Paulo Lopes, 09 de setembro de 2011.
MARIZE MENEZES WHEELER
Presidente

Publicada a presente Portaria em 09 de setembro de 2011.

Portaria Nº. 08/2011

PORTARIA Nº. 08/11

MARIZE MENEZES WHEELER, Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, assim como lhe confere o art. 14 da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:
EXONERAR

ALEXANDRE BECK MONGUILHOTT, brasileiro, casado, Advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, sob o nº. 12474, CPF 058.960.429-57, do cargo de Assessor Jurídico, com vencimento mensal de R\$ 1.873,98 (um mil, oitocentos e setenta e três reais e noventa e oito centavos), a partir de 08 de setembro de 2011.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de Paulo Lopes, 08 de setembro de 2011.
MARIZE MENEZES WHEELER
Presidente

Publicada a presente Portaria em 09 de setembro de 2011.

Pinheiro Preto**PREFEITURA****Decreto Nº 3.445, de 08 de Setembro de 2011.**

DECRETO Nº 3.445, DE 08 DE SETEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme art. 16º, § 3º, da Lei Municipal nº 1.451 de 05 de novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentária da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 191.000,00 (Cento e noventa e um mil reais), para atender a seguinte programação:

02 CHEFIA DO EXECUTIVO**0204 Secretaria de Transportes e Urbanismo****0204.26 Transporte****0204.26.782 Transporte Rodoviário****0204.26.782.0020 Estradas Vicinais****0204.26.782.0020.2062 Manutenção da Malha Rodoviária****33900000 Aplicações Diretas R\$ 120.000,00****Fonte de Recursos 01****02 CHEFIA DO EXECUTIVO****0201 Secretaria da Administração e Planejamento****0201.04 Administração****0201.04.122 Administração em Geral****0201.04.122.0002 Administração e Planejamento**

0201.04.122.0002.2002 Manutenção do Gabinete do Prefeito
31900000 Aplicações Diretas .R\$ 50.000,00
Fonte de Recursos 00

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

0201 Secretaria da Administração e Planejamento
0201.04 Administração
0201.04.122 Administração em Geral
0201.04.122.0002 Administração e Planejamento
0201.04.122.0002.2002 Manutenção do Gabinete do Prefeito
33900000 Aplicações Diretas .R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos 00

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

0202 Secretaria da Educação
0202.12 Educação
0202.12.364 Ensino Superior
0202.12.364.0010 Ensino Superior
0202.12.364.0010.2037 Apoio a Estudantes
33900000 Aplicações Diretas .R\$ 11.000,00
Fonte de Recursos 01

Art. 2º Os recursos necessários a ocorrer à despesa do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º deste Decreto, decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 191.000,00 (Cento e noventa e um mil reais):

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

0202 Secretaria da Educação
0202.12 Educação
0202.12.361 Ensino Fundamental
0202.12.361.0008 Educação Básica
0202.12.361.0008.2027 Manutenção do Transporte Escolar
33900000 Aplicações Diretas .R\$ 148.000,00
Fonte de Recursos 01

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

0201 Secretaria da Administração e Planejamento
0201.23 Comércio e Serviços
0201.23.695 Turismo
0201.23.695.0005 Promoção ao Turismo
0201.23.695.0005.2015 Manutenção do Turismo
33900000 Aplicações Diretas .R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos 00

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

0202 Secretaria da Educação
0202.12 Educação
0202.12.362 Ensino Médio
0202.12.362.0009 Assistência Financeira a Entidades
0202.12.362.0009.2035 Manutenção do Ensino Médio e Pós-Médio
33500000 Aplicações Diretas .R\$ 11.000,00
Fonte de Recursos 01

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

0202 Secretaria da Educação
0202.12 Educação
0202.12.365 Educação Infantil
0202.12.365.0011 Educação Infantil
0202.12.365.0011.1041 Construção de Creche
44900000 Aplicações Diretas .R\$ 22.000,00
Fonte de Recursos 0101

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 08 de Setembro de 2011.
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Estado de Santa Catarina Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto Lei da LDO 1.535 de 08 de Setembro de 2011

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO
LEI DA LDO 1.535 DE 08 DE SETEMBRO DE 2011

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EUZÉBIO CALISTO VIECELI - Prefeito Municipal de PINHEIRO PRETO - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam estabelecidas diretrizes, para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2012, as diretrizes gerais de que trata esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº. 4.320 de 17 de Março de 1964, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

I - metas e prioridades da administração municipal;

II - a estrutura e organização do orçamento;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - das metas fiscais; e

VII - das disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º - Em consonância com o Artigo 165 § 2º, da Constituição Federal, as Metas e as Prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2012, são as especificadas, no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, nas quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2012, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2012, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 2º - O anexo de metas fiscais de receita e de despesas conterà, no que couber, o disposto no § 2º do Artigo 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 3º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por programas e ações no Plano Plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizem de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção das atividades do governo como um todo.

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa de governo, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que ocorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

IV - Operações especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e

operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como, as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, sub-função e programa às quais se vinculam.

Art. 4º - A Proposta Orçamentária do Município evidenciará as receitas em conformidade com a Portaria conjunta nº.004, de 30 de novembro de 2010, e alterações posteriores efetuadas pelo Ministério da Fazenda e a despesa em conformidade com a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de Maio de 2001 e posteriores alterações, com o seguinte desdobramento: I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;

III - Resumo Geral da Despesa;

IV - Programa de Trabalho;

V - Programa de Trabalho de Governo por Funções, Sub-Funções, Programas, por Projetos e Atividades;

VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, e Sub-Funções conforme o Vínculo com os Recursos;

VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;

VIII - Demonstrativo da Despesa por modalidade, podendo ser indicado o seu desdobramento por Elemento e/ou Sub-Elemento, segundo cada Unidade Orçamentária;

IX - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;

X - Demonstrativo da Evolução da Receita por fonte, conforme disposto no Artigo 12 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000;

XI - Demonstrativo da Evolução da Despesa por categoria econômica, podendo ser indicada as modalidades;

XII - Demonstrativo do orçamento fiscal.

§ 1º - Os Fundos Municipais poderão integrar o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

§ 2º - Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº. 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001, Portaria conjunta nº. 04, de 30 de novembro de 2010 e alterações posteriores efetuadas pelo Ministério da Fazenda.

Art. 5º - O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Executivo, Fundos Municipais, Instituto de Previdência e sistema de assistência médica abaixo descritos:

- Fundo Municipal de Saúde (descentralizado);

- Fundo Municipal de Assistência Social (descentralizado);

- Fundo Municipal da Criança e da Adolescência (centralizado);

- Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Pinheiro Preto IPREPI; (descentralizado);

- Sistema Municipal de Assistência Médico Hospitalar dos Servidores Públicos de Pinheiro Preto. (descentralizado);

Art. 6º - mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - Texto da Lei;

II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita Arrecadada dos exercícios de 2008 a 2010, fixada para 2011 e projetada para 2012 a 2014;

III - Quadro Demonstrativo da Dívida Fundada em 31 de Dezembro de 2010 e a projeção de desembolso para os exercícios de 2012 a 2014;

IV - Quadro Demonstrativo da Dívida Flutuante, com identificação das contas e saldos no último dia do mês imediatamente anterior ao da remessa da Proposta orçamentária à Câmara Municipal;

V - Quadro demonstrativo da composição do Ativo Financeiro no último dia do mês imediatamente anterior à remessa da Proposta

Orçamentária à Câmara Municipal;

VI - Quadro Demonstrativo dos tributos lançados e não arrecadados nos exercícios de 2008 a 2010;

VII - Justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2012;

VIII - Quadro Demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas de 2008 a 2010, despesas com pessoal por Poder para o mesmo período e percentual de comprometimento;

IX - Demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de operações de crédito, se for o caso.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 7º - O Orçamento Fiscal do Município para o exercício de 2012 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo e seus Fundos e as ações e metas serão extraídas do Plano Plurianual atualizado.

Art. 8º - Os estudos para definição da previsão da Receita para o exercício de 2012, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior e fatores locais que possam influenciar da definição da previsão da receita.

Art. 9º - Se a receita estimada para o exercício de 2012, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação de despesas com horas extras;

III - redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - redução dos investimentos programados;

V - redução de contratos, auxílios, contribuições e subvenções;

VI - demissão de ocupantes de cargos comissionados.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 11 - A expansão das despesas obrigatórias, de caráter contínuo, não poderá exceder, no exercício de 2012 a 10% (Dez por cento) da Receita Corrente Líquida fixada no exercício de 2012.

Art. 12 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo IX desta Lei.

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2011.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 13 - O Orçamento para o exercício de 2012, de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 5% da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, resultado primário e reforço de dotações orçamentárias, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 14 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 15 - Para atender o disposto na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000, o Executivo Municipal incumbir-se-á do seguinte:

I - estabelecer programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, com a devida publicação, dentro do prazo legal;

II - publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas fiscais de receitas e despesas, e se não atingidas deverá realizar cortes na realização de despesas do Poder Executivo e do Legislativo;

III - O Poder Executivo Municipal emitirá ao final de cada semestre, relatório de gestão fiscal, avaliando o cumprimento das metas fiscais, em audiência pública.

Art. 16 - Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

§ 1º - Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais;

§ 2º - A eventual arrecadação de receitas de determinada fonte de recursos vinculados ou não, em montante superior ao previsto na Lei do Orçamento Anual, se constituirá recurso hábil a suplementações orçamentárias por excesso de arrecadação, ou provável excesso, quando evidenciado o ingresso do recurso excedente ou comprovado através de convênio firmado em cada fonte específica.

Art. 17 - As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2012, serão as constantes no Anexo VII desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 18 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica.

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade Municipal.

Art. 19 - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade deverá apresentar declaração de funcionamento regular em 2012, por autoridades locais, e comprovante de regularidade fiscal e de sua Diretoria.

Art. 20 - As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com a respectiva prestação de contas.

Art. 21 - Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 22 - Despesas de custeios de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 23 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2012, a preços correntes.

Art. 24 - O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do orçamento das despesas, nos termos da

legislação vigente;

IV - transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do Inciso VI do Artigo 167 da Constituição Federal.

Art. 25 - Durante a execução orçamentária de 2012, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, fiscais e no plano plurianual, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes do Anexo X desta Lei e alterações posteriores.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DÍVIDA PÚBLICA

Art. 26 - O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a serem incluídas na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir novos programas e ações.

Art. 27 - Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2012, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento e incluídas posteriormente mediante crédito especial ou suplementar.

Art. 28 - As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária com alterações posteriores e autorizadas por lei específica.

Art. 29 - A verificação dos limites da dívida pública serão feitas na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 30 - O Executivo Municipal, mediante lei, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 31 - A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecido os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 32 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 33 - O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000:

I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;

II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

V - Disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 34 - Os contratos de terceirização de mão-de-obra realizados com a Administração Pública Municipal, que se referirem à substituição de servidores ou empregados públicos, serão contabilizados como "outras despesas de pessoal".

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do

Plano de Cargos da Administração Municipal, excluídas as despesas decorrentes de utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 35 - A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentados estudos do seu impacto e atender ao disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 37 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 38 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39 - O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 40 - Caso seja necessária à limitação de empenhos e da movimentação financeira, essa será de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, paralisação temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição de cotas mensais do orçamento em cada órgão; reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

§ 1º - Na hipótese de ocorrência dos dispostos no caput deste artigo, o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação financeira e empenho.

Art. 41 - O Poder Executivo Municipal deverá elaborar e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2011, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão do Poder Executivo, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 42 - Até o dia 30 de Outubro de 2011, O Executivo Municipal encaminhará a Câmara Municipal à proposta orçamentária para o Exercício Financeiro de 2012.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo, respeitando-se evidentemente toda a tramitação prevista no Regimento Interno da mesma.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2012, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2011, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a;

- Anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva

de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 43 - O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhado cópia de todos os convênios firmados a Câmara Municipal de Vereadores, para comprovação da transparência administrativa.

Art. 44 - Fazem parte integrante desta Lei os seguintes Anexos:

a) - Demonstrativo I - Metas anuais;

b) - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;

c) - Demonstrativo III - Metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixas nos três exercícios anteriores;

d) - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

e) - Demonstrativo V - Origem e aplicação de recursos obtidos com alienação de ativos;

f) - Demonstrativo VI - Avaliação da Situação financeira e atuarial do RPPS;

g) - Demonstrativo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;

h) - Demonstrativo VIII - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;

i) - Demonstrativo IX - Anexo de riscos fiscais;

j) - Demonstrativo X - Metas e prioridades.

Art. 45 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 46 - Fica revogada a Lei Municipal nº1508 de 17 de maio de 2011.

Pinheiro Preto (SC) em 08 de Setembro de 2011

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

Lei Nº 1.534 de 08 de Setembro de 2011

LEI Nº 1.534 DE 08 DE SETEMBRO DE 2011

"Dispõe sobre a revisão do PPA 2010/2013, Lei 1369/2009, do Município de Pinheiro Preto para o biênio 2012/2013 e dá outras providências"

Euzébio Calisto Vieceli - Prefeito Municipal de Pinheiro Preto- Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes municipais que a câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam excluídas todas as planilhas que compõem o Plano Plurianual e passaram a ser representadas nessa lei, através do anexo III, com inclusão, exclusão e alteração de ações, com adequação de metas e valores para o exercício de 2012/2013, com estruturação de acordo com as fontes e seus detalhamentos da destinação de recursos do anexo II que integra a presente lei e estabelecerá as diretrizes para o exercício de 2012 e 2013, conforme programas especificados no anexo I;

Art. 2º - Os valores constantes em cada ação foram atualizados de acordo com as previsões de arrecadação de receitas do anexo IV, com a indicação das respectivas fontes e detalhamento das destinações de recursos;

Art. 3º - Foram atualizados os valores para o exercício de 2012 e 2013, de maneira a adequar as fontes de recursos, programas, e manter o equilíbrio entre as receitas e despesas que sofrem constantes modificações no cenário econômico de cada ente;

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 08 de Setembro de 2011.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal de Pinheiro Preto

Lei Nº 1.536, de 08 de Setembro de 2011.

LEI Nº 1.536, DE 08 DE SETEMBRO DE 2011.

AUTORIZA PROCEDIMENTO DE BAIXA DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL DE BENS INSERVÍVEIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto, através do Chefe do Poder Executivo, autorizado a dar baixa do patrimônio municipal dos seguintes bens móveis inservíveis:

Unidade: Fundo Municipal de Assistência Social
Conselho Tutelar

Quantidade	Descrição	Nº Patrimônio
01	Impressora Canon	nº001153

Unidade: Fundo Municipal de Saúde

Quantidade	Descrição	Nº Patrimônio
01	Microcomputador AMD DURON 240 MB	001227
01	Mesa para Impressora em MDF	001184
01	Nebulizador Nevoni	001346
01	Mesa para Escritório em MDF Formato em L c/ 3 gav	001249
01	Mesa para Computador em MDF	001244
01	Aparelho de Ar Condicionado Consul 7500	001279

Unidade: Centro Educacional Padre Trudo Plessers

Quantidade	Descrição	Nº Patrimônio
01	Impressora HP 3820	001090
01	Monitor LG 15 Pol	001091
01	Impressora HP 610C	001117
01	Microcomputador	001114
01	Mimiógrafo Facit	000974
01	Monitor LG 14 Pol	001037
01	Impressora HP 845C	001073
01	Monitor Five Star 14 Pol	001810
01	Carteira Pré-escolar em Fórmica	001507
01	Microcomputador AMD ATHLON 256 MB	001092

Unidade: Secretaria de Administração

Quantidade	Descrição	Nº Patrimônio
01	Monitor Proview 14 Pol	001898
01	Estabilizador marca Phoenix	001922
01	Microcomputador AMD ATHLON 224 MB	001930
01	Microcomputador AMD ATHLON 376 MB	002175
01	Cadeira Fixa Estofada em Tecido	001871
01	Estante em Madeira 3 portas	001936

01	Estabilizador marca SMS	001934
01	Monitor TCE 14 Pol	001664
01	Maquina de Escrever Olivette Linea 98	001888

Unidade: Secretaria de Administração
Setor de Tributação

Quantidade	Descrição	Nº Patrimônio
01	Microcomputador AMD K6	002073
01	Monitor LG 17 Pol	002084
01	Scanner de Mesa marca GE-NIUS	002091
01	Monitor SANSUNG 14 Pol	002075
01	Monitor TCE 14 Pol	001664
01	Maquina de Escrever Olivette Linea 98	001888

Unidade: Secretaria de Agricultura

Quantidade	Descrição	Nº Patrimônio
01	Microcomputador AMD DURON 240 MB	001674
01	Monitor LG 15 Pol	001675
01	Máquina Fotográfica Digital SONY	001698

Unidade: Secretaria de Transportes e Obras
Setor Turismo e Limpeza Pública

Quantidade	Descrição	Nº Patrimônio
01	Microcomputador AMD DURON 1200 MHZ	002009
01	Cadeira Universitária Estofada em Corvin	002023
01	Estabilizador Marca TS SHARA	002012
01	Impressora HP 670C	002011
01	Roçadeira Sthil FS 160	002040
01	Roçadeira Sthil FS 160	002041
01	Betoneira com Motor 350 litros	001649

Unidade: Câmara Municipal de Vereadores

Quantidade	Descrição	Nº Patrimônio
01	Impressora HP 610C	001761
01	Monitor NOVADATA 15 Pol	001760
01	Estabilizador Marca TS SHARA	001786
01	Estabilizador ADF 300W Preto	002465
01	Mause MTEK B55PS2P	002479
01	Estabilizador de voltagem 400Va	002483

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Lei Nº 1.537, de 08 de Setembro de 2011.

LEI Nº 1.537, DE 08 DE SETEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação na dotação orçamentária da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 191.000,00 (Cento e noventa e um mil reais), para atender a seguinte programação:

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

0204 Secretaria de Transportes e Urbanismo

0204.26 Transporte

0204.26.782 Transporte Rodoviário

0204.26.782.0020 Estradas Vicinais

0204.26.782.0020.2062 Manutenção da Malha Rodoviária

33900000 Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

Fonte de Recursos 01

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

0201 Secretaria da Administração e Planejamento

0201.04 Administração

0201.04.122 Administração em Geral

0201.04.122.0002 Administração e Planejamento

0201.04.122.0002.2002 Manutenção do Gabinete do Prefeito

31900000 Aplicações Diretas .R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos 00

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

0201 Secretaria da Administração e Planejamento

0201.04 Administração

0201.04.122 Administração em Geral

0201.04.122.0002 Administração e Planejamento

0201.04.122.0002.2002 Manutenção do Gabinete do Prefeito

33900000 Aplicações Diretas .R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 00

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

0202 Secretaria da Educação

0202.12 Educação

0202.12.364 Ensino Superior

0202.12.364.0010 Ensino Superior

0202.12.364.0010.2037 Apoio a Estudantes

33900000 Aplicações Diretas .R\$ 11.000,00

Fonte de Recursos 01

Art. 2º Os recursos necessários a ocorrer à despesa do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º desta Lei, decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 191.000,00 (Cento e noventa e um mil reais):

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

0202 Secretaria da Educação

0202.12 Educação

0202.12.361 Ensino Fundamental

0202.12.361.0008 Educação Básica

0202.12.361.0008.2027 Manutenção do Transporte Escolar

33900000 Aplicações Diretas .R\$ 148.000,00

Fonte de Recursos 01

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

0201 Secretaria da Administração e Planejamento

0201.23 Comércio e Serviços

0201.23.695 Turismo

0201.23.695.0005 Promoção ao Turismo

0201.23.695.0005.2015 Manutenção do Turismo

33900000 Aplicações Diretas .R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 00

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

0202 Secretaria da Educação

0202.12 Educação

0202.12.362 Ensino Médio

0202.12.362.0009 Assistência Financeira a Entidades

0202.12.362.0009.2035 Manutenção do Ensino Médio e Pos Médio

33500000 Aplicações Diretas .R\$ 11.000,00

Fonte de Recursos 01

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

0202 Secretaria da Educação

0202.12 Educação

0202.12.365 Educação Infantil

0202.12.365.0011 Educação Infantil

0202.12.365.0011.1041 Construção de Creche

44900000 Aplicações Diretas .R\$ 22.000,00

Fonte de Recursos 0101

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 08 de Setembro de 2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Audiência Pública

Comunicado de Audiência Pública

A Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto vem comunicar a realização da Audiência Pública referente à apresentação da versão preliminar do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Local: Auditório do Centro Educacional Pe. Trudo Plessers

Endereço: Rua Oclides Benedito Scortegagna, 66

Data: 21 de setembro de 2011

Horário: 17:00

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

Extrato do Contrato Nº 016/2011 - TURISMO

Extrato de Contrato Nº 016/2011 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Inexigibilidade de Licitação nº 002/2011

Objeto: Constitui objeto deste contrato a contratação das bandas Ministério Paixão, Fogo e Glória e do cantor David Quilan, para apresentação nas festividades de comemoração de 179 anos de emancipação política do Município de Porto Belo que se realizará no dia 12 de outubro de 2011 com início às 20:00 hrs e término às 22:00 hrs na Praça da Bandeira neste Município.

Contratado: S&A ENGENHARIA E PRODUÇÕES LTDA

Prazo de vigência: O contrato terá vigência a partir da sua assinatura, até a prestação total do objeto descrito na Cláusula Segunda deste instrumento.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais).

Data e assinatura do contrato: 8 de setembro de 2011.

ALBERT STADLER
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 073/2011 - EDUCAÇÃO

Extrato de Contrato Nº 073/2011 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 017/2011

Objeto: Constitui objeto do presente Contrato, o fornecimento, por parte da Contratada, com entregas programadas, AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA, PARA AS NOVAS DEPENDÊNCIAS DOS NÚCLEOS DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL LAURO PRADO E CEBOLINHA NO MUNICÍPIO DE PORTO BELO CONF. ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. Conforme especificados nas Autorizações de Fornecimento nº 545/2011 e 546/2011, documento em anexo, parte integrante deste contrato. Contratado: 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA ME

Prazo de vigência: A Contratada deverá entregar os produtos em até 15 (quinze) dias.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 191,30 (cento e noventa e um reais e trinta centavos).

Data e assinatura do contrato: 1º de setembro de 2011.

ALBERT STADLER
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 074/2011 - EDUCAÇÃO

Extrato de Contrato Nº 074/2011 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 017/2011

Objeto: Constitui objeto do presente Contrato, o fornecimento, por parte da Contratada, com entregas programadas, AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA, PARA AS NOVAS DEPENDÊNCIAS DOS NÚCLEOS DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL LAURO PRADO E CEBOLINHA NO MUNICÍPIO DE PORTO BELO CONF. ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. Conforme especificados na Autorização de Fornecimento nº 547/2011, documento em anexo, parte integrante deste contrato. Contratado: AKON LTDA ME

Prazo de vigência: A Contratada deverá entregar os produtos em até 15 (quinze) dias.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 456,00 (quatrocentos e cinquenta e seis reais).

Data e assinatura do contrato: 1º de setembro de 2011.

ALBERT STADLER
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 075/2011 - EDUCAÇÃO

Extrato de Contrato Nº 075/2011 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 017/2011

Objeto: Constitui objeto do presente Contrato, o fornecimento, por parte da Contratada, com entregas programadas, AQUISIÇÃO DE

MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA, PARA AS NOVAS DEPENDÊNCIAS DOS NÚCLEOS DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL LAURO PRADO E CEBOLINHA NO MUNICÍPIO DE PORTO BELO CONF. ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. Conforme especificados nas Autorizações de Fornecimento nº 548/2011, 549/2011, 550/2011, 551/2011, 552/2011, 553/2011 e 554/2011, documento em anexo, parte integrante deste contrato.

Contratado: COMERCIAL STORINNY LTDA-ME

Prazo de vigência: A Contratada deverá entregar os produtos em até 15 (quinze) dias.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 35.313,56 (trinta e cinco mil, trezentos e treze reais e cinquenta e seis centavos).

Data e assinatura do contrato: 1º de setembro de 2011.

ALBERT STADLER
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 076/2011 - EDUCAÇÃO

Extrato de Contrato Nº 076/2011 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 017/2011

Objeto: Constitui objeto do presente Contrato, o fornecimento, por parte da Contratada, com entregas programadas, AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA, PARA AS NOVAS DEPENDÊNCIAS DOS NÚCLEOS DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL LAURO PRADO E CEBOLINHA NO MUNICÍPIO DE PORTO BELO CONF. ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. Conforme especificados nas Autorizações de Fornecimento nº 555/2011 e 556/2011, documento em anexo, parte integrante deste contrato. Contratado: DOMPEL INFORMÁTICA E EQUIP. P/ ESCRITÓRIO LTDA

Prazo de vigência: A Contratada deverá entregar os produtos em até 15 (quinze) dias.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 20.788,00 (vinte mil, setecentos e oitenta e oito reais).

Data e assinatura do contrato: 1º de setembro de 2011.

ALBERT STADLER
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 077/2011 - EDUCAÇÃO

Extrato de Contrato Nº 077/2011 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 017/2011

Objeto: Constitui objeto do presente Contrato, o fornecimento, por parte da Contratada, com entregas programadas, AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA, PARA AS NOVAS DEPENDÊNCIAS DOS NÚCLEOS DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL LAURO PRADO E CEBOLINHA NO MUNICÍPIO DE PORTO BELO CONF. ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. Conforme especificados na Autorização de Fornecimento nº 557/2011, documento em anexo, parte integrante deste contrato.

Contratado: LIVRARIAS MOHR LTDA-ME

Prazo de vigência: A Contratada deverá entregar os produtos em até 15 (quinze) dias.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 1.159,10 (um mil cento e cinquenta e nove reais e dez centavos).

Data e assinatura do contrato: 1º de setembro de 2011.

ALBERT STADLER
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 078/2011 - EDUCAÇÃO

Extrato de Contrato Nº 078/2011 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 017/2011

Objeto: Constitui objeto do presente Contrato, o fornecimento, por parte da Contratada, com entregas programadas, AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA, PARA AS NOVAS DEPENDÊNCIAS DOS NÚCLEOS DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL LAURO PRADO E CEBOLINHA NO MUNICÍPIO DE PORTO BELO CONF. ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. Conforme especificados nas Autorizações de Fornecimento nº 558/2011 e 559/2011, documento em anexo, parte integrante deste contrato. Contratado: TODT COMERCIAL LTDA-ME

Prazo de vigência: A Contratada deverá entregar os produtos em até 15 (quinze) dias.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 27.407,71 (vinte e sete mil quatrocentos e sete reais e setenta e um centavos).

Data e assinatura do contrato: 1º de setembro de 2011.

ALBERT STADLER

Prefeito

Extrato do Contrato Nº 079/2011 - PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 079/2011 - PREFEITURA

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Tomada de Preço nº 004/2011

Objeto: DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA RUA LUIZ SCABURI EM UMA EXTENSÃO DE 204,40M COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTARIA E CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO

Contratado: PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMERCIO DE PEDRAS LTDA

Prazo de vigência: O prazo para execução dos serviços objeto deste Edital será de 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço específica, prorrogável na forma do § 1º do Art. 57 da Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 199.843,97 (cento e noventa e nove mil, oitocentos e quarenta e três reais e noventa e sete centavos).

Data e assinatura do contrato: 6 de setembro de 2011.

ALBERT STADLER

Prefeito

Extrato de Inexigibilidade de Licitação Nº 002/2011

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 002/2011

Objeto: Constitui objeto deste contrato a contratação das bandas Ministério Paixão, Fogo e Glória e do cantor David Quilan, para apresentação nas festividades de comemoração de 179 anos de emancipação política do Município de Porto Belo que se realizará no dia 12 de outubro de 2011 com início às 20:00 hrs e término às 22:00 hrs na Praça da Bandeira neste Município.

Contratado: S&A ENGENHARIA E PRODUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.950.575/0001-09, com sede na Av. 7 de Setembro, nº 816, Araranguá - SC.

Valor global: R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais)

Porto Belo, 8 de setembro de 2011.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Rio do Sul**PREFEITURA****Edital de Alteração - Pregão Presencial 43/2011 FMS**

EDITAL DE ALTERAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 43/2011 FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que fica alterado e passa a vigorar com os seguintes dizeres o Edital de Licitação, modalidade Pregão Presencial nº 43/2011 - FMS, permanecendo inalteradas todas as demais cláusulas do edital.

O item 1.2 passa a vigorar com o seguinte texto:

1.2 - ENTREGA DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 10:00 horas do dia 21/09/2011.

O item 2.3 passa a vigorar com o seguinte texto:

2.3 - A assistência técnica dos itens 01 à 06 do edital deverá ser prestada num raio de 10 km da sede do Fundo Municipal de Saúde. Com relação ao item 07 (locação de impressoras) a assistência técnica deverá ser prestada num prazo máximo de 24 horas após a solicitação da Secretaria de Saúde.

O item 13.5 passa a vigorar com o seguinte texto:

13.5 - A entrega dos itens vencidos deverá ocorrer em até 30 dias após a transmissão da Autorização de fornecimento. Todas as especificações técnicas dos equipamentos relacionados neste Edital são consideradas as mínimas exigidas;

O item 2.2 da Minuta de Contrato (anexo 01) passa a vigorar com o seguinte texto:

2.2- A entrega dos equipamentos deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias após a transmissão da Autorização de Fornecimento. Local para entrega: Secretaria de Saúde, correndo o frete, a carga e a descarga por conta e risco da Contratada.

Rio do Sul, 08 de setembro de 2011.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Saúde

Salto Veloso**PREFEITURA****Portaria Nº. DP00366/2011**

PORTARIA Nº. DP00366/2011

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 60 dias de Férias, no período compreendido de 12 de Setembro de 2011 a 11 de Novembro de 2011, totalizando 60 dias de férias a Servidora LUIZA SARTOREL, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 12/06/2006 a 12/06/2007, correspondente a 30 dias e 12/06/2007 a 12/06/2008, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 12 de Setembro de 2011.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM
Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Extrato do Contrato Nº 183/2011 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº183/2011, 15 DE AGOSTO DE 2011.

Origem: Processo Licitatório nº 94/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 68/2011

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: V.MARTINS DA SILVA E CIA LTDA

Objeto: a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR (Lª TABELA ATÉ ESCOLA VOLTA REDONDA), conforme itinerário previsto no Anexo I, proposta da contratada, termo de homologação e adjudicação, de fls. do Processo Licitatório em epígrafe
Valor: R\$ R\$ 3.105,92 (três mil, cento e cinco reais e noventa e dois centavos)

Dotação Orçamentária: 08.01.2.014.3.3.90.39.26.00.00.00(111/2011)

Recursos Financeiros: Os recursos financeiros, destinados ao custeio do presente contrato, são advindos da União Federal (Salário Educação), transferências do Estado (PENAT) convênio com o Estado e recursos próprios.

Data de Assinatura: 15/08/2011

Vigência: tem vigência da sua data de assinatura até o término do ano letivo de 2011, tendo como data limite 31/12/2011.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante Valdevino Martins da Silva - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 184/2011 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 184/2011, de 18 de Agosto de 2011.
DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 58/2007.

Origem: Processo Licitatório nº 5/2007, Modalidade Concorrência para Obras e Serviços nº 01/2007

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: TUCANO OBRAS E SERVICOS LTDA

Objeto: necessidade de reajuste dos valores contratados não produziu efeitos tendo em vista o equívoco de informações técnicas, se faz imprescindível a retificação do mesmo através do presente instrumento.

Valor: A diferença total do valor contratado ao valor reajustado, a ser paga a partir da data da assinatura do presente aditivo, é de R\$ 25.419,32 (vinte e cinco mil, quatrocentos e dezenove reais e trinta e dois centavos). O valor total a ser pago pelas competências vencidas de maio a julho de 2011, em caso de autorização legislativa, é de R\$ 15.494,94 (quinze mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e noventa e quatro centavos).

Dotação Orçamentária: (166) 09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00.

Recursos Financeiros: Os recursos financeiros, destinados ao custeio do presente instrumento, são advindos de recursos próprios.
Da Homologação Legislativa: O Município se compromete em enviar o presente aditivo, a Câmara de Vereadores de São Lourenço

do Oeste, SC, para homologação e autorização legislativa para efetivação do pagamento do valor apurado, referente as competências de fevereiro a maio de 2011, conforme Prejulgado nº 816 do TCE/SC.

Parágrafo único. O pagamento do valor referente ao percentual de 6,01% (seis vírgula zero um por cento) sobre o valor do contrato, incidente nos meses de maio a julho de 2011, fica condicionado a autorização legislativa.

Data de Assinatura: 18/08/2011

Vigência: a partir da data da sua data de assinatura

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Juleide Inês D' Agostini - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 185/2011 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 185/2011 DE 18 DE AGOSTO DE 2011.

Origem: Processo Licitatório nº 105/2010, Modalidade Pregão Presencial nº 58/2010

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: INVIOSAT SEGURANÇA LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO A SER EFETUADA EM ESCOLAS MUNICIPAIS CONFORME A NECESSIDADE, conforme o anexo I e do Termo de Homologação e Adjudicação do Processo Licitatório supracitado.

Valor: R\$ 5.705,39 (cinco mil, setecentos e cinco reais e trinta e nove centavos)

Dotação Orçamentária: (102) 08.01.12.365.4505.2.015.3.3.90.00.00.00.00

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente instrumento, serão custeadas através de recursos próprios do Município e correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2010.

Data de Assinatura: 18/08/2011

Vigência: O presente contrato terá vigência até 08 de setembro de 2011, contada a partir de sua assinatura.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante Emerson Lorensetti - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 186/2011 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 186/2011, de 22 de Agosto de 2011.
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 70/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 16/2010, Modalidade Pregão Presencial nº 10/2010

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVICOS LTDA

Objeto: adição de 01 (um) profissional ao item nº 04, lote 01

Valor: R\$ 3.869,96 (três mil, oitocentos e sessenta e nove reais e noventa e seis centavos)

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da presente adição correrão por conta orçamento do exercício financeiro de 2011.

Recursos Financeiros: Os recursos financeiros, destinados ao custeio do presente instrumento, são advindos de recursos próprios.

Data de Assinatura: 18/08/2011

Vigência: contada a partir de sua assinatura.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante Ronaldo Benkendorf - pela contratada.

Decreto Nº 4.265, de 08 de Setembro de 2011.

DECRETO Nº 4.265, DE 08 DE SETEMBRO DE 2011.

Altera o Decreto 4.264, de 02 de setembro de 2011, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.925, de 07/01/2011 e Lei Federal nº 4.320/1964, art. 43, §1º, inciso II,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto 4.264, de 02 de setembro de 2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - excesso de arrecadação, no orçamento vigente, criando a modalidade de aplicação e adicionando pelo crédito suplementar o valor de R\$ 34.139,77 (trinta e quatro mil, cento e trinta e nove reais e setenta e sete centavos), na seguinte dotação orçamentária:

09.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01.15.451.4511.1.039.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 22 Aplicação Direta R\$ 32.514,80
09.01.15.451.4511.1.039.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0037 177 Aplicação Direta R\$ 1.624,97
” (NR)

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 08 de setembro de 2011.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.266, de 08 de Setembro de 2011.

DECRETO Nº 4.266, DE 08 DE SETEMBRO DE 2011.

Abre crédito adicional suplementar - excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2011.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.925, de 07/01/2011 e Lei Federal nº 4.320/1964, art. 43, §1º, inciso II,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - excesso de arrecadação, no orçamento vigente, criando a modalidade de aplicação e adicionando pelo crédito suplementar o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.00 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP
06.01 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP
06.01.04.122.4503.2.026.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 81 Aplicação Direta R\$ 50.000,00

10.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR
10.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR
10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 61 Aplicação Direta R\$ 50.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior decorrerão a utilização do provável excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 1.925, de 07/01/2011 e Lei Federal nº 4.320/1964, art. 43, §1º, inciso II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 08 de setembro de 2011.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.267, de 08 de Setembro de 2011.

DECRETO Nº 4.267, DE 08 DE SETEMBRO DE 2011.

Abre crédito adicional suplementar - anulação de dotações, no orçamento programa de 2011 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.925, de 07/01/2011 e Lei Federal nº 4.320/1964, art. 43, §1º, inciso III,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito suplementar, anulação de dotações, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME
08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME
08.01.12.361.4505.2.012.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001 96 Aplicação Direta R\$ 150.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação total ou parcial das dotações a seguir descritas, de acordo com o estabelecido no art. 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964 e Lei Municipal nº 1.925, de 07/01/2011:

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME
08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME
08.01.12.361.4505.2.012.3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001 126 Aplicação Direta R\$ 150.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 08 de setembro de 2011.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação 05/2011 ICSLO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO INSTITUTO CULTURAL, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará sessão de licitação dia 21/09/2011, às 14:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no Edital nº 005/2011 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº02 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E ORGANIZAÇÃO NA REALIZAÇÃO DO 39º FLIC (FESTIVAL LOURENCIANO DE INTERPRETAÇÃO DA CANÇÃO) QUE SE REALIZARÁ NOS DIAS 21 E 22 DE OUTUBRO DE 2011. Informações através dos telefones 49 3344 8514.

ALEX CLEIDIR TARDETTI
Gerente Executivo do Instituto Cultural

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Contrato de Prestação de Serviço n.º 109/2011

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO n.º 109/2011

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato

representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado PEDRO CLASEN, inscrito no CPF sob nº 222.822.899-00, RG 551.291, PIS/PASEP 116.78911.17-2 residente a Rua Victor Meireles, nº 567- AP. 102 - bloco D, Kobrasol, São José - SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1 Este contrato tem como objeto a cobertura fotográfica da 11ª Oktobertanz, que será realizada nos dias 17 e 18 de setembro de 2011, junto a Sede do município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 1.160,00 (um mil cento e sessenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1- O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1- O prazo de vigência deste contrato será nos dias 17 e 18/09/2011.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma. São Pedro de Alcântara/SC, 08 de setembro de 2011.

Município de São Pedro de Alcântara
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

PEDRO CLASEN
Contratado

Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 56/2011
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 56/2011
(art. 25, caput e inciso III, da Lei nº 8.666/1993)

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - 88125-000, torna público que realizará contratação por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei Orgânica Municipal e por este EDITAL, em conformidade com as condições que seguem:

1- Nos termos do art. 25, caput e inciso III, da Lei nº 8.666/1993, inexigível é a licitação para contratação da BANDA BADENBLU - para a 11ª Oktobertanz, a se realizar nos dias 17 e 18 de setembro neste Município de São Pedro de Alcântara/SC.

2- O serviço será prestado no dia 17 e 18 de setembro, com a apresentação da Banda no pavilhão central da festa.

3- O valor total será de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)

4- Para atendimento ao preceito do art. 26 da Lei nº 8.666/1993, expõe-se o que segue:

4.1- Para a assinatura do contrato, a Banda contratada deverá apresentar, além de cópia de seu contrato social, prova de regularidade para com a Fazenda Municipal de seu domicílio e CND's FGTS e INSS.

5- O recurso para pagamento da Banda contratada advém da dotação nº 06.2.014.3.3.90.00.00.00.00.03.150 (133)

6- No mais, a presente contratação, na modalidade Inexigibilidade de Licitação, obedece a todos os termos da Lei nº 8.666/1993, sujeitando-se a ela, na sua totalidade.

São Pedro de Alcântara/SC, 06 de setembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 57/2011
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 57/2011
(art. 25, caput e inciso III, da Lei nº 8.666/1993)

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - 88125-000, torna público que realizará contratação por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei Orgânica Municipal e por este EDITAL, em conformidade com as condições que seguem:

1- Nos termos do art. 25, caput e inciso III, da Lei nº 8.666/1993, inexigível é a licitação para contratação da Banda OKTOBERTAN-ZKAPELLE - Associação Pequeno Músico - para a 11ª Oktobertanz, a se realizar nos dias 18 de setembro neste Município de São Pedro de Alcântara/SC.

2- O serviço será prestado no dia 18 de setembro, no período matutino, com a apresentação da Banda no pavilhão central da festa.

3- O valor total será de R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais).

4- Para atendimento ao preceito do art. 26 da Lei nº 8.666/1993, expõe-se o que segue:

4.1- Para a assinatura do contrato, a Banda contratada deverá apresentar, além de cópia de seu contrato social, prova de regularidade para com a Fazenda Municipal de seu domicílio e CND's FGTS e INSS.

5- O recurso para pagamento da Banda contratada advém da dotação nº 06.2.014.3.3.90.00.00.00.00.03.150 (133)

6- No mais, a presente contratação, na modalidade Inexigibilidade de Licitação, obedece a todos os termos da Lei nº 8.666/1993, sujeitando-se a ela, na sua totalidade.

São Pedro de Alcântara/SC, 06 de setembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Processo de Inexigibilidade de Licitação n.º 57/2011
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO n.º 57/2011
 (art. 25, caput e inciso III, da Lei n.º 8.666/1993)

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - 88125-000, torna público que realizará contratação por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, regida pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei Orgânica Municipal e por este EDITAL, em conformidade com as condições que seguem:

1- Nos termos do art. 25, caput e inciso III, da Lei n.º 8.666/1993, inexigível é a licitação para contratação da Banda OKTOBERTAN-ZKAPELLE - Associação Pequeno Músico - para a 11ª Oktobertanz, a se realizar nos dias 18 de setembro neste Município de São Pedro de Alcântara/SC.

2- O serviço será prestado no dia 18 de setembro, no período matutino, com a apresentação da Banda no pavilhão central da festa.

3- O valor total será de R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais).

4- Para atendimento ao preceito do art. 26 da Lei n.º 8.666/1993, expõe-se o que segue:

4.1- Para a assinatura do contrato, a Banda contratada deverá apresentar, além de cópia de seu contrato social, prova de regularidade para com a Fazenda Municipal de seu domicílio e CND's FGTS e INSS.

5- O recurso para pagamento da Banda contratada advém da dotação n.º 06.2.014.3.3.90.00.00.00.00.03.150 (133)

6- No mais, a presente contratação, na modalidade Inexigibilidade de Licitação, obedece a todos os termos da Lei n.º 8.666/1993, sujeitando-se a ela, na sua totalidade.

São Pedro de Alcântara/SC, 06 de setembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

Extrato do Contrato Nº. 144/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato n.º. 144/2011-PMS

Dispensa de Licitação n.º. 46/2011-PMS - Processo n.º. 122/2011-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n.º. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n.º. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: A.R ASSISTÊNCIA TÉCNICA E AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 10.747.240/0001-08, estabelecida na rua 3 de Outubro, nº 2397, Fundos, Braço do Sul, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação de empresa especializada em conserto de placar eletrônico para a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Schroeder, sendo:

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	Conserto de Placar Eletrônico, sendo: - Conserto na mesa de comando - Conserto no circuito de acionamento - Conserto no circuito de potência - Troca de 20 lâmpadas - Desmontagem e limpeza interna - Atendimento Técnico - Teste de funcionamento de todos os circuitos.	1	Unidade	1.850,00	1.850,00
TOTAL R\$					1.850,00

Valor do contrato: R\$ 1.850,00 (Um mil oitocentos e cinquenta reais).

Data da Assinatura: 08/09/2011 – Vigência: 31/12/2011

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº. A41/2011 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A41/2011 – PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 257/2010 – PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n.º. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n.º. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: EDSON LUIZ KAMER - ME, inscrita no CNPJ sob o no 00.957.992/0001-40, estabelecida na Rua 28 de Agosto, n.º. 298, Bairro Centro, na cidade de Guarimir, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Edson Luiz Kamer, inscrito no CPF sob o no 745.214.389-20, portador da Carteira de Identidade no 2.447.392-8, expedida pela SSP/RS,.

Considerando o Contrato Administrativo n.º. 257/2010-PMS, celebrado em 29 e novembro de 2010, proveniente do Processo de licitação n.º. 178/2010 – PMS, Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço n.º. 96/2010 – PMS, para o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em sonorização de eventos para suprir as necessidades das Secretarias de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC.

Enquadra-se nos termos do artigo 65, I, "b", c/c artigo 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer do Assessor Jurídico Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do aditivo no valor de R\$ 687,50 (Seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), devido à necessidade de amplitude de som nos eventos de grande volume de pessoas, os quais aconteceram durante as festividades de Schroeder

(desfile cívico e desfile festivo).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a Cláusula Primeira (do objeto do contrato, e descrição) no item 05, aditivada o valor R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), totalizando o item R\$ 1.687,50 (Um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) e o item 06 aditivado o valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), totalizando o item em R\$ 3.150,00 (três mil cento e cinquenta reais) e na Cláusula Quarta (do valor do contrato), item 4.1, alterando o valor do contrato para R\$ 5.107,50 (cinco mil cento e sete reais e cinquenta centavos), sendo:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE. LICITADA	VALOR R\$ LICITADO	UNID.	VALOR TOTAL LICITADO	VALOR R\$ ADITIVADO
05	DESFILE CÍVICO, 10 Pontos de som, com caixas 3 vias (2x12 + corneta e agudo ou titânio), 02 microfones s/ fio, 02 Aparelhos de CD, 01 Mesa de som 12 canais, 01 Equalizador	01	1.350,00	Unidade	1.350,00	337,50
06	DESFILE FESTIVO, Equipamentos: 10 Pontos de som, com caixas 3 vias (2x12 + corneta e agudo ou titânio), 02 microfones s/ fio, 02 Aparelhos de CD, 01 Mesa de som 12 canais, 01 Equalizador	02	1.400,00	Unidade	2.800,00	350,00
VALOR TOTAL R\$						687,50

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 257/2010-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 06 de setembro de 2011.

CONTRATADA:

EDSON LUIZ KAMER - ME

Edson Luiz Kamer

CPF no 745.214.389-20

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Felipe Voigt

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____

Nome: Orlando Tecilla

CPF nº. 311.753.079-34

2ª _____

Nome: Marilene Busch

CPF nº. 037.813.699-27

Termo Aditivo Nº. A42/2011 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A42/2011 – PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 242/2010 – PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: ROMEU RUDIGER, inscrita no CNPJ sob o nº. 12.473.580/0001-13, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº 4320, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Romeu Rudiger, inscrito no CPF sob o nº. 024.082.759-70, portador da carteira de identidade nº. 3.688.456-SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 242/2010-PMS, celebrado em 12 de novembro de 2010, proveniente do Processo de licitação nº. 169/2010-PMS, Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 90/2010-PMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de mão de obra elétrica para suprir as necessidades das Secretarias de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Enquadra-se nos termos do artigo 65, I, "b", c/c artigo 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pelas Secretarias da Prefeitura de Schroeder/SC do aditivo no valor de R\$ 7.400,00 (sete mil e quatrocentos reais), devido à enorme necessidade de manutenção de Escoas, postos de Saúde, Ginásios e prédios da Administração.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a Cláusula Primeira (do objeto do contrato, e descrição) no item 01, aditivada a quantidade de 500 horas, totalizando o valor de R\$ 7.400,00 (sete mil e quatrocentos reais) e na Cláusula Quarta (do valor do contrato), item 4.1, alterando o valor do contrato para R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais), sendo:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE. LICITADA	VALOR R\$ LICITADO	UNID.	QTDE. ADITIVADA	VALOR R\$ ADITIVADO
01	Serviço de Mão de obra elétrica.	HORA	14,80	Hora	500	7.400,00
VALOR TOTAL R\$			29.600,00			37.000,00

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº

242/2010-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 08 de setembro de 2011.

CONTRATADA:

ROMEY RUDIGER

Romey Rudiger

CPF nº 024.082.759-70

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Felipe Voigt

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____

Nome: Orlando Tecilla

CPF nº. 311.753.079-34

2ª _____

Nome: Marilene Busch

CPF nº. 037.813.699-27

Timbó

PREFEITURA

Extrato da Ata de Registro de Preço 25-2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

25-2011/Pregão Presencial

Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Objeto: Registro de preço para contratação de serviços de mão de obra profissional para realização de manutenção predial, preventiva e corretiva, com fornecimento de todas as ferramentas necessárias à completa execução do serviço.

Empresas fornecedoras: Empreiteira Ambiental Cunha Ltda ME; Klug Reciclados Comércio e Serviço de Manutenção Elétrica e Hidráulica Ltda ME.

Valor Total Estimado: R\$ 57.900,00 (cinquenta e sete mil e novecentos reais).

Modalidade: Pregão Presencial

Validade da Ata: 05/09/2012

Timbó, 06/09/2011

LAERCIO SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

Aviso de Licitação Nº 03_2011 COLETES BALÍSTICOS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUMREBOMPOM - FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS E MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR DE TIMBÓ

AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL PREGÃO Nº 000003/2011

O Município de Timbó, através do FUMREBOMPOM, torna público, de acordo com a Lei nº 8.666/93, que fará realizar "Pregão",

do tipo Menor Preço, para AQUISIÇÃO DE COLETES BALÍSTICOS DESTINADOS A POLÍCIA MILITAR DE TIMBÓ..

O edital encontra-se à disposição dos interessados no Departamento de Licitações, sala nº 1, na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, disponível também na Internet, no seguinte endereço www.timbo.sc.gov.br

Os envelopes (Habilitação e Propostas) serão recebidos até 28 de setembro de 2011 às 09:45 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Timbó, no endereço acima mencionado, com participação aberta às proponentes e ao público.

Timbo (SC), 02/09/2011.

LAÉRCIO SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

Prorrogação entrega e abertura Carta Convite 95-2011

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EDITAL DE CARTA CONVITE Nº. 000095/2011

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES

O MUNICÍPIO DE TIMBÓ, leva ao conhecimento dos interessados que a Carta Convite nº. 000095/2011, do tipo menor preço, que trata da execução de intervenções em vias do Município, que em razão das cheias nos rios da região e dificuldades de acesso e deslocamento na região fica prorrogado o prazo para entrega e abertura para o dia 12/09/2011 às 14:30h.

Timbó, 08 de setembro de 2011.

LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

Turvo

PREFEITURA

Decreto 76/2011

DECRETO Nº 076/11, de 26 de agosto de 2011.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.046/10 (Lei Orçamentária Anual), de 07/12/2010.

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 520.000,00 (quinhentos e vinte mil reais), assim classificados:

06.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.365.0010.1.018 - CONSTR. E OU AMPLIAÇÃO DE SALA DE AULA CRECHES

4.4.90.00.00.00.00.0.1.0022.0(103) - Aplicações Diretas

R\$ 520.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação da fonte (0022) através de convenio, firmado com Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e a Prefeitura Municipal de Turvo - SC, visando a execução das ações relativas à Pró-Infância PAC 2.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 26 de Agosto de 2011.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças-designado.

Tomada de Preços PMT 66/2011

Aviso de Licitação
Processo de Licitação nº 66/2011 - Tomada de Preço nº 66/2011

Objeto: Objetivando a contratação de empresa especializada para a construção de uma unidade de educação infantil tipo "C" 220V, no Bairro Cidade Alta no Município de Turvo - SC.
Entrega dos envelopes: até as :17:00hs do dia 26/09/11
Abertura da Sessão: á partir das 09:00 horas do dia 27/09/2011
Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 588 - Centro - Turvo/SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100, fax (48) 3525-0186 ou pelo e-mail: compraspmturvo@netvale.net

Turvo - SC - 06 de Setembro de 2011
ROBERTO CARLOS PATEL
Presidente do C.J.L.

Videira

PREFEITURA

Extrato do Contrato n. 0553/2011

Extrato do Contrato n. 0553/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CIRLEI VERANA
CPF: 006.180.179-84
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA LOIRI COSTA CAMANA
VIGÊNCIA: de 01 de agosto de 2011 a 30 de novembro de 2011
FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0555/2011

Extrato do Contrato n. 0555/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JANICE LIRA
CPF: 004.887.859-60
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA APOSENTADA VERA LÚCIA BRUSCHI
VIGÊNCIA: de 01 de agosto de 2011 a 23 de dezembro de 2011
FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0564/2011

Extrato do Contrato n. 0564/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: GEMANIR CALIS TIL
CPF: 801.532.089-53
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 02 de agosto de 2011 a 30 de dezembro de 2011
FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0580/2011

Extrato do Contrato n. 0580/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CRISTIANE BRANCALEONI
CPF: 048.765.029-86
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA NEIVA COELHO DE FREITAS
VIGÊNCIA: de 17 de agosto de 2011 a 29 de setembro de 2011
FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Termo Aditivo n. 0086/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0086/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ELIZANGELA APARECIDA RIBEIRO
CPF: 038.574.499-42
VIGÊNCIA: de 30 de julho de 2011 a 23 de dezembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0107/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0107/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: NEILA DO CARMO LEMOS
CPF: 021.962.309-01
VIGÊNCIA: de 30 de julho de 2011 a 23 de dezembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0114/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0114/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JIANE CRISTINA MUSSATTO
CPF: 045.893.249-38
VIGÊNCIA: de 30 de julho de 2011 a 23 de dezembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0118/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0118/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ANA CAROLINA LASCOSKI
CPF: 083.901.929-77
VIGÊNCIA: de 30 de julho de 2011 a 23 de dezembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0123/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0123/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JOSIANE DE SOUZA BORGES
CPF: 069.478.969-08
VIGÊNCIA: de 30 de julho de 2011 a 23 de dezembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0125/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0125/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: VILMAIR OLIVO DEON
CPF: 031.998.729-99
VIGÊNCIA: de 30 de julho de 2011 a 30 de dezembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0134/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0134/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MAGDA APARECIDA DE MORAIS DOS SANTOS
CPF: 944.551.209-04
VIGÊNCIA: de 19 de julho de 2011 a 30 de setembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0136/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0136/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ANA PAULA RODRIGUES
CPF: 063.815.229-17
VIGÊNCIA: de 30 de julho de 2011 a 30 de dezembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0137/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0137/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MIRIAN LUIZA PELLIN BERTUOL
CPF: 008.623.349-18
VIGÊNCIA: de 30 de julho de 2011 a 23 de dezembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0138/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0138/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MIRIA APARECIDA GUZI
CPF: 081.526.149-71
VIGÊNCIA: de 30 de julho de 2011 a 23 de dezembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0139/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0139/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JAQUELINE APARECIDA MEDEIROS THIBES RIS-SARDI
CPF: 062.259.229-70
VIGÊNCIA: de 30 de julho de 2011 a 30 de dezembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0141/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0141/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CARINE TEREZINHA ROSA

CPF: 056.716.289-38

VIGÊNCIA: de 30 de julho de 2011 a 23 de dezembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0144/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0144/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ANA CAROLINE SOARES DOS SANTOS
CPF: 058.540.779-73
VIGÊNCIA: de 30 de julho de 2011 a 23 de dezembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0145/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0145/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LUCIANA DALVES BEVILAQUA
CPF: 005.457.769-10
VIGÊNCIA: de 30 de julho de 2011 a 23 de dezembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0146/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0146/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ANGELITA DE FATIMA GODOI GRIS
CPF: 732.709.209-97
VIGÊNCIA: de 30 de julho de 2011 a 23 de dezembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0147/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0147/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LEONIDA WUERZIUS PETRY
CPF: 057.865.539-06
VIGÊNCIA: de 30 de julho de 2011 a 23 de dezembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0149/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0149/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: NORANEI CARMEM LOOF
CPF: 516.338.929-72
VIGÊNCIA: de 30 de julho de 2011 a 23 de dezembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0196/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0196/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JOSEFINA GRZEGOZESKI SCHNEIDER
CPF: 427.910.069-15
VIGÊNCIA: de 04 de agosto de 2011 a 03 de outubro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0272/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0272/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MIRIAN TEREZINHA DELLANI
CPF: 021.572.029-60
OBJETO: Aumento de carga horária de 20 (vinte) horas para 35 (trinta e cinco) horas semanais
VIGÊNCIA: de 08 de agosto de 2011 a 01 de outubro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0294/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0294/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: VERANI FIORELLI
CPF: 540.562.339-34
VIGÊNCIA: de 30 de julho de 2011 a 23 de dezembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0438/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0438/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: GISELE PONTES BOEIRA
CPF: 063.504.339-47
VIGÊNCIA: de 13 de agosto de 2011 a 12 de outubro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0445/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0445/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: ROQUE PANIGAZ
CPF: 916.073.709-30
VIGÊNCIA: de 01 de outubro de 2011 a 23 de dezembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Extrato do Termo Aditivo n. 0453/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0453/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: EUNICE DA APARECIDA SALES DE QUADROS
CPF: 917.176.209-49
VIGÊNCIA: de 03 de agosto de 2011 a 31 de agosto de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Dispensa de Licitação Nº 17/2011 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE VIDEIRA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/11 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/11 - PMV
HOMOLOGAÇÃO: 06/09/2011
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE DEFENSA METÁLICA E SUPORTE EXTRA NO ENCONTRO DA RODOVIA SC 453 E A RUA SAUL BRANDALISE.
CONTRATADA: SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA.
Valor R\$: 6.549,60 (seis mil quinhentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos).
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.

Videira - SC, 06 de Setembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Dispensa de Licitação Nº 18/2011 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE VIDEIRA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/11 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/11 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 06/09/2011

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

CONTRATADAS:

- COMERCIAL DE ALIMENTOS MIOZZO LTDA ME

Valor R\$: 5.376,50 (cinco mil trezentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos).

- SUPERMERCADO SUPERPÃO LTDA

Valor R\$: 572,40 (quinhentos e setenta e dois reais e quarenta centavos)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.

Videira - SC, 06 de Setembro de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato n. 0539/2011

Extrato do Contrato n. 0539/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SILVIANE REGINA MABONI BARICHELLO
CPF: 944.535.199-15
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 01 de julho de 2011 a 16 de dezembro de 2011
FUNÇÃO: Professora MG02
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 458,34 (Quatrocentos e cinquenta e oito reais e trinta e quatro centavos)

Pregão Presencial Nº 64/2011 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2011 - FMS

O Prefeito Municipal, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 64/2011-FMS.
1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA SEREM UTILIZADOS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DA SECRETARIA DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 27 de Setembro de 2011, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 06 de Setembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Resolução Nº 018/2011 - CONSELHO MUNICIPAL de ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 018/2011
Revoga Resolução nº 014/2011, que define repasse de recursos da Alta Complexidade do Fundo Estadual de Assistência Social para o Fundo Municipal de Assistência Social/Casa Lar Menino Jesus.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE:

1º - Define sob ata nº 155 de 27 de junho de 2011 que os recursos

de R\$ 13.860,00 (treze mil oitocentos e sessenta reais) oriundos do repasse Fundo a Fundo Estadual, serão destinados integralmente para a Casa Lar o Menino Jesus, sendo 40% para investimentos e 60% para custeio, com contrapartida municipal de 30%.
2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira - SC , 05 de setembro de 2011.
JUSTINA INÊS FRUET DE LIMA
Presidente do CMAS

Resolução Nº 018/2011 - CONSELHO MUNICIPAL de ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 018/2011

Revoga Resolução nº 014/2011, que define repasse de recursos da Alta Complexidade do Fundo Estadual de Assistência Social para o Fundo Municipal de Assistência Social/Casa Lar Menino Jesus.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE:

1º - Define sob ata nº 155 de 27 de junho de 2011 que os recursos de R\$ 13.860,00 (treze mil oitocentos e sessenta reais) oriundos do repasse Fundo a Fundo Estadual, serão destinados integralmente para a Casa Lar o Menino Jesus, sendo 40% para investimentos e 60% para custeio, com contrapartida municipal de 30%.
2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira - SC , 05 de setembro de 2011.
JUSTINA INÊS FRUET DE LIMA
Presidente do CMAS

Resolução Nº 19/2011 - CONSELHO MUNICIPAL de ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 19/2011.

Dispõe sobre a aprovação de Prestação de Contas do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS do município de Videira, referente ao segundo trimestre de 2011.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE:

1º - Aprovar sob a ata nº 160 de 05 de setembro de 2011, a Prestação de Contas do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, referente ao período de abril a junho de 2011.

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira-SC, 05 de setembro de 2011.
JUSTINA INÊS FRUET DE LIMA
Presidente do CMAS

Vitor Meireles

PREFEITURA

Portaria Nº 164/2011

P O R T A R I A Nº 164/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: SOLENIR SABEL

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA - ACT

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário - ACT da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, por término de contrato, contratada pela Portaria 157/2011, de 15 de agosto de 2011, 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 05 de setembro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 05 de setembro de 2011, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 06 de Setembro de 2011.

IVANOR BOING
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, 06/09/2011

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Consórcios

CIGA

Extrato Contrato 96 - Rateio PGT - Concórdia

Extrato de Contrato nº 96/2011

Contrato de Rateio - Programa de Gestão Tributária - Concórdia

CONTRATANTE: Município de Concórdia

CNPJ: 83.024.257/0001-00

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 244/2011

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, para gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN); gestão da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada); gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional; e gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI);

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais) por mês.
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2011.

Florianópolis, 29 de agosto de 2011.

EDINANDO BRUSTOLIN
Diretor Executivo do CIGA

